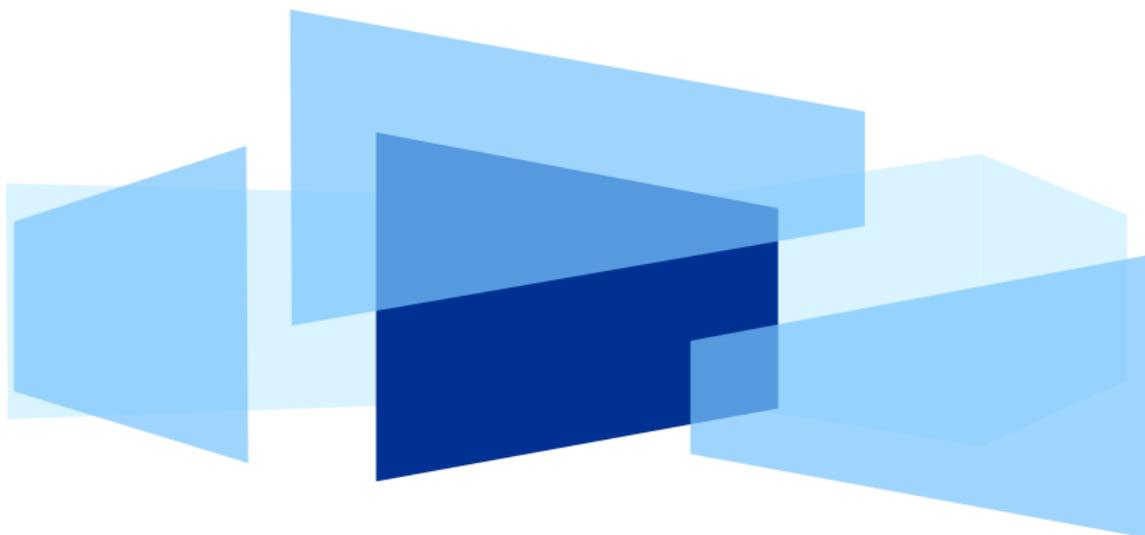




**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM LETRAS –
PORTUGUÊS E INGLÊS**



João Pinheiro/MG, 2024.

Sumário

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
A. APRESENTAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
Dados da Mantenedora:.....	Erro! Indicador não definido.
Dados da Mantida:	Erro! Indicador não definido.
B. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	Erro! Indicador não definido.
B.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino	Erro! Indicador não definido.
B.2. Histórico da Faculdade Cidade de João Pinheiro	Erro! Indicador não definido.
B.2.1. Trajetória da Mantenedora	Erro! Indicador não definido.
B.2.2. Histórico da Faculdade Cidade de João Pinheiro	Erro! Indicador não definido.
1. Missão e Visão.....	Erro! Indicador não definido.
1.2. Contexto Educacional e Justificativa para Implantação do Curso..	35
Contextualização do Curso	35
COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	35
Concepção do Curso	35
2. Organização Didático Pedagógica.....	37
2.1. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso.....	37
2.1.2. Política de Educação Ambiental da Instituição	40

2.1.3. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior	41
2.1.4. Política Afrodescendente e Indígena	44
2.1.5. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	45
2.1.6. Política de Iniciação Científica	46
2.1.7. O NIPPEE – Núcleo de incentivo: projetos, pesquisa e extensão e internacionalização	47
2.1.8. Política de Internacionalização	51
2.1.9. Política de Acessibilidade e Inclusão Social	52
2.2. Objetivos do Curso	53
2.3. Perfil Profissional do Egresso	53
2.4. Estrutura Curricular	55
2.5. Conteúdos Curriculares	59
2.6. Metodologia	64
2.7. Estágio Curricular Supervisionado	69
2.7.1. Regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado	71
2.8. Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica. <i>Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos</i>	74
2.9. Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática. <i>Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos</i>	75
2.10. Atividades Curriculares Complementares	76

2.11. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).	80
2.12. Apoio ao Discente	82
2.13. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	86
2.14. Atividades de Tutoria	87
2.15. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria	88
2.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem	88
2.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem	91
2.18. Material Didático	91
2.19. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem	92
2.20. Número de Vagas	100
2.21. Integração com as Redes Públicas de Ensino	101
2.22. Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS)	102
2.23. Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde	102
2.24. Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas	102
3. Corpo Docente e Tutorial	103
3.1. Núcleo Docente Estruturante	103
3.2. Equipe Multidisciplinar	105

3.3. Atuação do Coordenador	105
3.4. Regime de Trabalho do(a) Coordenador(a) de Curso.....	107
3.5. Corpo Docente: Titulação	109
3.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	110
3.7. Experiência Profissional do Docente.....	111
3.8. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica.....	111
3.9. Experiência no Exercício da Docência Superior.....	111
3.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância	112
3.11. Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância ...	113
3.12. Atuação do Colegiado de Curso ou Equivalente	113
3.13. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso	115
3.14. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância.....	116
3.15. Interação Entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância.....	116
3.16. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica	116
4. Infraestrutura	116
4.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	116
4.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador.....	117
4.3. Sala Coletiva de Professores.....	118
4.4. Salas de Aula	118

4.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	119
4.6. Bibliografia Básica por Unidade Curricular.....	120
4.7. Bibliografia Complementar por Unidade Curricular	121
4.7.1. Biblioteca FCJP	122
4.7.2. Periódicos Especializados	122
4.7.3. Bases de Dados Assinadas.....	124
4.7.4. Base de Dados de Livre Acesso	124
4.7.5. Informatização	124
4.7.6. Sistema SolisGE.....	125
4.7.7. Treinamentos.....	125
4.7.8. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educaçãoais Especiais.....	126
4.7.9. Serviços	126
4.7.10. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes.....	126
4.8. Laboratórios Didáticos de Formação Básica	127
Normas de Utilização dos Laboratórios de Informática da FCJP	128
4.9. Laboratórios Didáticos de Formação Específica.....	132
4.10. Laboratórios de Ensino para a Área da Saúde	134
4.11. Laboratórios de Habilidades.....	134
4.12. Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados..	134

4.13. Biotérios	134
4.14. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático.....	135
4.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.....	135
4.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	135
4.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).....	135
4.18. Ambientes profissionais vinculados ao curso.....	136
ANEXO I.....	137
DOCENTES: CARACTERÍSTICAS	137
ANEXO II.....	138
Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês FCJP	138
ANEXO III.....	142
EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA.....	142
ANEXO IV	192
Normativa Institucional de 06 de janeiro de 2021 - Trabalho Discente Efetivo	192
ANEXO V	204
Normativa Institucional de 11 de janeiro de 2021 - Atividades de Extensão	205
ANEXO VI	230

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 230

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

Mantida pela Associação Educação de João Pinheiro

REPRESENTANTE LEGAL DA MANTENEDORA

Prof. Dr. Paulo César Souza

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretor Geral

Prof. Dr. Paulo César Souza

Coordenadora Acadêmica

Prof.^a Dr.^a Daniela Cristina Silva Borges

Secretária Acadêmica

Laisa Graciele Vieira Alves

Coordenador do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês

PROF. DR. GILMAR ANTONIASSI JUNIOR

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Unidade Acadêmica - Administrativo: **Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP**

Curso: **Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês**

Tipo: **Graduação**

Grau: **Licenciatura**

Modalidade: **Presencial**

Situação Legal: **Reconhecimento (PORTARIA Nº 983, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006).**

Duração: **08 semestres (4 anos)**

Período mínimo para integralização: **08 semestres (4 anos)**

Período máximo para integralização: **12 semestres (6 anos)**

Número de vagas (anual): **100 vagas**

Carga horária total: **3.200 horas**

Coordenador do Curso: **PROF. DR. GILMAR ANTONIASSI JUNIOR**

Local de funcionamento: **Avenida Zico Dornelas Santa Cruz II, 380, João Pinheiro, MG - CEP: 38770-000.**

A. APRESENTAÇÃO

A Faculdade Cidade de João Pinheiro apresenta neste documento todas as características de funcionamento do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês ofertado na Faculdade Cidade de João Pinheiro, por meio do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, trabalho desenvolvido por uma Comissão de docentes, composta por membros que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE e a coordenação do referido curso. Trata-se, pois, de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica pretendida para o curso e um posicionamento institucional frente ao contexto educacional e o desenvolvimento da área de conhecimento em pauta, amplamente discutido pela Instituição proponente.

Pretende-se aqui definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, bem como, sendo documento de reflexão, trazer-lhe perspectivas, prever possíveis mudanças, se necessárias, assim como, mecanismos de avaliação permanente a fim de manter a excelência na qualidade de ensino que sempre é buscada por toda a instituição e garantir que essa qualidade esteja refletida neste curso em específico.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês foi elaborado levando-se em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI; a legislação vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, visando, portanto, a oferta de um curso que prima pela formação qualitativa desse profissional para atuar em diversos campos de abrangência.

O documento inicia-se com a descrição de um perfil da Instituição de Ensino que abriga o curso em questão e a inserção regional deste. Segue com a apresentação dos dados gerais do curso e sua organização pedagógica, incluindo as concepções teórico-metodológicas. Avança com a descrição do Corpo Docente que atua no Curso e do núcleo que desenvolveu a proposta. Apresenta a infraestrutura de apoio geral oferecida pela Instituição e encerra-se

com a descrição dos processos de avaliação que são utilizados para avaliar os alunos e o próprio curso.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

1.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino

A Associação Educacional de João Pinheiro situada na Avenida Zico Dornelas nº 380, Bairro Santa Cruz II em João Pinheiro, foi cadastrada no CNPJ com o nº 03.289.019/0001-98 em 25/05/1999, com a descrição 399-9 Associação Privada. Seu Estatuto foi registrado com o nº R384 em 15/05/2001. A ata de criação da Associação Educacional de João Pinheiro foi registrada em cartório de registro civil das pessoas jurídicas da Comarca de João Pinheiro no protocolo A-1 nº 1.216 folhas 118 e averbado no livro A-1 P-Jurídica folha 2 sob o nº AV-04384 em 20/08/2002. O alvará de licença para localização e funcionamento nº000266. Número de controle 001026/2014 com validade até 31/12/2014.

A Associação Educacional de João Pinheiro, desde seu nascimento, é uma instituição voltada à educação Superior, pois na mesma data de sua fundação, em 1999, criou-se também a Faculdade Cidade de João Pinheiro, Instituição de Ensino Superior, dedicada à graduação, pós-graduação, iniciação científica, extensão, cursos sequenciais tanto na modalidade de ensino presencial quanto à distância. Os seus idealizadores são profissionais ligados à área do ensino, com experiência comprovada e com imbatível propósito de prover a cidade de João Pinheiro e sua região com a oferta de cursos superiores nas mais diversas áreas do ensino, com qualidade, eficiência e profissionalismo, adjetivos que são constantemente inseridos como marca desta instituição durante a sua existência.

A instituição tem endereço fixo em João Pinheiro, cidade localizada na porção Noroeste de Minas Gerais, é o maior município em área do Estado, com 10.717 km². Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação entre Belo Horizonte/Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa

Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP Localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades de todas as regiões.

As atividades desta instituição iniciaram-se em 2002 com a aprovação pelo DEPES/SESU/MEC, Portaria nº 522, e 27/02/2002, publicada o diário oficial da União seção 1, página 12, em 28/02/2002, conforme segue:

“O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28/03/1996, e nº 3.860, de 09/06/2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04/09/2001, e tendo em vista o Despacho no 243/2002, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.012827/1999-10, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a instituição de ensino superior denominada Faculdade Cidade de João Pinheiro, a ser estabelecida na Avenida Zico Dornelas, nº 380, Bairro Santa Cruz, na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais, cuja mantenedora é a Associação Educacional de João Pinheiro, com sede na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A instituição Associação Educacional de João Pinheiro deverá protocolizar neste Ministério o atendimento ao que estabelece o art. 25 do Decreto nº 3.860/2001, no prazo de até trinta dias antes da publicação do Edital do processo seletivo para o primeiro curso autorizado. Deverá, ainda, no prazo de trinta dias, adotar as providências necessárias quanto à protocolização do processo de Regimento da instituição ora credenciada, e observar o que dispõe a Portaria MEC nº 1.679, de 02/12/1999”. (GN)

Em 2008 a CPA apontou ainda a necessidade de construção de um anfiteatro, ampliação de laboratórios e construção de outros. Propôs também criação de espaço próprio para atendimento psicopedagógico e ouvidoria, bem como espaço para a CPA.

Todas as medidas saneadoras apresentadas pela CPA foram atendidas na medida da disponibilidade financeira da instituição. Em 2013 foi proposta pela

CPA a ampliação da biblioteca, da sala dos professores, para que aqueles docentes de tempo parcial e integral pudessem ter espaço adequado de atendimento ao aluno tanto na orientação de TCC, quanto na iniciação científica. Foi proposta também a criação de mais um anfiteatro. Foram atendidas todas as sugestões.

A gestão da instituição usa as avaliações da CPA como referência para organização, planejamento e implementação de melhorias tanto no aspecto físico quanto na aquisição de materiais e equipamentos necessários a cada curso. As avaliações de Cursos pelo Ministério da Educação e Cultura também são utilizadas como referência para o aprimoramento da instituição. Na maioria das avaliações sistêmicas foram apontados como fragilidades da instituição a quantidade de publicações pelo seu corpo docente, bem como a necessidade de docentes com mais titulação *stricto-sensu* e um maior número de docentes com carga horária parcial e ou integral. Foi apontada também a necessidade de implantação de plano de carreira para os docentes e técnico-administrativos e institucionalização do contato com o egresso. Essas fragilidades estão sanadas. A instituição teve seu plano de cargos e salários homologado e publicado no Diário Oficial da União seção 1, página 109 em 20 de agosto de 2010. Também ampliou a biblioteca, acrescentando um espaço para a brinquedoteca. Criou também um espaço adequado para os docentes com tempo integral e parcial, ampliando a sala dos docentes para três espaços específicos.

A Instituição cumprindo com a legislação e Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, tem uma política focada na diversidade e na sustentabilidade. A abordagem dos temas é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

Os cursos da FCJP têm em sua matriz curricular disciplinas de “LIBRAS”, “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, “Direitos Humanos” e Educação Ambiental. Os cursos se beneficiam das ações sugeridas pelos colegiados, os

quais propõem palestras, seminários, pesquisas de campo e projetos que corroboram com as políticas tanto ambientais quanto culturais, patrimoniais e de inclusão seja em que área for necessária.

A autoavaliação Institucional é feita pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, a qual foi implementada de acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, criado em 14 de abril de 2004, através da Lei 10.861/2004, foi construído a partir da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, instalada pelo MEC em 2003, com a finalidade de analisar e oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior. A regulamentação dos procedimentos de avaliação do SINAES ocorreu através da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

A Comissão de Avaliação Institucional tem como propósito principal criar uma cultura de avaliação, com vistas a mudanças no fazer universitário, com o propósito de contribuir para a melhora da qualidade dos cursos de graduação. Esse foi o mote utilizado e presente em todo o processo. Teve-se também o entendimento de que tudo pode ser indicador de qualidade e de não qualidade no fazer universitário. Em razão disso, a Comissão passou a integrar e a considerar todos os elementos que, de uma forma ou outra, pudessem contribuir para uma maior compreensão da realidade institucional. Sua regulamentação na instituição se deu por Portaria DG 05/2004, e Resolução DG 0023/2014 de 22 de maio de 2014.

A biblioteca da FCJP passou por uma ampliação e atualmente conta com uma estrutura de 439,87 m², com espaço para estudos individuais e em grupo, bem como uma videoteca. Seu acervo bibliográfico geral é formado por livros, CDs, diretórios, vídeos, monografias, periódicos, buscando atender a todo público universitário. A instituição conta também com a Biblioteca Virtual – MINHA BIBLIOTECA que disponibiliza todo seu acervo aos acadêmicos, professores e técnicos administrativos de maneira ininterrupta através de acesso virtual oportunizando várias formas de desfrutar dos conteúdos.

Conceitos Obtidos pela IES nas Avaliações Externas de Institucionais

	ANO-IGC
	2007 - 02
	2008 - 02
	2009 - 02
	2010 - 03
	2011 - 02
	2012 - 02
Faculdade Cidade de João Pinheiro	2013 - 02
	2014 - 03
	2015 - 03
	2016 - 03
	2017- 03
	2018- 03
	2019 - 03
	2020 - X
	2021 -03

CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO	RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO
--------------	--------------------	-----------------------	------------------------------------

Administração	Portaria N° 2.562, de 15 de setembro de 2003.	Portaria n° 213, de 17 de maio de 2013.	Portaria n° 1654, de 08 de dezembro de 2021
Administração EaD	Portaria N° 928 de 23 de abril de 2017	-	-
Análises e Desenvolvimento de Sistemas EAD	Portaria N° 4, de 10 de janeiro de 2019.	-	-
Ciências Biológicas	Portaria N° 3.570, de 17 de outubro de 2005.	Portaria n° 10, de 02 de março de 2012.	Portaria n° 276, de 20 de abril de 2018.
Ciências Contábeis	Portaria n° 1254 de 07 de dezembro de 2017.	-	-
Direito	Portaria N° 700 de 18 de outubro 2018	-	-
Educação Física (Licenciatura)	Portaria N° 523, de 27 de fevereiro de 2002.	Portaria n° 983 de 24 de novembro de 2006.	Portaria n° 916 de 27 de dezembro de 2018.
Enfermagem	Portaria N° 2.567, de 6 de setembro de 2002.	Portaria Normativa n° 348, de 27 de outubro de 2020.	Portaria Normativa n° 45, de 06 de janeiro de 2022.

Engenharia Agrônômica	Portaria Nº 195, de 22 de março de 2018.	-	-
Engenharia Civil	Portaria Nº 274, de 19 de abril de 2018.	-	-
Fisioterapia	Portaria Nº 524, de 27 de fevereiro de 2002.	Portaria nº 983, de 24 de novembro de 2006.	Portaria nº 629, de 23 de Junho de 2017.
Geografia	Portaria Nº 3.571, de 17 de outubro de 2005.	Portaria nº 405 de 22 de Julho de 2014.	-
Gestão Comercial – EaD	Portaria Nº 344 de 12 de julho de 2019	-	-
Gestão do Agronegócio	Portaria Nº 209 de 29 de abril de 2019	-	-
Letras	Portaria Nº 3.063, de 6 de novembro de 2002.	Portaria nº 983, de 24 de novembro de 2006.	-
Pedagogia	Portaria Nº 3.247 de 26 de novembro de 2002.	Portaria nº 112 de 14 de fevereiro de 2014.	Portaria nº 916 de 27 de dezembro de 2018.
Pedagogia EaD	Portaria Nº 835 de 29 de	-	-

	novembro de 2018.		
Direito	Portaria Nº 167 de 13 de março 2018.	Portaria Nº 167 de 13/03/2018	-

1.2. Missão e Visão

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), é uma instituição comprometida com a formação, com a ética e com a qualificação de profissionais na sua área de atuação. Desta forma, tem por **Missão**:

“Atuar de forma solidária e efetiva, para que uma educação de excelência seja alcançada, possibilitando o desenvolvimento humanístico e social. O conhecimento será construído de forma comprometida com a qualidade de vida, com os valores éticos e morais, além de respeitar os costumes, as crenças, os valores e a cultura local”.

De acordo com a sua **Visão**, a Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP pretende:

“Permanecer como centro de excelência do ensino superior, mantendo-se como referência na educação presencial e a distância”.

Tem por **Valores**:

- ✓ **Ética;**
- ✓ **Cidadania; e**
- ✓ **Responsabilidade socioambiental.**

A Faculdade Cidade de João Pinheiro, mantida pela Associação Educacional de João Pinheiro, é uma Instituição Educacional, que tem na sua missão a

Educação Superior pautada na humanização como abertura ao diálogo, ao compromisso de integração social e à competência em todo seu agir.

Os princípios que fundam a práxis da Faculdade Cidade de João Pinheiro são:

- ✓ **Valorizar a vida em todas as suas formas;**
- ✓ **Respeitar a dignidade da pessoa humana e a liberdade pessoal;**
- ✓ **A busca da verdade;**
- ✓ **Contribuir com o crescimento da comunidade; e**
- ✓ **Contribuir para a consolidação da cidadania na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.**

Estes princípios perpassam todas as atividades-fim da Faculdade Cidade de João Pinheiro, tornando-a distinta de outras Instituições públicas e particulares. Os princípios que fundam a práxis da Instituição propiciam a inter-relação pessoal com uma formação que privilegie a inclusão dos valores humanos.

1.3. Contexto Educacional e Justificativa de Implantação do Curso

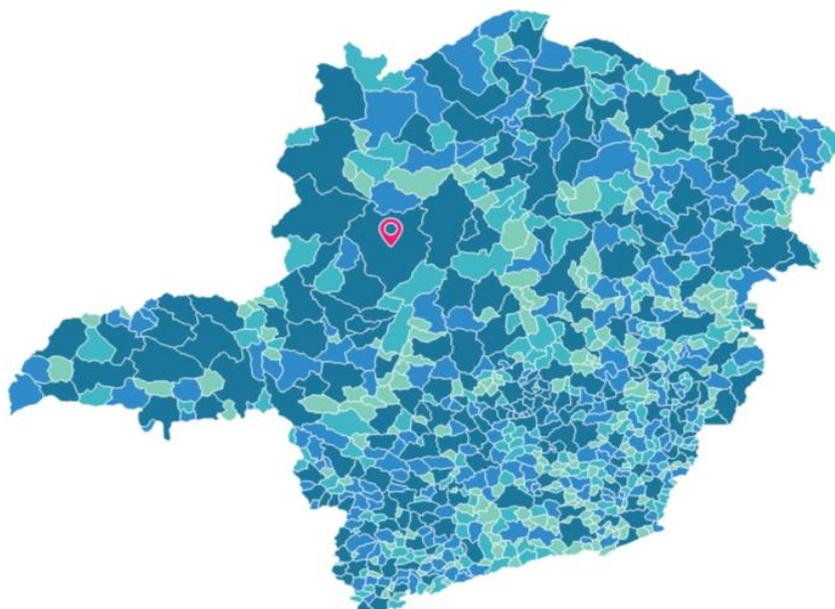
A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) possui limite territorial circunscrito ao município de **João Pinheiro**, no Estado de **Minas Gerais**.

Minas Gerais está localizada na Região Sudeste do país. Limita-se ao sul e sudoeste com São Paulo, a oeste com o Mato Grosso do Sul, a noroeste com Goiás e Distrito Federal, a norte e nordeste com a Bahia, a leste com o Espírito Santo e a sudeste com o Rio de Janeiro.

João Pinheiro insere-se na porção noroeste de Minas Gerais. Na divisão das regiões administrativas de Minas, o município está na Região Noroeste, na microrregião de Chapadões do Paracatu, segundo a nova regionalização estabelecida pela SEPLAN-MG em 1994. Possui uma área total de 10.716,960 km², segundo o documento “Áreas dos Municípios Mineiros”, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (1995), sendo assim, o maior município em área territorial do estado.



A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão corresponde a 10.727,471 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica é de 4,36 hab./km².



A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas,

Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária.

Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação Belo Horizonte / Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades, do norte de Minas, sul da Bahia, entre outras regiões. Sua população estimada em 2022 é de 46.801 habitantes (IBGE - 2022).

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucuia, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

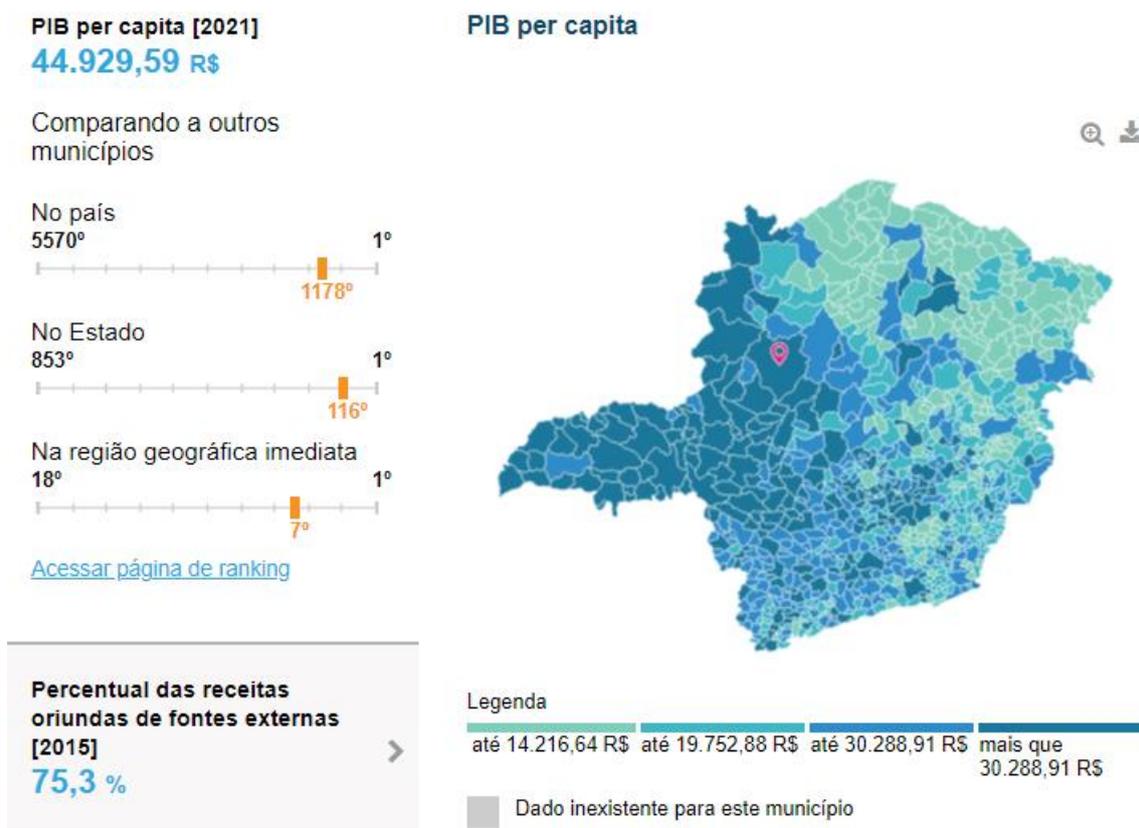
A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

A agricultura em João Pinheiro mostra-se complexa. Embora não seja a atividade principal do município, revela-se diversificada, variando da cultura de eucalipto, cana-de-açúcar, produção de grãos e frutas, indo até a agricultura familiar de subsistência.

A produção local de carvão iniciou-se na década de 1970, com os requerimentos crescentes de carvão pela indústria siderúrgica, que ganhava fôlego cada vez maior em Minas Gerais. Grandes extensões de terras a preços relativamente

baixos, condições naturais favoráveis para o rápido crescimento do eucalipto e abundância de mão-de-obra barata, associadas a um amplo e arrojado programa de incentivos fiscais e subsídios para o reflorestamento promovido pelo governo central, propiciaram a expansão da atividade.

Surgiram, então, os chamados maciços verticalizados, ou seja, produção florestal direto para a indústria.



Até meados dos anos 80, o ramo florestal brasileiro viveu amparado nos incentivos fiscais. Naquele período, a floresta de eucalipto era concebida exclusivamente dentro de uma perspectiva monetária, sem levar em consideração seus aspectos sociais e ambientais.

Dentre as principais empresas reflorestadoras que se instalaram em João Pinheiro destacam-se a White Martins, Companhia Mineira de Metais, ARG Mandacaru, Bandeirantes e Plantar, todas com uma extensão plantada com menos de 15.000 ha. Soma-se a elas a Vallourec Florestal (antiga Mannesmann

Agro Florestal e posteriormente V & M Florestal), que possui a maioria das terras cultivadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.

DADOS SOBRE A REGIÃO NOROESTE

O Noroeste de Minas Gerais liderou a produção de grãos no Estado em 2011. A região foi responsável por 25,4% da safra estadual, com 2,7 milhões de toneladas. Houve um crescimento de 13,9% em relação à produção colhida em 2010. A safra do Noroeste contribuiu para uma colheita recorde no Estado de 10,6 milhões de toneladas. Os números da produção de grãos estão no último relatório do IBGE sobre a safra de 2011, que está praticamente encerrada. Segundo o levantamento, a região do Alto Paranaíba aparece em segundo lugar no ranking do Estado com 2,4 milhões de toneladas, que correspondem a 22,3% do total em Minas. O Triângulo Mineiro vem em seguida com 2,2 milhões de toneladas colhidas. O número representa 20,8% da safra mineira.

Entre os municípios, Unaí (Noroeste) aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas, seguido por Uberaba (Triângulo), com 577,6 mil toneladas. Completam a lista dos cinco maiores produtores os municípios de Buritis, Paracatu (ambos no Noroeste) e Perdizes (Alto Paranaíba).

PRODUTOS

O milho é o principal grão cultivado em Minas Gerais. A região do Alto Paranaíba detém a maior produção estadual com 1,5 milhão de toneladas, o equivalente a 23,6% da produção mineira. Em seguida, aparecem as regiões do Sul de Minas (20,4%) e Noroeste (17,1%). Uberaba liderou o ranking estadual com 329,2 mil toneladas. Em segundo lugar, aparece o município de Unaí, com 249 mil

toneladas, e Perdizes, com 198 mil toneladas.

A produção de soja em Minas Gerais, neste ano, será de 2,9 milhões de toneladas. O Noroeste foi responsável por 37,1% da produção do Estado, seguido do Triângulo Mineiro (35,8%) e do Alto Paranaíba (21,6%). Unaí lidera a produção de soja entre os municípios mineiros, com 330 mil toneladas. Na vice-liderança aparecem Buritis (Noroeste), com 253,7 mil toneladas, seguido por Uberaba, que produziu 240 mil toneladas.

Com a pavimentação asfáltica da Rodovia “Entre Ribeiros” de Paracatu até Brasilândia de Minas, o Agronegócio do Noroeste de Minas irá se firmar ainda mais no mercado brasileiro.

MINERAÇÃO

Além do Agronegócio, a mineração é muito presente na região Noroeste. O Minério para produção do Zinco (Grupo Votorantim) em Vazante-MG, e a Mineradora Kinross, Multinacional Canadense que explora o ouro na cidade de Paracatu, cuja produção de ouro está entre as cinco maiores empresas produtoras de ouro do Brasil.

DADOS SOBRE O MUNICÍPIO

EDUCAÇÃO

O município de João Pinheiro tem 27 Escolas de ensino fundamental. O número de matrículas efetuado no ensino fundamental foi de 6.098 em 2021.

O número de docentes no ensino fundamental foi 374 em 2021 e o número de docentes, em 2021, no ensino médio foi de 181 docentes.

As escolas de ensino médio no município são 09, assim distribuídas: escola privada 3 e 6 escolas pública estadual.

1. **Fonte:** IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública): Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2021

2. *IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)*: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2021
3. *Matrículas no ensino fundamental*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
4. *Matrículas no ensino médio*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
5. *Docentes no ensino fundamental*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
6. *Docentes no ensino médio*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
7. *Número de estabelecimentos de ensino fundamental*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
8. *Número de estabelecimentos de ensino médio*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.

PIB Per-Capta: R\$ 44.929,59 (IBGE, 2021);

Total de receitas realizadas [2017] - 119.011,01 R\$ (×1000) (IBGE, 2021);

Total de despesas empenhadas [2017] - 100.074,66 R\$ (×1000) (IBGE, 2021).

PIB per capita [2021]
44.929,59 R\$

PIB per capita

Comparando a outros municípios



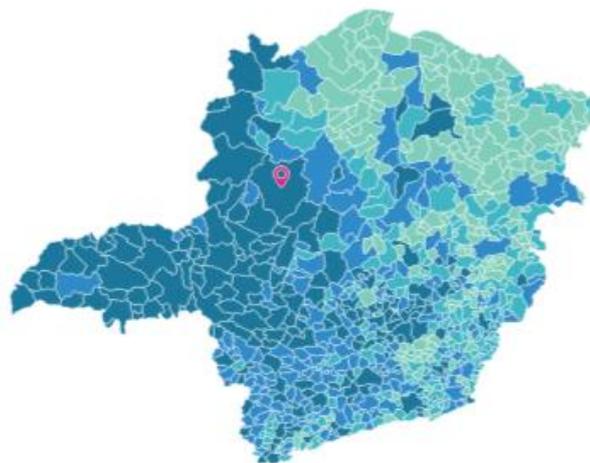
No país



No Estado



Na região geográfica imediata



Legenda

até 14.216,64 R\$	até 19.752,88 R\$	até 30.288,91 R\$	mais que 30.288,91 R\$
-------------------	-------------------	-------------------	------------------------

[Acessar página de ranking](#)

A Economia de João Pinheiro tem crescido muito nos últimos 5 anos, um dos setores responsáveis por este crescimento é o Agronegócio que responde por boa parte da economia do Município com o reflorestamentos (Vallourec, Gerdau, Egir, Plantar e outras) usinas de álcool e açúcar (D Agroflorestral, Destilaria Rio do Cachimbo, G5 e BEVAP, esta última uma das 20 maiores usinas de álcool e açúcar do Brasil), Pecuária (6º maior rebanho bovino do Estado de Minas Gerais com mais de 400 mil cabeças, com uma produção diária de leite na ordem de 130 mil litros). Destaca-se ainda a indústria do vestuário, cerâmica, comércio e serviços.

INDICADOR VALOR – (Índices de Qualidade de Vida)

João Pinheiro é um município, onde sua população tem uma boa qualidade de vida. A cidade de João Pinheiro apresenta infraestrutura conforme listado abaixo:

- 80,3% das residências com rede de esgoto coletada;

- 12,48 Km² de área urbanizada;
- É uma das cidades mais limpas do Estado de Minas Gerais;
- 82% das famílias com casa própria;
- O Sistema de Saúde conta com várias unidades básicas de saúde (PSF, Clínica de Saúde da Mulher, Clínica de Direito, CAPS, Farmácia Municipal, um Hospital Municipal com 53 leitos, de saúde e mais de 30 profissionais médicos atendendo diariamente);
- A Taxa de Mortalidade Infantil é de 14,73 óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas até os 5 anos de idade;
- O IDH-M que era de 0,419 em 1991 passa para 0,697 em 2010;
- A Taxa de desemprego: Pessoal ocupado – 15.616 pessoas (população ocupada 32,54%).

Fonte: IBGE - Cidades.

1.4. Aspectos Históricos e Dados Gerais do Município de João Pinheiro

O processo de colonização da região, provavelmente na metade do século XVIII, ocorreu no período que antecede a descoberta do ouro nas regiões das minas com o movimento das entradas e bandeiras rumo às terras de Paracatu.

Antes da ocupação pelo homem branco, o território era habitado apenas por ameríndios (da tribo de Cataguá) e negros fugitivos das minas de Paracatu e de Goiás.

Por volta de 1818, nas proximidades das margens da Vereda da Extrema, surgiu um pequeno povoado, fundado por bandeirantes e tropeiros que buscavam a Capitania de Goiás, este foi o primeiro pouso do homem branco nestas paragens. No entanto, alguns desses aventureiros se fixaram animados pela criação de gado e pelos garimpos de diamantes, no Rio Santo Antônio. Foi uma febre e esta passou a ser a principal atividade do arraial nascente.

O povoado recebeu o nome de Santana dos Alegres, esta foi a primeira denominação do primitivo arraial pertencente ao bispado de Pernambuco - que deu origem ao município atual.

Segundo a tradição oral, um boi curraleiro muito bravo que vivia nas adjacências do local, frequentemente, ao anoitecer, ia para o arraial e lá permanecia durante toda a madrugada a mugir. O hábito daquele animal, chamado Alegre, intrigava a todos. Conta-se que esta foi a razão do nome do povoado.

Em 1873, o povoado de Santana dos Alegres foi elevado a distrito (em terras de Paracatu). Até 1902, o garimpo foi bastante explorado às margens do rio Santo Antônio e no leito de outros cursos d'água. Em 30 de agosto de 1911, Santana dos Alegres, recebeu seu nome atual, e foi-se desmembrado de Paracatu. Em 1925 foram-lhe concedidos foros de cidade e sede de município.



Geografia

Localizado na porção noroeste de Minas Gerais, João Pinheiro é o maior município em extensão territorial de Minas Gerais, com 10.727,097 km², tendo quase o dobro da área de todo o Distrito Federal, o quádruplo de Luxemburgo, e é maior do que países como Chipre, Porto Rico, e muitos outros. Possui acesso fácil pela BR-040, responsável pela ligação Belo Horizonte-Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas.

POPULAÇÃO

João Pinheiro: 46.801 habitantes (IBGE, 2022).

Do ponto de vista geográfico, a sede municipal situa-se a 46°10'27" de longitude oeste e 17°44'26" de latitude.

RENDA NA CIDADE

Dos 853 municípios mineiros, João Pinheiro está entre os 80 municípios mais desenvolvidos, com um PIB per capita de R\$44.929,59 (IBGE, 2021).

O movimento econômico e financeiro da cidade gira em torno das seguintes atividades pela ordem de empregabilidade e composição do PIB local.

- Agronegócio e pecuária (muita mão de obra empregada nas empresas de reflorestamentos, produção de álcool e açúcar, criação e comercialização de bovinos e produção de leite e seus derivados);
- Comércio e serviços (supermercados, lojas de roupas e tecidos, lojas de móveis, eletrodomésticos e produtos eletrônicos, bares, restaurantes, instituições financeiras, Serviços Públicos, escritórios e outros);
- Indústria (Usinas de Álcool e Açúcar, Confeções, Cerâmicas, Laticínios e outras);
- Aposentados e pensionistas do INSS, de órgãos estaduais e federais;

- A grande maioria da população economicamente ativa e com ocupação, cerca de 65% têm uma renda mensal de 1 a 2 salários-mínimos. Outros 20% têm uma renda mensal de 2 a 5 salários-mínimos. O restante, ou seja, 15% com renda mensal acima de 5 salários-mínimos.

Fonte: *IBGE, Secretaria Estadual da Fazenda de MG, INSS e Prefeitura Municipal de João Pinheiro.*

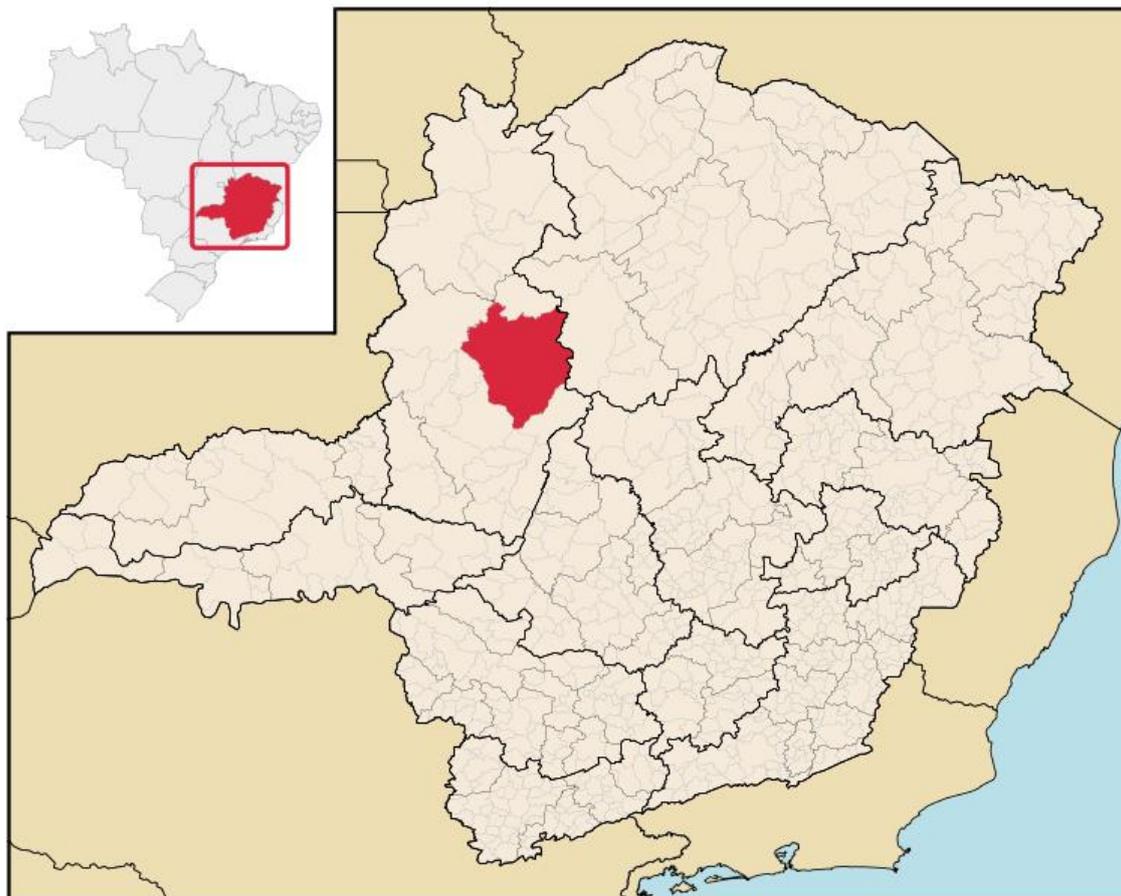
MEIOS DE TRANSPORTE

João Pinheiro tem uma localização estratégica localizada às margens da BR 040 que dá acesso a Brasília e Belo Horizonte, a Montes Claros e Uberlândia pela BR 365, a Patos de Minas pela MG 410 e a Unaí pela MG 188. O meio de transporte utilizado é o Rodoviário, com projetos em estudo e em fase de aprovação para construção futura de uma linha ferroviária de Unaí-MG a Pirapora-MG e Aéreo (João Pinheiro tem um dos melhores aeroportos da região todo pavimentado e com hangar). O Município está distante da Capital Federal a 310 Km, de Belo Horizonte a 420 Km, e de Uberlândia a 370 Km.

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA CIDADE



ECONOMIA E DADOS POPULACIONAIS

A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucuia, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

Predominam em João Pinheiro as atividades primárias, em especial a agropecuária. Isso fica patente através do confronto entre os dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, referentes à estrutura setorial de absorção da população economicamente ativa - PEA -do município. Ademais, observa-se

uma tendência de progressiva redução de pessoas ocupadas no setor primário, em detrimento do aumento de pessoal nos outros setores, sobretudo no terciário.

A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão correspondeu a 14.451 km², o que perfazia uma densidade demográfica de 4,6 hab./km², até 1995, cerca de seis vezes inferior à registrada para Minas Gerais. Com a emancipação de Brasilândia de Minas, tal extensão se reduziu para 10.727,097 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica caiu para 4,36 hab./km² em 2022.

A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas, Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária. Sua população estimada em 2015 era de 48 179 habitantes (IBGE 2015).

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	94,9 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,9
Matrículas no ensino fundamental [2021]	6.098 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	1.991 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	374 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	181 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	27 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.

ECONOMIA	
PIB per capita [2021]	44.929,59 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	75,3 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,697
Total de receitas realizadas [2017]	119.011,01 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	100.074,66 R\$ (×1000)

Fonte: IBGE - Cidades

Aspectos Educacionais

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	94,9 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,9
Matrículas no ensino fundamental [2021]	6.098 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	1.991 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	374 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	181 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	27 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

Em 2021, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5,8 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4,9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 287 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 191 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 800 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5.043 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. São 27 estabelecimentos de ensino fundamental, 18 unidades pré-escolares, 9 escolas de nível médio. Ao total, são 8.089 matrículas e 555 docentes registrados.

Fonte: IBGE - CIDADES

A manutenção do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês vem ao encontro das necessidades de desenvolvimento da cidade e à concepção da Instituição, cuja meta é implantar uma unidade integrada e multidisciplinar de ensino qualificado, promovendo um ambiente acadêmico que propicie e estimule o ensino, a pesquisa em saúde e a produção intelectual, política, social e cultural.

Isto posto, a IES contribui com a demanda em âmbito regional e, conseqüentemente, nacional, no que tange a formação de profissionais na área da Licenciatura em Letras – Português e Inglês aptos a atuarem nos mais diferentes segmentos sociais, que sejam capazes de educar cidadãos conscientes do seu papel dentro de uma realidade social, histórica, econômica, regional e nacional, que merece ser conhecida e respeitada, buscando assim, responder aos contrastes regionais.

Assim, a Faculdade Cidade de João Pinheiro se propõe a colaborar para que essa população tenha também acesso à formação superior, com um sistema aberto, buscando-se manter um bom relacionamento entre a organização e seu ambiente externo, insistindo na busca constante da qualidade em todos os processos acadêmicos e administrativos. A IES se julga responsável por identificar, cultivar e explorar as competências essenciais que tornam o crescimento organizacional possível e sustentável.

1.2. Contexto Educacional e Justificativa para Implantação do Curso

Contextualização do Curso

Nome do Curso e a Modalidade: Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês

Nome da Mantida: Faculdade Cidade de João Pinheiro

Endereço de Funcionamento do Curso: Avenida Zico Dornelas Santa Cruz II, 380, João Pinheiro, MG - CEP: 38770-000.

Número de Vagas Ofertadas: 100 vagas anuais

Turno: Noturno

Carga Horária Total do Curso: 3.200 horas

Período de Integralização: Mínimo de 08 semestres e Máximo de 12 Semestres

Coordenação do Curso: PROF. DR. GILMAR ANTONIASSI JUNIOR

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
GILMAR ANTONIASSI JUNIOR	DOUTOR	INTEGRAL
MARIA DE LOURDES DE A. FERREIRA	MESTRE	PARCIAL
SONIA HELENA DE CASTRO	MESTRE	PARCIAL
LASARO JOSÉ AMARAL	MESTRE	PARCIAL

SAULO GONÇALVES PERIERA	DOUTOR	PARCIAL
-------------------------	--------	---------

Concepção do Curso

A maior preocupação da Faculdade Cidade de João Pinheiro é o oferecimento de um ensino de qualidade, reforçado por projetos de pesquisa e de extensão, que visem o envolvimento comunitário, através de uma interação dinâmica dos segmentos sociais que se apresentam constantemente com carências nos diferentes setores.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro não pretende formar apenas o Profissional Licenciado em Letras – Português e Inglês, mas também o profissional preparado para tratar com o público em geral, capaz de lidar com o que há de mais moderno no âmbito de sua profissão e ciente do progresso relativo às recentes pesquisas da área, buscando sempre melhorar o seu potencial. Através da introdução do discente às matérias epistemológicas, filosóficas, antropológicas, sociológicas, tecnológicas, de iniciação científica e extensão, busca habilitar profissionais preocupados com o seu próprio aprimoramento, tornando-os capazes de enfrentarem um mercado de trabalho cada vez mais agressivo e globalizado.

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês forma profissionais conscientes da evolução sócio-econômico-industrial da sociedade, através de uma educação voltada tanto para os aspectos formativos, como a para os aspectos informativos. Objetiva despertar o espírito crítico, propiciar o desenvolvimento do espírito de investigação científica, desenvolver a liberdade e a solidariedade humana, o cultivo de valores que enfatizem a dignidade do indivíduo como cidadão produtivo e despertar no educando a capacidade do conhecimento de si próprio, de suas potencialidades, de seus semelhantes, do mundo e de seu Criador.

Concluindo, pretende formar profissionais do mais alto nível técnico-científico, dotados do espírito cientificista e humanitário para que possam exercer seu papel social com dignidade e competência, objetivo este que será buscado constantemente pela Faculdade Cidade de João Pinheiro, dentro de seu relevante papel social.

2. Organização Didático Pedagógica

2.1. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso

A IES desde seu credenciamento procurou implementar todas as propostas relacionadas em seu PDI e Regimento Interno. Dessa forma, iniciou-se com os órgãos Administrativos de apoio, que conforme estrutura da Instituição contemplam todas as necessidades institucionais e legais. Os órgãos de Colegiado Superior de Cursos estão funcionando normalmente com seus membros designados por portaria e através da realização de reuniões que ocorrem de forma sistemática conforme regimento e demais normas.

A gestão institucional está em consonância com as atividades da Instituição, com os diretores, administradores e coordenadores, cumprindo todas as exigências e metas estipuladas pelo conselho superior (CONSUAD), compondo parte das decisões institucionais e das determinações do MEC.

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado de modo que permite uma postura que contemple essa nova realidade político-educacional, caracterizando-se pelo conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica e a dinâmica dessa Instituição, não se restringindo à mera organização de componentes administrativos, mas sim, em um planejamento estratégico organizado dos atos até hoje praticados e nas ações a serem realizadas pela Instituição em um prazo de até 05 (cinco) anos.

A época social norteia os novos paradigmas os quais a IES adotou e adequou-se. A educação por sua vez, é responsável pela formação de conhecimento científico, pelas habilidades e práticas profissionais, bem como, convicções as quais levam a crítica reflexiva e conseqüentemente à ação refletida que proporciona a evolução da sociedade.

A FCJP não pode definir seu futuro, mas pode delinear seu desenvolvimento, levando em conta as características e as tendências do meio na qual está inserida. Nesse contexto, as características e as tendências do meio, alteram e transformam a realidade da instituição, rapidamente e se fazem necessárias as adaptações, para galgar às transformações de forma criativa e crítica, assumindo, o papel de interveniente ativo nesse processo de permanente mudança, que marca a sociedade contemporânea e a Educação Nacional.

Reconhecendo isso e acreditando que o efetivo planejamento do futuro de uma instituição de ensino superior é inseparável da visão própria de seu corpo gestor e de seu corpo social, a IES tem o intuito de facilitar o processo de planificação do seu PDI promovendo a participação e transferência de sua gestão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional tornou-se exequível e capaz de assegurar uma posição adequada à Instituição no cenário educacional mineiro e regional através das propostas, que foram apresentadas, e elaboradas a partir:

- Dos resultados nos processos de avaliação da instituição e de seus cursos, realizados nos últimos 4 (quatro) anos pelo MEC, através do INEP;
- Dos resultados dos processos de avaliações internas e análise da CPA (Comissão Própria de Avaliação) que une a instituição através de representantes dos alunos, docentes, técnicos administrativos e membros da sociedade, onde através de reflexões críticas, analisam o desenvolvimento da instituição;

- Apoio do Colegiado composto por alunos, professores, tutores e corpo técnico administrativo da instituição, além do NDE, composto por docentes abrindo espaço para a discussão coletiva, análise de documentos e diretrizes descrevem caminhos e objetivos a serem alcançados para a maior significação do ensino e da formação dos discentes da instituição;
- Da identificação e da análise de um conjunto de variáveis, derivadas do contexto interno, consideradas capazes de afetar a situação da Instituição nos próximos anos.

Todas as políticas institucionais, sobretudo as políticas de ensino, pesquisa e extensão, implantadas no âmbito do curso, são elaboradas levando-se em consideração o perfil profissional desejado para os egressos e as características locais e regionais.

2.1.1. Política Institucional de Ensino

Considerando a promoção de ações inovadoras a Faculdade Cidade de João Pinheiro oportuniza por meio de espaços multidisciplinares e salas de metodologias ativas bem como o AVA, o uso de aplicativos assim como recursos tecnológicos como projetores, e futuramente lousas digitais para ampliação do processo e dos recursos de aprendizagem abrangendo a diversidade e o atendimento educacional especializado por meio de práticas de ensino na graduação e pós-graduação possibilitando os avanços tecnológicos e metodologias interdisciplinares na promoção de ações inovadoras.

Para o ensino, as diretrizes gerais da Faculdade Cidade de João Pinheiro partem dos seguintes princípios:

- Currículos inovadores e flexíveis, interligando-se a formação inicial/continuada, a formação básica comum, que é a formação humana e a relação teoria/prática, que é a profissional;

- Enriquecimento das diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo MEC, com o acréscimo de disciplinas visando atender as exigências específicas de cada curso e, ainda, peculiaridades regionais, e avanços tecnológicos e mudanças no perfil profissiográfico;
- Oferta de disciplinas e/ou atividades que introduzam o educando na organização universitária, oferecendo-lhe ampla visão da formação docente e do ensino superior, e a ministração de métodos e técnicas para facilitar o processo ensino/aprendizagem e introduzir o educando à iniciação científica e profissional;
- Aulas e outras atividades didático-científicas programadas para se desenvolverem em sequência lógica, de modo a ocuparem racionalmente os dias úteis da semana, com plena utilização dos fatores humanos e materiais disponíveis;
- Metodologias e tecnologias educacionais que levem em conta as características individuais do educando e os aspectos inovadores de cada curso e programa de ensino superior, sua inserção na realidade local e regional, e que conduzam ao desenvolvimento do raciocínio e à reflexão crítica, associando aulas expositivas com seminários, discussão de textos, estudos de casos e outros métodos didáticos apropriados;
- Integração harmoniosa das funções ensino/iniciação científica/extensão;
- Incorporação da SAGAH com ferramentas de acessibilidade (vídeo-aula com legenda, estudo de caso, NVDA (NVIDIA), desafio, exercício, infográfico, entre outros.

2.1.2. Política de Educação Ambiental da Instituição

A FCJP compreende a importância da mobilização da comunidade acadêmica para reflexões que envolvem questões relacionadas à Educação Ambiental. Assim, as coordenações de cursos da instituição, juntamente com a Direção Geral da IES, elaboraram uma proposta de Educação Ambiental de acordo com os princípios de qualidade, ética, bem como com a legislação específica, incorporada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, proporcionando uma visão crítica da

ciência e cultura, permitindo atividades de conservação da biodiversidade, de gerenciamento de resíduos, de manejo sustentável de recursos ambientais, e melhoria de qualidade ambiental, a partir de uma visão mais globalizada da questão ambiental como propiciadora do pleno exercício da cidadania.

A abordagem do tema é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

A Discussão Acadêmica social e econômica problemática em relação ao meio ambiente e seu processo de degradação tem ganhado cada vez mais espaço e tem sido objeto de políticas públicas voltadas, principalmente, ao processo educacional. Neste contexto, várias ações foram realizadas: os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar.

Diante disso, a FCJP iniciou um trabalho em conjunto com representantes da comunidade acadêmica com o objetivo de elaborar uma proposta de educação ambiental voltada para a realidade regional, contando com a participação de professores, alunos e pessoal técnico administrativo. A possibilidade de integrar diferentes cursos superiores e preparar uma proposta a partir da realidade socioambiental regional, integrando Faculdade/Comunidade justificou plenamente a necessidade e relevância de um projeto que relaciona ensino, extensão e iniciação científica. A partir dessa necessidade foi criado o NEA (Núcleo de Educação Ambiental) cujo objetivo principal é a interação entre a comunidade acadêmica, sociedade e as questões ambientais.

2.1.3. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior

A IES, considerando o que dispõe o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno através da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário e para assegurar o direito à educação a todos(as), adota em sua missão e em todos os regulamentos e ações que norteiam e efetivam suas ações práticas educativas para a defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, nos âmbitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, a fim de garantir a igualdade e de defesa da dignidade humana, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, independente da área de estudo ou formação.

Para alcançar a Missão Institucional, de forma sistêmica, transversal e multidimensional, calcada fortemente no contexto da EDH, a IES declara como norteadores de suas ações seu PDI e PPC os seguintes fundamentos: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação, posicionamentos estes apresentados na Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Os princípios supracitados são articulados nas dimensões:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando Linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos. Cabe ainda a IES, incentivar a pesquisa e a extensão no tema, promovendo diálogo com segmentos em situação de exclusão social e movimentos sociais, atuando assim com ações efetivas na formação de uma sociedade mais cidadã e responsável, junto à região onde atua, divulgando inclusive, pelos mais diversos meios midiáticos, os resultados e experiências vivenciados e obtidos. Vale lembrar a Missão da Mantenedora e suas Mantidas: “Formar profissionais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região na qual está inserida, através de uma proposta filosoficamente transformadora e libertária, atuando de forma solidária e efetiva garantindo a universalização e a equidade na prestação de serviços visando à busca constante da excelência educacional.”

Iniciação Científica (Pesquisa)

No que se refere à pesquisa a IES incentiva o desenvolvimento de saberes e ações no campo da educação em saúde através de apoio a investigações especializadas focando na promoção da paz, desenvolvimento, justiça, igualdade e liberdade. Além de propostas de iniciação científica em questões ambientais, do afrodescendente indígena, memória do patrimônio cultural, gestões específicas de ações sociais e demais atividades que possam se tornar de referência para o desenvolvimento de outros projetos. A IES conta ainda com o NIPE (Núcleo de Apoios a Iniciação Científica, Pesquisa, Extensão e Internacionalização).

Atividades de Extensão

São desenvolvidos projetos de extensão que enfatizam o compromisso da IES com a promoção e a defesa dos direitos humanos nos diversos segmentos que a mesma tenha inserção de forma direta ou indireta, internas e externas ao

ambiente escolar de forma a contribuir com o crescimento local e regional em termos de políticas em prol dos direitos humanos. A IES conta ainda com o NIPE (Núcleo de Apoio a Iniciação Científica, Pesquisa, Extensão e Internacionalização), que acompanha e gerencia os processos de extensão. A IES também proporciona à comunidade acadêmica projetos de extensão organizados por seus acadêmicos através de atividades organizadas nas disciplinas de Projeto de Integração e Extensão ofertadas em todos os períodos dos cursos (regulamento em ANEXO V).

Gestão

Na gestão os direitos humanos são incorporados na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, lidando e reparando processos de violações através de ouvidorias, representação institucional e intervenção social junto às esferas públicas de cidadania, com participação da IES em conselhos, comitês, e políticas públicas além da participação em projetos sociais principalmente relacionados à saúde proposto pelo Governo Federal e que muitas vezes encontra dificuldades na gestão dos mesmos por falta de colaboradores com experiência ou conhecimento de gestão.

Desta forma a IES espera contemplar estes princípios orientadores e a EDH – Educação em Direitos Humanos como parte do processo educativo uma vez que, sem os direitos humanos, não será possível consolidar uma democracia substancial e uma Educação Completa e Inclusiva. Fatores estes necessários ao comprometimento da IES com a cultura e política dos direitos humanos, contribuindo assim para o bem-estar de todos, salientando que outras formas de problemas com o avanço das tecnologias (bullying e invasão de privacidade), também terão de ser repensadas para a manutenção destes direitos.

2.1.4. Política Afrodescendente e Indígena

Para a execução da política sobre **Afrodescendentes e Indígenas**, a IES inseriu em todos os cursos uma disciplina sobre a Temática que é ofertada, no referido curso, de forma obrigatória.

Cabe ressaltar que a IES executa projetos que incentivam a cultura Afrodescendente e Indígena e possibilita ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mas com a sociedade como um todo.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena. Para o acompanhamento das ações a IES conta com Núcleo de Inclusão da Cultura Afrodescendente e Indígena.

2.1.5. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

O Autismo é uma denominação que atualmente é melhor explicada pelas nomenclaturas Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que indicam uma ampla variação na sintomatologia, onde se inclui um tripé de características: dificuldade de comunicação, de interação social e interesse e atividades restritos, estereotipados e repetitivos. Dentro do quadro do autismo, existem vários graus de comprometimento dos sintomas, tornando mais ou menos severa a situação da pessoa com esta síndrome. Dentre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais discreto.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro preocupa-se com a temática e trabalha em sala de aula práticas pedagógicas que visam a redução das barreiras à participação e à aprendizagem desses alunos, mostrando a importância da

mediação e destacando o ensino superior como um espaço privilegiado, sendo o professor como elemento essencial para o acesso à aprendizagem.

A FCJP conta com atendimento psicopedagógico para acompanhar o aluno autista, oferecendo ao mesmo o suporte necessário. São desenvolvidas periodicamente palestras e seminários que abordam a temática para toda a comunidade acadêmica. Os professores das diversas áreas trabalham o tema de forma transversal com os alunos, instigando a curiosidade e levando os mesmos a pesquisar e se informar mais sobre o assunto.

Neste contexto a FCJP desenvolve uma política de acompanhamento e auxílio da pessoa com autismo e não apenas a transmissão de conteúdos numa disciplina, motivo este, das reuniões e discussões sobre o tema em questão.

2.1.6. Política de Iniciação Científica

As atividades pertinentes à Iniciação Científica são oportunidades para o estudante utilizar os critérios inerentes ao processo científico de conhecer, convivendo com os problemas, com as dificuldades e com o desconhecido em cada área profissional na busca de descobertas para resoluções de problemáticas importantes na área de atuação.

Sob esse prisma, as aptidões científicas são aspectos importantes da formação e a Iniciação Científica sendo um dos instrumentos de estímulo à participação dos estudantes da graduação, preparando-os para o acesso à pós-graduação. Na instituição o start inicial ocorre com a disciplina de “Língua, Comunicação e Investigação”, no decorrer do curso com as disciplinas de “Projetos de Integração e Extensão” e posteriormente com o “Trabalho de Curso” e “Seminário de Trabalho de Curso” e projetos que venham a ser desenvolvidos durante a graduação de acordo com a especificidade de cada curso.

São essas as ações implementadas pela IES para efetivação da iniciação científica:

- Regular e incentivar a utilização de princípios e normas metodológicas para a produção de textos científicos;
- Incentivar docentes e discentes no desenvolvimento de senso crítico, de uma postura proativa e de autonomia para o aprendizado;
- Motivar docentes e discentes a participarem de congressos, seminários e eventos de cunho científico;
- Incentivar a realização de eventos científicos internos;
- Buscar por acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa;
- Incentivar os alunos a vivência mais aprofundada de temáticas da área pela qual optou, valendo-se da produção de conhecimento extraclasse por meio de pesquisas descritivas ou experimentais;
- Conscientizar sobre a importância da integração do professor-pesquisador com o aluno pesquisador, incentivando uma relação de troca de conhecimentos;
- Orientar a comunidade acadêmica para uma abordagem inter e multidisciplinar dos temas de pesquisa;
- Incentivar a formação de Grupos de Pesquisa;
- Disseminar e divulgar o saber pesquisado, estabelecendo critérios claros de definição da propriedade intelectual e sua coerência extensionista;
- Conceder dentro da viabilidade do orçamento institucional auxílio para projetos específicos de pesquisa e iniciação científica;
- Auxiliar docentes e discentes na divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em periódicos institucionais ou não visando a conquista e o reconhecimento da qualidade da pesquisa bem como esclarecendo sobre a importância da publicação.

2.1.7. O NIPPEE – Núcleo de incentivo: projetos, pesquisa e extensão e internacionalização

A Instituição criou o Núcleo de Incentivo: Projetos, Pesquisa e Extensão – NIPPEE com a finalidade de incentivar seus educandos para a investigação científica e para a efetivação e registro dos projetos de extensão realizados na IES. A Faculdade Cidade de João Pinheiro sabe da importância de oferecer conhecimento científico atrelado a constante necessidade de pesquisa como princípio ético de buscar respostas científicas a novas demandas sociais.

Os projetos de Iniciação Científica ou de Pesquisa propriamente dita, são supervisionados pela coordenação do NIPPEE bem como sua regulamentação, normatização e execução. Em relação a auxílios financeiros a instituição por meio do CONSUAD autoriza desde que dentro das previsões orçamentárias das IES tendo em vista as necessidades de sustentabilidade financeira de uma instituição do porte da Faculdade Cidade de João Pinheiro.

No ano de 2020 foi integrado ao NIPPEE a política de Internacionalização, constituindo assim o nome: NIPPEE – NÚCLEO DE INCENTIVO: PROJETOS, PESQUISA E EXTENSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO e a atuação junto aos Núcleos de Apoio as Políticas de Ensino os quais realizam atividades de extensão, ensino e pesquisa dentro das políticas de ensino por meio da transversalidade e interdisciplinaridade.

Dentre os objetivos e atribuições do NIPPEE e Internacionalização, este núcleo agrega às funções de fomentar o conhecimento científico internacional por meio da participação em eventos e a publicação internacional de discentes e docentes e o incentivo as políticas de ensino como: Meio Ambiente, Direitos Humanos, Igualdade Etnoracial e Indígena, Cultural e Artística, Desenvolvimento Tecnológico, Econômico e Responsabilidade Social.

Objetivos do NIPPEE e Internacionalização:

- Incentivar docentes e discentes da graduação e pós-graduação na realização de atividades de pesquisa, desenvolvidas a partir das inquietações advindas da formação inicial e continuada, assim como as

experiências profissionais e de estágio, considerando o contexto local e regional;

- Formar grupos de estudos nos quais aprimorem o conhecimento coletivo e individual dos envolvidos na busca pelo conhecimento das produções científicas das áreas de concentração e linhas de pesquisa de maior interesse da instituição, assim como das necessidades científicas e sociais;
- Contribuir com a formação inicial do discente, no sentido do aprofundamento teórico-metodológico da profissão, construção de uma identidade pessoal e profissional mais crítica e reflexiva, despertando-lhe o interesse pelas atividades acadêmico-científicas e pelas competências políticas, sociais, ética, estéticas e epistemológicas;
- Buscar e divulgar os eventos científicos regionais, nacionais e internacionais a fim de incentivar a disseminação do conhecimento produzido, além de organizar encontros e eventos internos que contribuam nesse sentido e sensibilizem a comunidade acadêmica quanto à importância das práticas científicas;
- Sistematizar e organizar os trabalhos científicos já existentes, facilitando e agilizando o acesso às produções internas e externas a partir de bibliotecas digitais e material impresso;
- Articular atividades de ensino e extensão como apoio à iniciação científica;
- Apoiar o trabalho desenvolvido pelos professores de Metodologia e Iniciação Científica, assim como Trabalho de Conclusão de Curso no que tange a levantamento bibliográfico, aspectos técnicos e metodológicos inerentes à pesquisa científica;
- Incentivar a submissão de trabalhos em Programas de Iniciação Científica;
- Estruturar e divulgar editais que visem captação de recursos humanos para atividades remuneradas e não remuneradas;
- Incentivar a publicação dos trabalhos em revistas, periódicos, anais, entre outros;

- Manter a Instituição informada a respeito dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo;
- Promover estudos, pesquisa e extensão, desenvolvendo competências e habilidades para a execução de projetos;
- Assessorar e dar suporte técnico e institucional adequando-se às necessidades da extensão, pesquisas, estudos implementando a construção de conhecimentos científicos;
- Assegurar a pluralidade de tendências teóricas e práticas, a fim de incentivar e desenvolver projetos de pesquisa e extensão com qualidade;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, que mobilizem discentes e docentes para o desenvolvimento de linhas de pesquisas de cunho científico e cultural;
- Constituir uma rede de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, potencializando as atividades de extensão e pesquisa, favorecendo o aprofundamento de conhecimentos e práticas da formação acadêmica;
- Apoiar a divulgação e publicação das produções científicas e em eventos;
- Buscar convênios e parcerias com instituições envolvidas com pesquisa para o desenvolvimento de projetos institucionais;
- Criar evento anual para divulgação de projetos em andamento de alunos e publicação digital;
- Apoiar as ações desenvolvidas pelos núcleos específicos de apoio as políticas de ensino;
- Oferecer suporte aos coordenadores diante das ações planejadas e executadas;
- Estimular a participação dos alunos nas ações pautadas em cada área específica;
- Promover a divulgação dos projetos apresentados pelos núcleos;
- Implementar uma política de ensino de idiomas, por meio do fortalecimento do ensino de português como língua de adoção, e da capacitação de professores e estudantes para redigir e apresentar textos acadêmicos em outras línguas;

- Implantar programas de pesquisas em parceria com outros países;
- Capacitar discentes, docentes e demais colaboradores, por meio de Intercâmbio estrangeiro de conhecimento técnico, científico e cultural, etc.;
- Produzir, divulgar e incentivar a apropriação do conhecimento adquirido com vistas à melhoria da qualidade de vida dos seres vivos das comunidades relacionadas/parceiras ou assistidas pela FCJP conforme suas propostas de responsabilidade socioambiental.

2.1.8. Política de Internacionalização

Pode-se compreender a internacionalização como o conjunto de ações de mobilidade acadêmica, intercâmbio bilateral, oferta de idiomas, disciplinas em língua estrangeira e cursos gerais, desenvolvimento de pesquisa, cooperação institucional, projetos internacionais, adesão a editais de programas de financiamento, oferta e participação em eventos internacionais, participação em projetos em rede internacional, formação de docentes e técnicos, entre muitas outras – que visam à consolidação e expansão da universidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a favor do desenvolvimento e diálogo entre as culturas, da construção de uma sociedade mais justa e para a sustentabilidade das nações e do planeta.

Cabe ao Núcleo de Incentivo: Projetos, Pesquisa, Extensão e Internacionalização – NIPPEE da Faculdade Cidade de João Pinheiro atuar como promotores desta Política, garantir, prever e apoiar os procedimentos para a implementação de ações em curto, médio e longo prazos, acompanhando, avaliando, monitorando e divulgando ações internacionalizadas, por meio de programas de cooperação e intercâmbio na celebração de convênios internacionais de ensino para discentes e docentes, objetivando:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e implantação de ações internacionais;

- Fortalecer a cultura e o preparo dos alunos para a participação em ações internacionais;
- Divulgar programas e eventos em âmbito internacional;
- Promover a participação de alunos, professores e pessoal técnico-administrativo em ações de internacionalização;
- Garantir a criação de diretrizes e normas para a regulamentação das ações internacionalizadas;
- Desenvolver ações de extensão e pesquisa em parceria com instituições e/ou professores estrangeiros;
- Promover a participação de alunos e docentes em fóruns, redes e eventos internacionais;
- Fomentar a pesquisa em âmbito internacional;
- Participar de Programas Nacionais e Internacionais de fomento à internacionalização;
- Fomentar a mobilidade acadêmica de alunos da Graduação e da Pós-Graduação em Instituições estrangeiras;
- Implementar o uso da tecnologia da informação e ensino a distância para o desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas.

2.1.9. Política de Acessibilidade e Inclusão Social

Todas as pessoas devem ter direito à **igualdade de oportunidades** e acesso à educação. Por isso, a acessibilidade da Faculdade Cidade de João Pinheiro sempre será tratada como um item importante, uma vez que garante às pessoas com deficiência a possibilidade de estudar e de se formar em um curso que atenda às suas necessidades acadêmicas.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro segue algumas medidas que criam um ambiente mais acessível e inclusivo como:

Adaptação da estrutura física do campus: foram construídas rampas de acesso, disponibilização de faixas com relevo (piso tátil) para indicar o caminho a quem tem deficiência visual, banheiros e mobiliário adaptados.

Iluminação: investimento na iluminação dos espaços do campus, principalmente nos caminhos, facilita a locomoção das pessoas e evita acidentes, que para um aluno com deficiência pode ser bastante prejudicial.

Contratação de monitores e profissionais especializados: é importante que a faculdade tenha à disposição profissionais especializados para ajudar as pessoas com deficiências, caso haja a demanda.

Metodologia e didática de ensino diferenciadas: a instituição possui metodologias de ensino que atendam às necessidades de seus alunos, assim como recursos tecnológicos como o AVA para alunos dos cursos.

Treinamento: toda a equipe institucional está alinhada com as políticas de inclusão e acessibilidade adotadas.

Conscientização da comunidade acadêmica: palestras, eventos e grupos de discussão são realizados a fim de conscientizar os demais alunos sobre a importância do respeito, tolerância e diversidade no ambiente universitário.

Inclusão social: proporcionar que esses alunos sintam-se parte da comunidade acadêmica sendo engajados em todas as atividades que ocorrem na instituição, assim como qualquer aluno.

2.2. Objetivos do Curso

Fazer com que o aluno seja o profissional adequado as finalidades aqui descritas garantindo que o curso proposto tenha condições de transmitir para o discente as competência e habilidades necessárias para sua plena formação e formar Profissionais capazes de apreender; entender, criticar, analisar e avaliar a realidade e, sob o primado da prática, desempenhar, criativamente, suas

atividades profissionais; de forma contextualizada frente a cada realidade social e institucional que se apresenta e atuar como agente de mudanças.

Administrar o processo de autoformação, adaptando-se com flexibilidade às situações novas buscando a atualização pedagógica constante, face as novas exigências sociais.

Articular os conhecimentos teóricos com a prática educacional, de forma eficiente e eficaz, a fim de atender diferentes contextos.

Atender aos alunos com necessidades especiais em diferentes níveis da organização escolar assegurando seus direitos de cidadania.

Comunicar-se com clareza e objetividade facilitando o desenvolvimento da aprendizagem significativa nas diferentes etapas da escolaridade e modalidade de ensino.

Conhecer a legislação educacional e identificar no meio escolar sua contextualização a fim de realizar críticas inerentes ao processo educativo, propondo as soluções necessárias.

Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas.

Propor respostas criativas aos problemas educacionais e socioculturais, apresentando medidas que visem a exclusão social e melhorias na qualidade do ensino.

2.3. Perfil Profissional do Egresso

O profissional de Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e

manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias Projeto Pedagógico de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente e deve ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

Prevê-se, sobretudo, a formação de um profissional crítico, reflexivo e investigativo, que esteja preparado para exercer uma prática cotidiana de formação continuada, considerando o eixo epistemológico do curso: a linguagem.

Destaca-se, por conseguinte, que o perfil do egresso corresponde aos objetivos do curso e com as políticas constantes no PDI e PPI da Instituição, traduzida pela correspondência com a proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e com as necessidades profissionais e sociais, expressando uma diretriz de ação acessível ao conhecimento do aluno.

2.4. Estrutura Curricular

A proposta pedagógica tem a empregabilidade, a sustentabilidade e o empreendedorismo como pilares estratégicos para a melhoria da qualidade de vida. Com estas premissas a FCJP realiza suas atividades de ensino, pesquisa (quando for o caso) e extensão, incluindo-se, nesse contexto, os indispensáveis projetos de ações assistenciais que potencializam a responsabilidade social presente no cotidiano da instituição, preparando os estudantes para assumirem papel ativo em uma sociedade marcada pelo multiculturalismo, pela pluralidade e pela rapidez das transformações.

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês foi elaborada para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela **RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002**, considerando-se também a distribuição adequada da carga horária semestral, de modo a

permitir a necessária flexibilidade curricular e interdisciplinaridade, através das atividades de extensão (muitas vezes entre cursos), atividades complementares e optativas.

Atendendo ao Decreto nº 5.626/2005 o curso oferta a disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória, estando alocada na matriz curricular do curso em questão no 2º (segundo) período.

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP, nas figuras dos membros do Núcleo Docente Estruturante e de sua coordenação compreendem que o processo de elaboração de uma matriz curricular é dinâmico e plástico, desta forma, no seu desenvolvimento dialoga com o mercado de trabalho, com o alunado e com as instâncias superiores, sejam elas as da própria Faculdade ou das agências reguladoras. Desta feita, a estrutura curricular aqui apresentada traz em seu bojo o que se aprendeu nos processos de avaliação formais aos quais os cursos se submeteram e as orientações institucionais da FCJP.

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP tem a carga horária de 3.200 horas, incluindo 80 horas de Atividades Curriculares Complementares e 400 horas de estágio curricular supervisionado.

A integralização do Curso no tempo mínimo de 08 semestres pode ser efetivamente cumprida pelo aluno, considerando que o Curso é ministrado em horário noturno, de 2ª a 6ª feira, com 40 horas, ou mais, semanais. As atividades teóricas e práticas, assim como os estágios curriculares supervisionados, são realizadas nos períodos matutinos, podendo ainda ser realizadas no período noturno, principalmente nas fases finais do Curso, fazendo-se dessa forma, uso consciente e objetivo de prerrogativa prevista na **RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.**

A contabilização da carga horária encontra-se disciplinada no Regimento Geral da FCJP e as ações programadas e que fazem com que seja atendida a matriz

curricular do curso são contabilizadas, no âmbito da FCJP, pela soma de trabalhos acadêmicos. O trabalho acadêmico compreende atividades docentes e discentes para além da sala de aula que, expressamente previstas nos Planos de Ensino, integram a carga horária da disciplina e, quando identificados como atividades complementares, a elas se agregam. O trabalho acadêmico efetivo, respeitando semestralmente os 100 dias letivos, computará duração da atividade acadêmica e o efetivo trabalho do aluno e compreende:

I - preleções e aulas expositivas;

II - atividades práticas supervisionadas tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica (quando for o caso), trabalhos individuais ou em grupo, prática de ensino, exercícios e tarefas pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa (quando for o caso), com cunho de aprofundamento ou aplicação de estudos, como estágios, prática profissional, trabalho de campo, participação em programas de pesquisa (quando for o caso) ou de extensão.

Dentro da estrutura curricular para o referido curso, destaca-se o preparo institucional, tanto estrutural/arquitetônico quanto metodológica para garantir o acesso das pessoas com deficiência aos mais diversos espaços, ambientes, cenários e possibilidades que a vida acadêmica proporciona. Esta acessibilidade é garantida na FCJP pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social, o qual desenvolve suas ações na busca de metodologias integrativas e acessíveis, como a construção de textos em Braile ou a divulgação da Língua Brasileira de Sinais, implantando softwares inclusivos (DOSVOX e VLIBRAS) nos computadores utilizados pela comunidade acadêmica para auxílio na absorção do conhecimento proposto, garantindo os mais diversos tipos de acessibilidade, incluindo a acessibilidade metodológica ao público alvo.

A distribuição quantitativa dos minutos de atividades que compõem a hora-aula é da responsabilidade de cada disciplina que se obriga a respeitar a carga horária mínima a ela atribuída pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A valoração e a quantificação em minutos das atividades acadêmicas são

critérios feitas, inadmitindo-se prejuízo ao cumprimento da carga horária total do curso. O desenvolvimento das atividades práticas das disciplinas em diferentes cenários e a participação em projetos de extensão levam a perspectiva de um trabalho coletivo (academia, serviço e comunidade), na busca de estratégias para a minimização dos problemas do cotidiano e o exercício pleno da cidadania.

O início das atividades práticas, em nível de complexidade crescente, com articulação dos conteúdos entre si, propicia ao estudante os conhecimentos, as competências e as habilidades requeridas. Todas as disciplinas valorizam a interdisciplinaridade e possibilitam a efetiva articulação entre a teoria e a prática.

Os Estágios Curriculares Supervisionados, com carga horária prevista neste PPC computada em aulas de 60 minutos, estão dispostos ao longo da matriz curricular que se apresenta como rede de cuidados a fim de proporcionar a capacitação do estudante nas diferentes áreas de atuação profissional.

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês adota uma proposta de formação, na qual o estudante tem papel ativo e assume responsabilidades crescentes na construção de seu conhecimento. Como sujeito do aprendizado e tendo o professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, o estudante deve familiarizar-se com os problemas relevantes na área da tecnologia em geral. Estimula-se o trabalho em equipe e a produção dinâmica de conhecimentos por meio da ação-reflexão-ação, o que permite o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes necessárias ao exercício profissional.

A estrutura curricular e o ementário do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês com a respectiva bibliografia básica e complementar das disciplinas são apresentados nos ANEXOS 2 e 3 respectivamente.

2.5. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares da matriz curricular encontram-se organizados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pela **RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002**, que assegura que os cursos de Licenciatura em Letras – Português e Inglês devem contemplar, em seus projetos pedagógicos, o conjunto das atividades de aprendizagem e assegure o desenvolvimento das competências, estabelecidas no perfil do egresso.

Os conteúdos curriculares, constantes na matriz curricular, buscam promover o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso em Licenciatura em Letras – Português e Inglês, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias em 3.200 horas, assegurando 80 horas de atividades complementares, 400 horas de estágio supervisionado.

O curso dispõem de uma bibliografia básica e complementar adequada que validada pelo NDE, com acessibilidade metodológica presencial e virtual (garantida na FCJP pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social, o qual desenvolve suas ações na busca de metodologias integrativas e acessíveis, como a construção de textos em BRAILE ou a divulgação da Língua Brasileira de Sinais, implantando software's inclusivos [DOSVOX e VLIBRAS] nos computadores utilizados pela comunidade acadêmica para auxílio na absorção do conhecimento proposto, garantindo os mais diversos tipos de acessibilidade, incluindo a acessibilidade metodológica ao público alvo) que buscam assegurar uma abordagem dos conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental (disciplina ofertada de forma obrigatória no 4º semestre), de Educação em Direitos Humanos (disciplina ofertada de forma obrigatória no 3º semestre) e de Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (através da oferta da disciplina de História e Cultura Afrodescendente e Indígena como obrigatória no 3º semestre do curso), com conhecimentos recentes e inovadores da formação da sociedade brasileira.

A atualização curricular é um ponto importante e avaliado constantemente pelo NDE, sempre atento às necessidades locais e regionais relacionadas às demandas do mercado. As políticas de educação ambiental, libras, direitos humanos e relações étnicas-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são frequentemente discutidas pelo NDE, buscando ir além das ofertas em disciplinas optativas, buscando outros caminhos como projetos de extensão, seminários, sensibilização para os referidos temas.

Distribuição das Disciplinas por Conteúdos

Os conteúdos curriculares asseguram o desenvolvimento de conteúdo dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional de um Licenciado em Letras – Português e Inglês, de acordo com o perfil, competências e habilidades anteriormente descritos, levando-se em consideração as orientações apresentadas para a estruturação do curso. A organização dos currículos da Faculdade Cidade de João Pinheiro contempla os conteúdos comuns a todos os cursos, complementados com disciplinas organizadas para cumprir com o perfil proposto para o egresso.

Considerando a legislação vigente, os princípios básicos anteriormente definidos, o perfil e os objetivos propostos, este currículo, com carga horária total de 3.200h/a, está organizado sob orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o referido curso.

Os núcleos temáticos são estabelecidos a partir de uma visão integradora, baseada em princípios de globalização, interdisciplinaridade e complexidade, considerando os elementos locais, regionais e nacionais.

O conteúdo curricular diferenciado do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês destaca-se dentro da área profissional, promovendo um contato constante com conhecimentos recentes e inovadores. Através de disciplinas atualizadas e alinhadas com as tendências da prática do referido

curso, os estudantes têm a oportunidade de explorar temas de vanguarda. A inclusão de aulas práticas, laboratórios modernos e o uso de tecnologias avançadas, que enriquecem ainda mais o contato com o conhecimento recente e inovador. Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês diferencia-se ao oferecer uma formação atualizada, estimulando a busca pelo aprendizado contínuo e preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo profissional, contribuindo para o avanço e o desenvolvimento do contemporâneo da área.

Distribuição das Disciplinas por Conteúdos

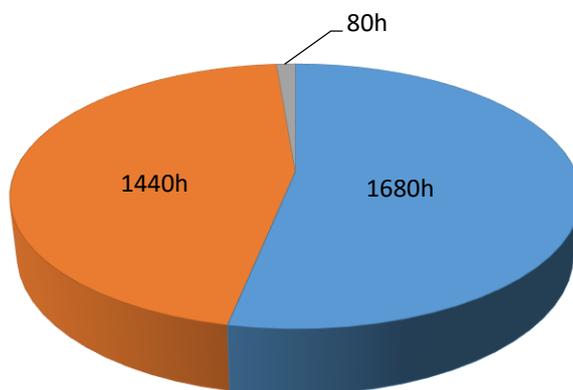
Etapa Comum	Carga Horária
Práticas Docentes Integrativas de Competências e Habilidades BNCC I	120
História da Educação no Brasil	40
Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação	120
Projeto de Integração e Extensão I	40
Práticas Docentes Integrativas de Competências e Habilidades BNCC II	120
Optativa I	40
Direitos Humanos	40
Projeto de Integração e Extensão II	40
Práticas Docentes Integrativas de Competências e Habilidades BNCC III	80
Psicologia do Desenvolvimento Humano	80
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	40
Optativa II	40
Projeto de Integração e Extensão III	40
Educação Ambiental	40
Práticas Docentes Integrativas de Competências e Habilidades BNCC IV	80

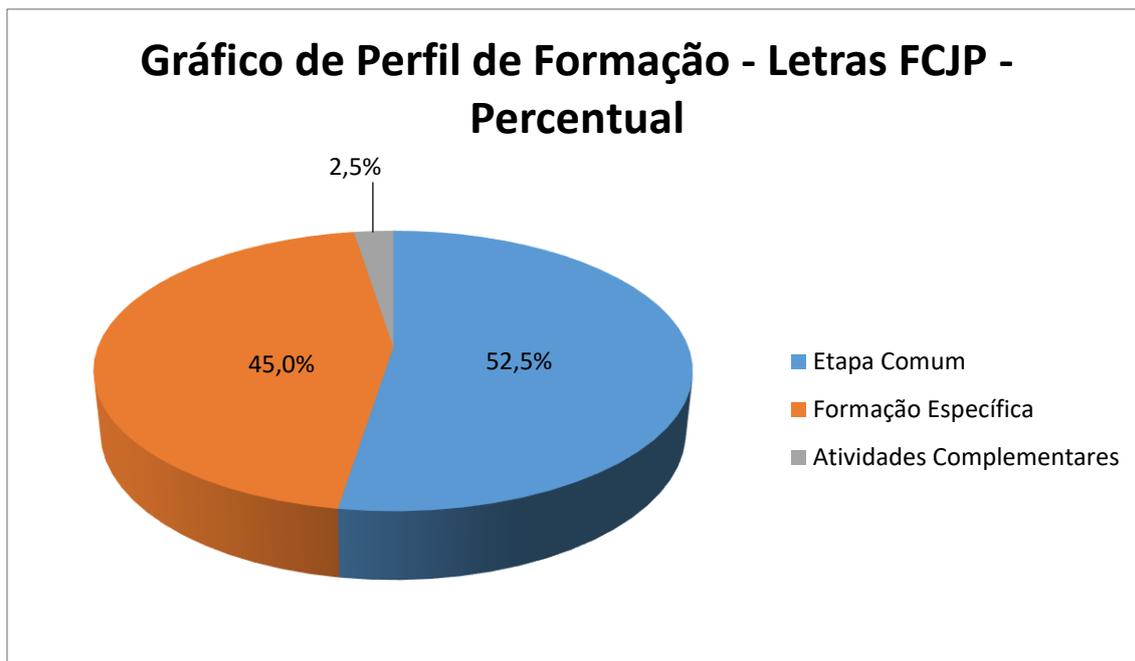
Optativa III	40
Estágio Supervisionado I	100
Projeto de Integração e Extensão IV	40
Projeto de Integração e Extensão V	40
Estágio Supervisionado II	100
Projeto de Integração e Extensão VI	40
Estágio Supervisionado III	100
Trabalho de Curso	40
Projeto de Integração e Extensão VII	40
Estágio Supervisionado IV	100
Seminário Trabalho de Curso	40
Projeto de Integração e Extensão VIII	40
TOTAL	1680
DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM LICENCIATURA EM LETRAS (PORTUGUÊS/INGLÊS)	Carga Horária
LIBRAS	40
Língua, Comunicação e Investigação	40
Fundamentos da Linguística	40
Língua Inglesa e Gêneros do Cotidiano	40
Teoria de Gêneros Literários	40
Língua Inglesa em Gêneros de Esfera Intimista	40
Fonética e Fonologia	40
Sociolinguística e Linguística Textual de Ensino	60
Língua Inglesa nas Práticas Multimodais	60
Planejamento e Mediação Didática em Educação	80
Linguística Textual de Ensino e Estudos Morfológicos e Lexicais	80
Língua Inglesa e Letramento nos Gêneros Acadêmicos	60
Língua Inglesa como Prática de Oralidade Internacional da Docência	60
Análise do Discurso	80

Psicologia da Educação e Educação Inclusiva	80	
Alfabetização, Letramento e Literatura na Educação Básica	60	
Teoria e Prática do Currículo	60	
Legislação da Educação Básica e Políticas Educacionais	80	
Textos Fundadores da Literatura Brasileira e Portuguesa	80	
Avaliação da Aprendizagem	60	
Revisão de Textos Processuais Português e Inglês	80	
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60	
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa	60	
Temas de Literatura Brasileira Contemporânea	60	
TOTAL	1440	
Conteúdos	Carga Horária	Percentual
Conteúdos – Etapa Comum	1680	52,5%
Conteúdos da Formação Específica em Licenciatura	1440	45,0%
Atividades Complementares	80	2,5%
TOTAL	3200	100%

Gráfico de Perfil de Formação - Letras FCJP - Carga Horária

■ Etapa Comum ■ Formação Específica ■ Atividades Complementares





2.6. Metodologia

Os princípios metodológicos da FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO estão norteados por sua missão, a qual deverá conduzir à obtenção do perfil desejado do egresso. No caso, a FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, busca uma proposta metodológica que privilegie a qualificação do aluno, sem, no entanto, deixar de formar um cidadão crítico e capaz de pensar e estabelecer por si soluções inovadoras, não só para a organização em que trabalha, mas também para a comunidade em que vive a sociedade de um modo geral.

A aquisição de conhecimento deve ser compreendida como decorrência das trocas que o ser humano estabelece na interação com o seu meio natural, social e cultural. Ser o mediador desse processo e articular essas trocas é papel fundamental do educador.

A **autonomia discente** se expressa na forma da participação dos nossos alunos nos órgãos colegiados com equidade de integrantes, como ocorre no Colegiado

e CPA, devidamente implementados e funcionais. Nesses órgãos colegiados a participação discente é essencial para que possam participar de todo o processo de formação, saindo da posição de espectador passivo e passando para a posição de participação ativa, garantindo sua autonomia no processo de formação.

Dentro do processo de ensino-aprendizagem e de todo processo metodológico que o discente está inserido existe um **acompanhamento contínuo**, que é feito principalmente através da CPA, onde dentre suas questões, temos algumas direcionadas especificamente à verificação da acessibilidade metodológica e autonomia discente. Este levantamento é muito importante, porque permite a IES e a Coordenação se orientar no sentido de moldar o curso e o processo em si, garantindo uma formação participativa, ativa, sem barreiras e com autonomia para os nossos discentes.

A metodologia utilizada pela IES busca constantemente o incremento e a ampliação da **acessibilidade metodológica**, que é também conhecida como acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Exemplo: quando professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, como textos em BRAILE ou textos ampliados. Além da acessibilidade metodológica, o curso busca também sempre potencializar a acessibilidade atitudinal, no que diz respeito ao comportamento das pessoas sem preconceitos estereotipados, estigmas e discriminações além da acessibilidade arquitetônica na busca da promoção da adequação de espaços e a extinção de barreiras física e ambientais nas edificações fornecidas pela IES.

O Curso visa à qualificação e competência do egresso, adotando para tal, métodos de ensino e aprendizagem diversificados e criativos. Vale ressaltar que a implementação da formação profissional “saber fazer” deve envolver a incorporação de uma pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho.

Sendo assim, o Curso possui as seguintes práticas pedagógicas:

- ✓ **Seminários, Simpósios, Conferência e Congressos:** Metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o aluno para a prática expositiva, sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre o assunto em pauta. Auxilia na Comunicação e Expressão Oral.
- ✓ **Palestras:** Metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho.
- ✓ **Ciclo de Palestras:** Metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos alunos a prática de cerimonial e organização de eventos.
- ✓ **Dinâmicas de Grupo:** Aprendizagem vivencial como forma de motivação, diferenciação e preparação dos alunos para o mercado de trabalho, com estimulação do desenvolvimento da contextualização crítica, tomada de decisões e liderança. Ativa a criatividade, iniciativa, o trabalho em equipe e a negociação.
- ✓ **Visitas Técnicas:** Realização de visitas, em empresas, de forma a integrar teoria e prática, além de contribuir para o estreitamento das relações entre instituição de ensino e comunidade empresarial. Visão sistêmica e estratégica de conteúdos.
- ✓ **Estudos de Caso:** Atividade de aplicação dos conteúdos teóricos, a partir de situações práticas, visando ao desenvolvimento da habilidade técnica, humana e conceitual.
- ✓ **Projetos Culturais e de Extensão:** Projetos desenvolvidos em prol da sociedade de João Pinheiro que são desenvolvidos durante o curso pelo coordenador.
- ✓ **Aulas Expositivas:** Método tradicional de exposição de conteúdo, porém com a utilização de recursos audiovisuais como retroprojektor, data show, TV e vídeo que asseguram a compreensão dos conteúdos.

Em sala de aula, o tempo é usado para resolver problemas em conjunto, ampliando o aprendizado colaborativo. Nesse foco os estudantes deixam de serem consumidores de conteúdo e passam a produzi-los, incorporando em sua prática o domínio de ferramentas que usam diariamente, como aplicativos para computadores, dentre outras mídias. Assim, eles sentem que participam do processo acadêmico.

Para que as estratégias adotadas alcancem o resultado esperado, e as atividades devem atender às indicações metodológicas:

- ✓ No início do curso, os alunos são informados do que serão capazes de realizar após o período de aprendizagem;
- ✓ Incentivar os alunos a expressar suas expectativas em relação ao curso de forma a possibilitar uma adequação entre suas expectativas e os objetivos propostos;
- ✓ Informar os alunos a respeito da metodologia de aprendizagem a ser utilizada e dos procedimentos de avaliação de sua aprendizagem prática e técnica, ressaltando-se a importância da avaliação como meio de auxiliá-los na aprendizagem;
- ✓ Utilizar os procedimentos que possibilitem a prática das tarefas e operações por parte dos alunos;
- ✓ Executar, em sequência programada, as diversas tarefas e operações;
- ✓ Concretizar o ensino através de ambientes e técnicas especiais, que reproduzam, na medida do possível, situações reais de trabalho;
- ✓ Executar as tarefas em situações diversificadas, de forma a possibilitar aos alunos flexibilidade dos comportamentos e a autoadequação às variações e mudanças sociais e de trabalho;
- ✓ Utilizar procedimentos que possibilitem aos alunos a aquisição de hábitos de estudo que lhes favoreçam contínuo autoaperfeiçoamento;

✓ No final da etapa da aprendizagem, proporcionar aos alunos e aos docentes a oportunidade de avaliar os objetivos previstos, utilizando os dados desta avaliação para eventuais reformulações no Plano de Ensino.

A metodologia utilizada pela IES é baseada na Dialética, cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e que tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos.

O processo ensino-aprendizagem é composto por quatro elementos reais que devem ser considerados: o aluno, o professor, o conteúdo e as variáveis ambientais, ligadas às características da Instituição. Cada um desses elementos exerce uma rede de influências sobre os demais, ligando-os e alterando suas características.

Analisando cada elemento, entende-se que o aluno é um participante efetivo do processo de ensino-aprendizagem e não um mero coadjuvante; que o professor é um orientador no processo de aprendizagem, e não o detentor do conhecimento; que o conteúdo adequado é à base da captação e compreensão pelo aluno das informações necessárias ao seu aprendizado; que a percepção das variáveis ambientais, em especial, as questões de relacionamento e clima organizacional da Faculdade, é fundamental para o desempenho adequado de todos os fatores do processo.

No que se refere propriamente aos métodos de ensino, vale dizer que estas são as formas através das quais os professores irão trabalhar os diversos conteúdos, com a finalidade de atingirem os objetivos propostos no projeto pedagógico. Compreendem, então, as estratégias e procedimentos adotados no ensino por professores e alunos caracterizam-se por ações conscientes, planejadas e controladas, e visam atingir, além dos objetivos gerais e específicos propostos, algum nível de generalização.

De modo geral, a FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, aplica metodologias modernas e variados recursos de ensino-aprendizagem, de acordo com as necessidades e as especificidades de cada disciplina. Como exemplos podem ser citados o método expositivo-dialogado de aula, estudo dirigido, dinâmicas de grupo, estudos de caso, jogos e simulações, debates, entre outros. Busca-se a utilização de métodos de ensino que privilegiem a iniciativa, a criatividade, o trabalho em equipe dos alunos na busca de soluções práticas para os problemas organizacionais.

Entendemos que os meios de ensino são os recursos materiais e tecnológicos, utilizados por professores e alunos, sob determinadas condições previamente planejadas, que facilitam a comunicação docente e o aprendizado, seja pela apresentação ou representação de aspectos da realidade concernentes ao currículo, ou pela mediação de sistemas simbólicos que permitiriam uma relação crítico-ativo dos alunos com o seu entorno - o meio físico e o espaço sociocultural. Como meios pode-se citar o aparato tecnológico oferecido pela FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, como laboratórios de informática, com acesso à Internet, projetores multimídia, TV e vídeo, biblioteca adequada, entre outros.

Finalmente, procura-se uma constante melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, principalmente nas disciplinas de conteúdo mais complexo, nas quais o corpo discente encontra maiores dificuldades.

2.7. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio Supervisionado constitui parte essencial deste currículo. Ele é como ponte que liga a aprendizagem teórico/prática com uma atuação assistida no exercício da profissão. Sendo de grande relevância para a formação do Licenciado em Letras – Português e Inglês, o estágio supervisionado se encontra estruturado nos quatro últimos último semestres perfazendo um total de 400 (quatrocentas) horas.

A IES apresenta um núcleo de estágio que é responsável, dentre outras atribuições, pelo acompanhamento documental dos nossos discentes. O núcleo acaba intermediando as ações e resolutivas docente/discente/comunidade externa, e com isso é capaz de construir estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho. O núcleo de estágio tem como um de seus nortes a DCN dos respectivos cursos, considerando principalmente as competências determinadas no perfil do egresso. Todo esse trabalho/ações se torna essencial para que se possa gerar insumos para o aperfeiçoamento das práticas de estágio. Dessa forma o Núcleo acaba sendo o interlocutor da IES com seus ambientes de estágio, garantindo o fluxo contínuo de insumos para a atualização contínua das referidas práticas.

O Estágio Supervisionado I, II, III e IV são desenvolvidos em Escolas públicas e particulares da região que venham a celebrar convênios junto à Faculdade, bem como em escolas municipais de ensino básico, sendo que os referidos estágios serão cumpridos pelos alunos, fora do horário normal das aulas, no qual os acadêmicos do curso tem a total disponibilidade de equipamentos e espaço físico para o desenvolvimento das atividades práticas relacionadas à formação do Licenciado em Letras – Português e Inglês, através do atendimento às necessidades apresentadas pela comunidade local a qual será provocada a participar das mais diversas modalidades de ensino que são ofertadas durante a prática do estágio supervisionado.

O Estágio Supervisionado caracterizado como Núcleo Prático Profissionalizante, possui um professor responsável, que acompanha um grupo de alunos orientando-os, ensinando-os e supervisionando-os no exercício e prática da Docência. A estes professores daremos a denominação de Supervisores de Estágio. As atividades desenvolvidas nas áreas de estágio recebem sua fundamentação teórica de forma sistematizada, em atividades teórico-práticas, de ensino e pesquisa culminando com o exercício da Docência supervisionada pelo Docente da instituição, o preceptor, que avalia o formando em Letras – Português e Inglês em todas as etapas do estágio.

Reuniões periódicas entre os professores supervisores e estagiários são realizadas conforme princípios do núcleo acadêmico que consta em regimento.

O Estágio Supervisionado é organizado e desenvolvido de modo a dar continuidade aos Projetos de Prática Educativa e a eles integrar-se. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado no Curso Letras – Português e Inglês Licenciatura da FCJP deve ser compreendido, como mais um espaço de aproximação e integração do aluno com a realidade educacional, com o objeto de conhecimento e o campo de trabalho do professor. Ao mesmo tempo, constituir-se-á num momento privilegiado de iniciação profissional.

Com a Intenção de Integração das áreas de estágio, evitando a dicotomização do conhecimento e exercício profissional, buscando a solução dos eventuais problemas que possam surgir, mantendo o aprovisionamento das necessidades para o perfeito desenrolar das atividades desse componente curricular, o curso conta com a atuação de um professor habilitado na referida área atuando como - Coordenador de Estágio.

2.7.1. Regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Dispõe sobre normas regulamentares do estágio curricular supervisionado da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP.

O Diretor Geral da Faculdade Cidade de João Pinheiro, em João Pinheiro, MG, no uso das atribuições e considerando a necessidade de regulamentar as normas regimentais relativas ao estágio curricular supervisionado, adequando-as aos princípios do Núcleo Integrado de Pesquisa, Extensão e Estágio – NIPPEE; de promover a pesquisa e a investigação científica, tecnológica e cultural, nos campos privilegiados e propícios do estágio e da extensão

associados ao ensino; e como forma de elevar a qualidade da educação ministrada nesta Faculdade, resolve:

NORMAS REGULAMENTARES

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 1º - Os estágios curriculares constam de atividades de prática profissional realizadas em situações reais de vida e de trabalho ou projetos específicos elaborados para aprendizagem social, profissional e cultural.

Parágrafo único: É obrigatória a integralização da carga horária total do estágio como atividade educativa regulamentar, prevista no currículo dos cursos, distribuídas por atividades planejadas pelo Professor-supervisor de Estágio e pelo Núcleo Integrado de Pesquisa Extensão e Estágio (NIPPEE), bem como a comprovação de aproveitamento pelo aluno.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS E RELATÓRIOS DE ESTÁGIO

Art. 2º - Os Planos de Estágio de cada curso devem estar em consonância com a missão e objetivos da Instituição, visando ao perfil do profissional a ser formado pelo curso.

Art. 3º - O Projeto de Estágio, a ser elaborado pelo Coordenador do Curso em conjunto com o elemento responsável pelo estágio do NIPPEE, deve conter pelo menos:

Introdução;

Justificativa;

Objetivos;

Procedimentos e estratégias;

Público alvo (séries, alunos, professores, instituição, etc);

Campos de estágio;

Formas de acompanhamento das atividades;

Formas de avaliação.

Art. 4º - O relatório de estágio dos alunos deve conter:

Capa de rosto com identificação da Instituição, identificação do Curso, nome do aluno, série, professor-supervisor, local e data;

Especificação das atividades e carga horária;

Projeto contendo: introdução (fundamentação teórica), justificativa, objetivos, procedimentos, material utilizado, público alvo, bibliografia, processo de avaliação da ação e dos participantes e conclusão.

Parágrafo único - Após analisados e implementados pelo Professor-supervisor de Estágio e Coordenador de Curso, o relatório de estágio deve ser encaminhado ao NIPPEE para conhecimento e avaliação.

Art. 5º - Os responsáveis pelo estágio devem diversificar, continuamente, os campos de realização do estágio.

Art. 6º - O acompanhamento do estágio deve ser feito pelo Professor-supervisor de Estágio, Coordenador de Curso e elementos responsáveis do NIPPEE.

CAPÍTULO III

DA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

Art. 7º - Compete ao Professor-supervisor de Estágio e Coordenador de Curso:

Orientar a elaboração dos projetos de estágio dos alunos e encaminhá-los ao NIPPEE para aprovação;

Propor planos de estágio concernentes aos projetos de extensão e pesquisa da Instituição;

Acompanhar os estagiários nas atividades programadas;

Orientar e assessorar os estagiários na elaboração, execução e avaliação dos projetos;

Avaliar o aproveitamento do estagiário tendo em vista a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes necessárias ao futuro profissional.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - Observadas as normas regimentais da Instituição, os estagiários obedecem a regulamentos específicos do estágio de cada curso e respectivas habilitações, desde que aprovados pelo NIPPEE.

Art. 9º - Além dos projetos específicos de estágio, o acadêmico pode engajar-se em projetos especiais de Pesquisa e Extensão propostos pelo NIPPEE, tendo direito às horas de estágio correspondentes, desde que estas contemplem atividades relativas a sua área de formação profissional e estejam ligadas a projetos de ação comunitária.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

2.8. Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica. *Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.*

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Letras – português e Inglês, o Estágio Supervisionado é a articulação entre teorias apreendidas e aprendidas na IES e entre o cotidiano linguístico e pedagógico das instituições escolares; ou seja, de articulação entre o saber linguístico, o saber literário e o saber pedagógico.

O Estágio Supervisionado tem, assim, uma dimensão formadora e outra social e política e tem o objetivo de desenvolver, de forma efetiva, as competências voltadas para o aperfeiçoamento científico, técnico e cultural, no confronto com a realidade escolar. Quanto à dimensão social e política, o momento do Estágio possibilita uma reflexão sistematizada sobre os compromissos da IES com a educação em geral, e com o ensino de línguas e de literaturas, abrindo perspectivas de novos caminhos e de novas relações pessoais e profissionais.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) em sua estrutura acadêmica valoriza e incentiva o estágio do alunado, abrindo espaço para a prática, entendendo que é o caminho para a formação integral do futuro profissional. A

necessidade da experiência e vivência profissional do aluno em formação, é entendida por todos os segmentos envolvidos no processo, ou seja, empresas, instituições e o próprio discente.

Por outro lado, os benefícios gerados também são absorvidos e integrados de maneira a constituir-se em novas ideias e por muitas vezes em novos empreendimentos. Os estágios serão constituídos em períodos de exercício pré-profissional, em que os estudantes de graduação desenvolverão atividades fundamentais, profissionalizantes, programadas e projetadas, em áreas relacionadas com o currículo do curso, de acordo com o interesse dos alunos. Serão avaliadas em horas-aula e notas, com duração e supervisão do docente indicado.

O estágio supervisionado no Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês é orientado pelas normas presentes no Regulamento de Estágio Supervisionado.

A carga horária de estágio supervisionado é composta de 400 horas divididas em 4 (quatro) etapas e que serão distribuídas do 5º ao 8º período do curso.

A integração do Curso com as redes públicas de ensino realiza-se por meio de ações condizentes com as áreas de formação do discente por meio de projetos, minicursos, visitas técnicas, estágios supervisionados.

2.9. Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática. *Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.*

O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa importante na formação de estudantes de cursos de licenciatura, pois proporciona a oportunidade de articulação entre a teoria e a prática educacional. Essa relação entre teoria e prática é fundamental para a formação de um professor crítico, reflexivo e comprometido com a Educação.

Durante o Estágio Curricular Supervisionado, os alunos têm a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e vivenciar a rotina escolar. Ao realizar atividades como planejamento de aulas, aplicação de conteúdos, avaliação e acompanhamento dos alunos, os futuros professores têm a oportunidade de testar suas hipóteses e teorias, refletir sobre sua prática e identificar possíveis desafios e soluções.

A relação entre teoria e prática durante o Estágio Curricular Supervisionado é estreita, pois os alunos são convidados a refletir sobre as teorias que sustentam sua prática educacional. Eles têm a oportunidade de observar, analisar e questionar a realidade educacional na qual estão inseridos, comparando-a com os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso.

Ao refletir sobre sua prática e comparar com as teorias estudadas, os alunos podem identificar pontos de convergência e divergência, o que pode levar a uma revisão de suas práticas e à proposição de novas formas de atuação. Dessa forma, o Estágio Curricular Supervisionado contribui para a formação de um profissional mais crítico, reflexivo e capaz de enfrentar os desafios da Educação.

2.10. Atividades Curriculares Complementares

Constitui-se de atividades curriculares complementares todas as atividades que proporcionem formação em caráter complementar do currículo pleno, cujos conhecimentos, de formação geral e específica, sejam relevantes ao processo ensino-aprendizagem e contribuam para a concepção de preparação humanista do perfil profissional almejado pelos Cursos da FCJP.

As diretrizes curriculares apontam para a necessidade do desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos. O objetivo é a formação pessoal e social do aluno como plataforma básica da sua formação profissional, permitindo-lhes maior facilidade no enfrentamento das contínuas mudanças tecnológicas e ambientais do mercado de trabalho.

É neste contexto que surgem nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação as Atividades Curriculares Complementares, pretendendo levar o aluno a buscar formas diversificadas de desenvolver o seu perfil profissional, através de participação em ações de pesquisa (quando for o caso), iniciação científica e extensão.

Essa mudança de visão tem, de forma geral, efeitos profundos na forma como se compõe, atualmente, uma proposta curricular e na metodologia didático pedagógica a ser adotada. O enfoque no desenvolvimento de competências e habilidades requer uma metodologia focada na responsabilidade do aluno em aprender e não mais, apenas, no professor em ensinar.

Dentro desse prisma, a aprendizagem passa a requerer, por parte do aluno, capacidade de pesquisar, analisar, criticar, criar, inovar e pensar. A função do professor se transforma de transmissor do conhecimento para orientador na constante busca do conhecimento.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro alinha-se a essa nova metodologia da aprendizagem centrada no desenvolvimento de competências e habilidades, procurando:

- Incentivar o aluno a participar de atividades fora da sala de aula e de práticas laboratoriais;
- Firmar convênios para estágios curriculares e extracurriculares, e desenvolvimento de projetos de assistência comunitária;
- Estabelecer parcerias e intercâmbio com empresas e outras instituições para o desenvolvimento de ações de extensão, dentre outras iniciativas que favoreçam a participação discente.

O conjunto dessas oportunidades proporciona uma efetiva integração do ensino, da pesquisa (quando for o caso) e das atividades de extensão, bem como a

consolidação do processo de aprendizagem, tendo em vista que este processo depende da atitude assumida pelo aluno de pesquisar, indagar, observar e analisar criticamente, e, ainda, de manter uma efetiva participação com o meio social.

O curso atribui uma parte de sua carga horária total para as Atividades Curriculares Complementares, que não serão alocadas em nenhum semestre específico. As atividades extracurriculares estão detalhadas no projeto pedagógico do respectivo curso.

O registro no Histórico Escolar será feito pela Secretaria Geral mediante processo individualizado, promovido no período da formatura para integralizar a totalidade de carga horária.

Havendo compatibilidade entre o seu conteúdo e a posição ou adiantamento acadêmico do aluno no curso, são admitidas, dentre outras, as seguintes modalidades de atividades Curriculares Complementares:

Serão consideradas atividades curriculares complementares:

Disciplinas Eletivas: serão consideradas disciplinas eletivas aquelas oferecidas pela Faculdade em cada linha de formação, não contabilizadas nas horas da linha de formação, desde que atendam às necessidades da formação do profissional, as quais deverão ser solicitadas ao Colegiado até data prevista pelo mesmo, no semestre anterior, para apreciação e aprovação da viabilidade de aproveitamento curricular. Após aprovação no colegiado, o aluno deverá matricular-se na disciplina requerida, seguindo as normas da IES e, ao concluir a disciplina, o mesmo encaminhará ao Colegiado o pedido de aproveitamento, para que o mesmo aprove e encaminhe às respectivas coordenações de cursos da Graduação o estudo de aproveitamento da referida disciplina para constar no histórico escolar. A carga horária será contabilizada integralmente.

Estágio Extra Curricular: será considerado estágio extracurricular aquele não previsto no currículo. Para ser considerada atividade complementar o aluno

deverá apresentar no início do semestre um plano de atividades ao Colegiado de Curso, o qual aprova ou não. Ao final do estágio o acadêmico deverá entregar ao colegiado um relatório das atividades desenvolvidas para avaliação. Será contabilizado como atividade complementar 50% da carga horária total realizada.

Participação em Projetos de Ensino e Pesquisa (quando for o caso): da carga horária total em projetos, o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

Participação em Projetos de Extensão: o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e Cursos: 50% da carga horária total dessas atividades poderão ser contabilizadas como atividade complementar, desde que relacionadas com o Curso, mediante o encaminhamento de cópia do certificado de participação e relatório da atividade ao Colegiado de Curso, o qual aprovará a atividade.

Semana Acadêmica: a participação será contabilizada integralmente, mediante o encaminhamento de cópia do certificado ao Colegiado.

Monitoria: da carga horária total de atividades de monitoria o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades pelo professor orientador ao Colegiado de Curso.

Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários: cada apresentação de trabalho corresponderá a 20 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do trabalho e cópia do comprovante de apresentação, que será avaliada pelo Colegiado de Curso.

Publicações: cada trabalho publicado em periódicos nacionais corresponderá a 15 horas e o publicado em periódicos internacionais corresponderá a 30 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será aprovado pelo mesmo.

Participação em Eleições como Mesário: os acadêmicos poderão participar de processos eleitorais como mesários universitários, usufruindo de parceria

entre a instituição e o Tribunal Regional Eleitoral, esta participação corresponderá a 10 horas de atividades complementares por dia trabalhado, mediante à apresentação de documentação comprobatória da participação.

Também como atividade complementar a IES possui convênio com escola(s) de idioma para que os integrantes da comunidade Acadêmica possam tornar-se fluentes em uma ou mais línguas estrangeiras, o certificado de conclusão do nível intermediário em língua estrangeira, de escola(s) que mantenha convênio com nossa Instituição, corresponderá a 30 horas de atividade complementar.

Por fim, fica explícito a importância das atividades complementares no processo de flexibilização curricular, permitindo nossos discentes permearem temas de conteúdos gerais e específicos de formas diversas e com diferentes mecanismos de aproveitamento, buscando sempre direcioná-los para a diversidade de ações e limitando o cumprimento da carga horária total em uma ou poucas atividades.

2.11. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Artigo

O artigo apresentado na conclusão de cada curso tem sido usado como um eficiente instrumento de aprendizagem. Os artigos têm por objetivo primordial capacitar o aluno a utilizar métodos de pesquisa, para melhor compreender e expor determinados aspectos do aprendizado como um todo.

O Trabalho de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da Faculdade Cidade de João Pinheiro apresenta-se na matriz curricular compreendendo um total de 80 (oitenta) horas divididos nas disciplinas obrigatórias de Trabalho de Curso no 7º período e Seminário de Trabalho de Curso no 8º período.

O Trabalho de Curso é regulamentado e institucionalizado apresentando como apoio à produção dos trabalhos, a disponibilização de manuais periodicamente atualizados.

Todos os trabalhos de curso são encaminhados à Biblioteca da instituição para que o setor providencie o arquivamento e a disponibilização dos mesmos à comunidade acadêmica através dos repositórios institucionais.

O artigo exibido ao final do curso em combinação com disciplinas bem encadeadas e com uma bibliografia dirigida e atualizada tornam:

- Consolidados o processo de aprendizagem e os conhecimentos até então ministrados;
- Possível à comparação das diversas e diferentes linhas do pensamento, permitindo ao acadêmico estabelecer elos entre as diversas correntes que analisam determinados temas ou assuntos;
- Possível aprimorar o método de pesquisa bibliográfica, tornando o acadêmico ágil no manejo das ferramentas que, dia a dia, se disponibilizam e se aprimoram;
- Possível trabalhar dados e informações, filtrando aqueles pontos que realmente são interessantes para o tema em pauta.

O artigo deverá ser feito de forma individual, cabendo ao acadêmico encontrar dentro do conteúdo ministrado em seu curso e dentro da prática diária, alicerçada em seus conhecimentos, trazer à luz o seu pensamento consolidado sobre o tema ou assunto pesquisado.

O artigo deve obedecer aos princípios estilísticos e ao formato de apresentação de todo trabalho científico, com a finalidade precípua de habituar o acadêmico às regras da pesquisa, da apresentação e da gramática específica. (Norma ABNT).

Todas as normatizações para o trabalho de curso estão disponíveis neste documento em seu ANEXO VI.

2.12. Apoio ao Discente

A IES possui um Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAPD), que por sua vez apresenta uma ramificação denominada Setor de Acolhimento Discente. Esse setor tem como papel atuar em 4 eixos:

1) Apoio à aprendizagem: executada através ofertas de monitoria, nivelamento e outros.

As Atividades de Nivelamento são para aqueles alunos que encontram dificuldades nas disciplinas propostas pelo curso quando ingressam na Faculdade, independentemente do nível de conhecimento básico, tem como objetivo reviver os conhecimentos adquiridos anteriormente, de forma que acelere a adaptação do ambiente acadêmico.

Estas atividades estão disponíveis também para os discentes de outros períodos do curso, a fim de recuperar os aprendizados adquiridos em anos acadêmicos anteriores, refletir e aperfeiçoar os conhecimentos básicos, que por sua vez formam o alicerce para seu desenvolvimento não deixando também a conotação de Inclusão Social. Em última instância, os cursos de nivelamento proporcionarão uma maior facilidade para os docentes, na medida em que tornam mais homogêneos os conhecimentos dos alunos.

Contudo, é sempre ofertado no início de cada semestre, podendo ser intensificado sistematicamente no decorrer do mesmo, em horários alternativos e fora do horário normal das aulas regulares para atendimento em grandes e pequenos grupos, proporcionando condições de todos os alunos interessados participarem.

As atividades de nivelamento caminham em consonância com as atividades complementares, no sentido de garantir a concretização do perfil profissional proposto pelo Curso, não sendo obrigatórias, mas a reiterada ausência ou pouco caso dos discentes com problemas de acompanhamento didático, para com relação a essas atividades, implicarão em medidas de advertência.

O coordenador de curso, ouvindo o Colegiado do Curso e NDE, a partir do diagnóstico inicial fomenta e apoia ações de nivelamento, visando o atendimento dos alunos para o desenvolvimento dessas atividades.

2) Apoio à educação inclusiva: executa ações que promovem o acesso e a permanência de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas na Faculdade, acompanhando os estudantes nos seus diversos segmentos acadêmicos e no seu processo de formação. Disponibilizando acessibilidade arquitetônica, instrumental, de comunicação, metodológica e também na confecção e adaptação de materiais didáticos. Dispõe de recursos tecnológicos e humanos especializados, para acompanhar as pessoas com deficiência em diferentes situações na Faculdade, além de orientar coordenadores e professores sobre o processo de inclusão dos estudantes no Ensino Superior.

3) Apoio Psicossocial: é executado através dos atendimentos, da ouvidoria, psicopedagogia e psicologia, formada por uma equipe multidisciplinar. Possui como finalidade de atender as necessidades de estudantes que apresentam algumas dificuldades indicadoras de sofrimento psíquico e que impactam diretamente nos processos de ensino e aprendizagem. Constitui-se desta forma, um trabalho que se impõem como uma necessidade atual para a Faculdade que busca a excelência acadêmica com o olhar voltado ao humano. Legitima-se como espaço de escuta, intervenção e mediação frente as dificuldades decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem e demais questões que envolvem a condição humana, onde estudantes, professores e gestores tem apoio para trabalhar:

- Auxílio no enfrentamento das dificuldades que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem;
- Ações que auxiliam o (a) aluno (a) a construir a sua maturidade, atitudes e habilidades para além da construção do conhecimento teórico;
- Ações que contribuem em soluções para as questões e ou dificuldades enfrentadas;
- Mediação de conflitos;
- Ampliação da rede social de apoio do estudante para atendimento de suas necessidades e demandas;
- Identificação do sofrimento psíquico e mediações em busca da construção e reconstrução dos sentidos de vida;
- Mediação das relações com professor e aluno(a) com vistas a contribuir o bom relacionamento entre ambos com impactos nos processos de ensino e aprendizagem.

4) Apoio social: atua através dos programas de bolsas, de descontos, de oferta de financiamento facilitado e próprio, oferta de monitorias remuneradas, disponibilidade de FIES, FAS (financiamento próprio), parcerias empresariais e disponibilidade de estágios não obrigatórios remunerados em empresas conveniadas, dentre outros.

Sendo importante lembrar que os estágios não obrigatórios remunerados são intermediados e acompanhados pela IES através de seu núcleo de estágio, que tem suas informações detalhadas no Regulamento de Estágio.

É importante ressaltar que a IES, dentro da perspectiva de apoio discente, sempre apoiará e incentivará a participação destes nos centros acadêmicos buscando despertar nos alunos um espírito crítico, estimulando o debate de ideias e formação de cultura, além de integrar alunos, professores e diretores. Neste sentido a IES por seu núcleo NAPD ainda incentiva e coordena intercâmbios nacionais e internacionais.

Enfim, o Atendimento Psicopedagógico (NAPD) busca sanar as dificuldades e motivar os seus discentes a participarem de todas as atividades e projetos ofertados pela IES. Diante disso, coloca à disposição dos alunos a monitoria, iniciação científica, participação de programas de extensão, eventos diversos, de natureza educacional, cultural, social e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem, fazem parte ainda ações da ouvidoria, CPA, coordenação acadêmica, secretaria acadêmica, nivelamentos, psicólogo, pedagogo, coordenadores acadêmicos, setor financeiro, jurídico com encaminhamentos a bolsas com recursos próprios e governamentais como FIES, FAS e as parcerias empresariais. Dessa forma, as monitorias, os programas de extensão e a iniciação científica têm como objetivo o estreitamento da relação professor-aluno e a complementação do atendimento extraclasse.

O atendimento extraclasse ao acadêmico(a) é realizado pela Coordenação do Curso, pelos Professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, pedagoga, psicólogos, coordenador acadêmico, secretaria acadêmica com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo núcleo destinado ao apoio psicopedagógico aos discentes e docentes.

Cada setor exerce uma função na parte de psicopedagogia, a secretaria fornece a documentação necessária para o dia a dia dos discentes, os coordenadores auxiliam no acompanhamento de disciplinas, atividades extraclasse, atividades complementares a serem desenvolvidas, já os setores financeiro e jurídico auxiliam os discentes que apresentam dificuldades financeiras e encaminham os mesmos a buscar bolsas em programas governamentais e também verifica a possibilidade de bolsas com recursos próprios. Alguns discentes também são atendidos e beneficiados com estágios remunerados em suas áreas de atuação dentro da própria instituição.

Sendo assim, cabe ao Coordenador acompanhar o desenvolvimento discente e apoiar as suas atividades acadêmicas, em consonância com o professor da disciplina ou conteúdo que requer a atividade de nivelamento, recebendo o auxílio dos docentes, especialmente, na orientação para o processo de

aprendizagem, na elaboração de trabalhos de graduação, nas atividades complementares e nos estágios curriculares e extracurriculares remunerados ou não.

2.13. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

A gestão do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP considera, tanto na atuação da coordenação de curso, corpo docente, NDE e colegiado os resultados obtidos nos processos de avaliação interna e externa que são constantemente utilizados como insumos para aprimoramento do planejamento e gestão do curso e são os seguintes a serem considerados:

- Os resultados das avaliações externas realizadas pelos acadêmicos:

ENADE: realizado pelos discentes, conforme cronograma estabelecido, que possibilita a adequação dos resultados obtidos nos componentes das provas e melhor direcionamentos das atividades docentes;

Avaliações Institucionais e Avaliações do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e outros da IES: realizadas pela IES junto aos órgãos competentes que poderá nutrir com informações e feedbacks do processo avaliativo e de aprendizagem estabelecido;

- Os resultados das avaliações internas realizadas pelos acadêmicos:

CPA: o Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP passa por autoavaliação sistemática, atendendo à Política de Avaliação do Curso, por meio da Comissão Própria de Avaliação, que, através de seus questionamentos direcionados a todos os setores da IES, e também com questionamentos específicos referentes ao curso, se coloca como uma ferramenta capaz de auxiliar no processo de gestão do curso, alinhando o corpo técnico e alunado,

apontando para as principais necessidades e anseios dos acadêmicos, técnicos administrativos e docentes.

O planejamento engloba ações que vão desde a análise situacional do processo de ensino e aprendizagem, até a projeção, execução e controle da gestão do curso, nas quais são definidas, no campo dos resultados e do desempenho acadêmico, os objetivos estratégicos, as estratégias, as metas e as ações a serem desenvolvidas para a consecução dos novos resultados almejados, ou seja, os resultados de todos os processos autoavaliativo (CPA) ou de avaliações externas (ENADE e processos de regulação institucionais e de curso - MEC/INEP) servem como ferramentas eficazes no direcionamento de todas as melhorias institucionais mais relevantes, buscando o melhoramento contínuo do planejamento do curso.

Os resultados das avaliações internas e externas são disponibilizados à comunidade acadêmica com publicação dos atos nos quadros de avisos internos da IES e no site institucional, incluindo os relatórios gerados através da análise destes dados pelos gestores do curso.

O acompanhamento e delineamento de processo autoavaliativo do curso está previsto nas atividades administrativas da coordenação, através da CPA e seus questionários aplicados anualmente e, semestralmente através das reuniões do NDE do curso, bem como nos processos de autoavaliação do estágio curricular obrigatório que ocorrem também semestralmente.

2.14. Atividades de Tutoria. *Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e, o mesmo ser ofertado de forma presencial, este indicador não se aplica.

2.15. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes

Necessárias às Atividades de Tutoria. *Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e, o mesmo ser ofertado de forma presencial, este indicador não se aplica.

2.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem

Para acompanhar o uso cada vez mais intenso da tecnologia da informação e comunicação (TIC), como recurso do processo de ensino e aprendizagem, a FCJP busca continuamente a melhoria de acessibilidade às novas modalidades de multimídia. A infraestrutura oferecida aos alunos e professores contempla laboratórios de informática com programas específicos, aplicáveis ao ensino nas diferentes áreas.

Acompanhando a evolução dos recursos educacionais, o corpo docente e discente tem a sua disposição laboratórios de informática, para atender às demandas dos cursos com livre acesso à Internet e ao Portal Educacional. Através do Portal Educacional – SOLIS, os acadêmicos dos cursos e professores tem a oportunidade de consultar e divulgar informações importantes do cotidiano acadêmico como solicitação de documentos via secretaria geral da instituição (inclusive documentos validados como o histórico escolar), acesso ao setor financeiro institucional, acesso às notas e à sua frequência em sala de aula e às ementas e bibliografias das disciplinas em curso. O alunado do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês tem ainda acesso a biblioteca virtual com mais de 10 mil livros virtuais disponíveis nas mais diversas áreas. A

atualização dos equipamentos dos laboratórios é realizada de forma contínua, obedecidas às normas e políticas de uso, manutenção e atualização dos equipamentos.

Tanto o SOLIS, quanto o AVA e a MINHA BIBLIOTECA, garantem o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, sendo que as tecnologias ofertadas garantem experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro possui parceria exclusiva com a empresa GOOGLE em um projeto intitulado “FCJP e GOOGLE for Education”, parceria única em João Pinheiro e região. Toda a Tecnologia Google Sala de Aula, Aplicativos e Dispositivos Educacionais com impacto e relevância para a aprendizagem disponível para professores e alunos FCJP da Graduação e pós-graduação, tudo reunido em um espaço amplo e todo preparado com alta complexidade tecnológica para atender a esta demanda.

A IES disponibiliza aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês amplos laboratórios de informática contendo um número ideal de máquinas relacionadas ao número de vagas ofertadas, estes laboratórios apresentam-se com perfeita iluminação (natural e artificial), são climatizado através de ar condicionado, possui recursos audiovisuais instalados permanentemente (caso seja necessária à utilização dos mesmos durante as aulas ministradas neste laboratório).

Os laboratórios como Laboratórios de Informática, Biblioteca, salas de leitura, salas de estudo em grupo, salas de vídeo, salas de pesquisa informatizada, cabines de estudo individualizado e acervo com possibilidades de acesso físico e/ou virtual da FCJP estão implantados, a IES pode imediatamente ofertar os laboratórios referentes às disciplinas ministradas no decorrer do curso e os mesmos contam com toda a estrutura e complexidade tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades inerentes aos mesmos.

Em um primeiro momento os discentes serão orientados por meio de recursos audiovisuais que mostrarão a técnica correta para a execução de cada prática e em seguida executarão as mesmas, devidamente orientados pelos professores. Estes laboratórios também são cenários propícios para a projeção em tempo real de aulas práticas demonstrativas realizadas pelo professor, e executadas pelos alunos concomitantemente.

Todas essas Tecnologias de Informação e Comunicação supracitadas garantem acessibilidade digital e comunicacional para todos os envolvidos no processo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem, baseadas em seu uso, ao oferecerem recursos e ferramentas que ampliam as possibilidades de interação, colaboração e acesso ao conhecimento. Com o uso das TIC's, os estudantes podem vivenciar uma aprendizagem mais ativa e significativa, explorando diferentes abordagens e recursos que estimulam o pensamento crítico, a criatividade e a resolução de problemas.

As TIC's permitem a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais os estudantes podem acessar materiais didáticos interativos, realizar atividades práticas, participar de fóruns de discussão, compartilhar ideias e colaborar em projetos conjuntos. Isso promove a construção do conhecimento de forma coletiva, incentivando a troca de experiências e perspectivas entre os estudantes, bem como a interação com professores e especialistas de diferentes partes do mundo.

Além disso, as TIC's possibilitam o acesso a uma vasta gama de recursos multimídia, como vídeos, animações, simulações e jogos educativos, que enriquecem a experiência de aprendizagem, tornando-a mais atrativa e envolvente. Esses recursos audiovisuais podem apresentar conceitos de forma visual e concreta, facilitando a compreensão e retenção do conteúdo.

As TIC's também oferecem a oportunidade de personalização da aprendizagem, permitindo que os estudantes avancem em seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades individuais. Plataformas adaptativas de aprendizagem, por exemplo, podem fornecer feedback imediato, recomendações personalizadas e atividades sob medida para o nível de conhecimento e habilidades de cada estudante, oferecendo uma experiência de aprendizagem mais individualizada.

Outro aspecto importante é a mobilidade proporcionada pelas TIC's. Com dispositivos móveis, como smartphones e tablets, os estudantes podem acessar conteúdos e recursos educacionais a qualquer hora e em qualquer lugar, facilitando a aprendizagem além dos limites físicos da sala de aula tradicional.

Em resumo, as TIC's possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem ao ampliar o acesso ao conhecimento, estimular a colaboração, oferecer recursos multimídia interativos e promover a personalização da aprendizagem. Ao integrar as TIC's de forma adequada no processo educacional, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, estimulante e alinhado com as demandas e características da sociedade contemporânea.

2.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem. *Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e, o mesmo ser ofertado de forma presencial, este indicador não se aplica.

2.18. Material Didático. *NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e, o mesmo ser ofertado de forma presencial, este indicador não se aplica.

2.19. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.

Avaliação das Disciplinas

A Faculdade Cidade de João Pinheiro considera que a avaliação do desempenho escolar em seus cursos deve:

Constituir-se em processo contínuo e sistemático, de natureza diagnóstica formativa, que realmente permanentemente o processo educativo em seus objetivos, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino;

Utilizar-se de procedimentos, estratégias e instrumentos diferenciados, articulados coerentemente com a natureza da disciplina e com os domínios de aprendizagem desenvolvidos no processo de ensino;

Manter coerência entre as propostas curriculares, o plano de ensino desenvolvido pelo professor e o próprio processo de avaliação do desempenho e rendimento escolar do aluno;

Constituir-se em referencial de análise do rendimento do aluno, do desempenho da disciplina e do curso, possibilitando intervenção pedagógico-administrativa em diferentes níveis, do professor, do próprio aluno, da Coordenação de Curso e a Direção Acadêmica e Geral da Faculdade, com vistas a assegurar a qualidade da formação do profissional e do cidadão.

Os resultados das avaliações dos processos de ensino e aprendizagem são sistematizados e estão disponíveis aos alunos através de seu acesso ao portal SOLIS.

Em cada disciplina ofertada no referido semestre letivo serão distribuídos 100

(cem) pontos ao qual o aluno será avaliado em: 01 (um) Bloco Temático subdividido em BLT-1 e BLT- 2, 01 (uma) Avaliação Livre que compõe o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico e o Projeto de Integração e Extensão e 01 (uma) P.U. (Prova Unificada) expressando-se o resultado de cada avaliação em notas específicas e previamente determinadas.

Fica estabelecido a padronização da pontuação dos itens avaliados assim distribuídos:

Bloco Temático (BLT) será avaliado em 30,0 (trinta) pontos, subdivididos:

Bloco Temático 1 (BLT-1) atribuído 15,0 (quinze) pontos;

Bloco Temático 2 (BLT-2) atribuído 15,0 (quinze) pontos;

Avaliação Livre (AVL) será avaliada em 20,0 (vinte) pontos, subdivididos:

- 10 (dez) pontos distribuídos do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico;
- 10 (dez) pontos distribuídos do Projeto de Integração e Extensão;

Prova Unificada (PU) será avaliada em 50,0 (cinquenta) pontos.

Sobre os Blocos Temáticos Avaliativo (BLT):

1 - Finalidade de verificar se o conteúdo desenvolvido nas aulas pelo docente foi assimilado e aprendido pelo aluno no processo formativo. Relacionada à avaliação diagnóstica, pois propõe o uso do feedback que o diagnóstico pode dar, mas ao mesmo tempo contempla o uso de recursos para que os déficits identificados sejam superados e a aprendizagem seja efetivada.

2 - Verificar o CONHECIMENTOS (saberes), HABILIDADES (saber-fazer relacionado à prática do trabalho mental), e ATITUDES (saber ser, aspectos

éticos, cooperação, solidariedade, participação, ou seja, competências para agir e intervir numa situação profissional).

3 - Para a modalidade presencial será elaborado no total de 10 questões, sendo 5 objetivas e 5 discursivas de componente curricular, onde cada questão vale 1,5 (um ponto e meio) não podendo ser planejadas atividades extras valendo mais do que o limite estabelecido.

A Avaliação Livre (AVL) será livre para o professor distribuir em atividades que possa acrescentar conhecimento ao aluno dentro do conteúdo abordado na disciplina e que poderá também auxiliar em outras disciplinas que ele já tenha estudado ou irá estudar (promover a interdisciplinaridade) levando em consideração a especificidade na normatização do Trabalho Efetivo Docente Pedagógico e a Normatização do Projeto de Integração e Extensão.

Fica determinado que a nota atribuída pelo docente da disciplina do Projeto de Integração e Extensão será considerada a mesma, para todas as disciplinas que compõem o semestre letivo na composição da pontuação do componente da AVL.

A Prova Unificada (PU):

Finalidade de acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos no projeto pedagógico de curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão e a outras áreas do conhecimento.

Formato da Prova:

Dividida em 2 dias seguidos (segunda e terça);

- * Para o 1º Dia: 40 questões objetivas do conteúdo de todo semestre de todas as disciplinas;
- * Para o 2º Dia: 4 questões dissertativas interdisciplinares.

Das questões:

- * Deverá compor a prova objetiva 4 questões para cada disciplina do semestre obrigatoriamente (quando o período tiver até 7 disciplinas); e/ou 3 questões para cada disciplina do semestre obrigatoriamente (quando o período tiver acima 7 disciplinas), entretanto, ficará as disciplinas específicas de formação o peso maior de questões.
- * Deverá compor a prova discursiva questões de conhecimentos interdisciplinar que exija do aluno o pensamento de uma ou mais disciplinas com padrão de resposta.

Da Nota e Atribuição de Pontos:

- * Para as questões objetivas valerá 0,75 cada acerto totalizando 30 pontos;
- * Para as questões discursivas valerá 5 pontos (por questão) totalizando 20 pontos;
- * A nota da PU é soma do componente objetivo mais o dissertativo para todas as disciplinas do período cursado;
- * Aluno com dispensa deverá fazer a PU normalmente com todos os componentes dissertativo, ficando liberado de responder as questões objetivas da disciplina liberada. Os pontos serão divididos entre as demais a ser redistribuído;

- * Aluno de dependência para a Prova juntamente com o caderno de seu período, compondo a PU de 9 questões objetivas e 1 dissertativa, onde a pontuação será 30 para objetivas e 20 dissertativa;
- * Sobre a Anulação de Questão: somente serão anuladas questões quando definidas pelo professor responsável pela disciplina; sendo o ponto redistribuído as demais (ou seja, não é permitido atribuir como correto o ponto de questões anuladas).

Da Organização da Prova e Outras Providências:

- * Professores enviam 10 questões fechadas no formato contextualizado com resposta e uma Questão Dissertativa com padrão de Resposta;
- * Recomenda-se que os enunciados apresentem uma definição clara da tarefa a ser realizada pelo aluno;
- * É obrigatório citar a referência bibliográfica do texto utilizado;
- * O uso de Figuras/ Imagens (foto, gráficos, tabelas, pinturas, etc.) deve ter uma visualização e resolução adequadas;
- * Cada questão deve conter 05 alternativas (A - B - C - D - E), obrigatoriamente;
- * Não serão aceitas alternativas, como nenhuma das anteriores;
- * Deve haver somente uma única alternativa correta a ser marcada pelo aluno;
- * Caderno de Prova é do aluno, para Coordenação e arquivamento fica somente o Gabarito;
- * Gabarito e Padrão de Resposta devem ser divulgados para os alunos;

* Vista de Prova Unificada: responsabilidade do Coordenador.

A Prova Final é concedida ao aluno que não tenha sido reprovado por frequência e que não tenha conseguido alcançar o mínimo de 60 pontos para aprovação, mas que tenha conseguido a média de pelo menos 40 pontos ao longo do semestre. A prova final terá o valor de 100 pontos, sendo assim, os pontos alcançados ao longo do período serão zerados e ele deverá alcançar o mínimo de 60 pontos para sua aprovação.

As disciplinas de TCC, Iniciação científica, estágios supervisionados, seminário de TCC seguirão o processo avaliativo dos seus respectivos manuais tendo somente ao final do semestre o conceito de APROVADO ou REPROVADO avaliado entre (0 a 100 pontos), porém seguindo a média mínima de 60 pontos como as outras disciplinas.

AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Nessa etapa, cada professor do curso, semestralmente apresenta um relatório sobre seus discentes (com fragilidades e potencialidades individuais e do processo de ensino-aprendizagem) que é encaminhado para o coordenador que por sua vez faz uma análise para possíveis encaminhamentos, para nivelamento, psicopedagogia, acolhimento discente, discussão junto ao NDE, ou outro, este processo foi implantado a partir do primeiro semestre de 2022, após várias reuniões do NDE que apresentaram este assunto em pauta, e, é importante destacar que, estas informações sistematizadas são disponibilizadas aos acadêmicos do curso pelo coordenador de forma individual, de acordo com as suas necessidades ou particularidades, como mencionado anteriormente. Outras ações pertinentes à proposta são o acompanhamento semanal das notificações da ouvidoria, resultados da CPA e até mesmo análises das discussões apresentadas nas reuniões do colegiado, tendo nessas esferas a participação discente, garantindo sua autonomia de forma contínua.

A avaliação do discente é entendida como um trabalho pedagógico processual, cumulativo e contínuo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os

quantitativos. A avaliação está compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, percebida como um processo contínuo e democrático. É necessário deixar evidente que não se trata de uma avaliação punitiva, deve ser processual e não apenas visar um resultado final, com previsão de atividades de recuperação ao longo dos processos de ensino e de aprendizagem, o que inclui a recuperação do desempenho acadêmico, explicitado e registrado nos planos de ensino.

Dentro desse contexto, deve ser considerada a flexibilização da avaliação considerando, principalmente, os alunos com deficiência.

A IES considera que a avaliação do desempenho escolar em seus cursos deve:

- Constituir-se em processo contínuo e sistemático, de natureza diagnóstica formativa, que realmente permanentemente o processo educativo em seus objetivos, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino;
- Utilizar-se de procedimentos, estratégias e instrumentos diferenciados, articulados coerentemente com a natureza da disciplina e com os domínios de aprendizagem desenvolvidos no processo de ensino;
- Manter coerência entre as propostas curriculares, o plano de ensino desenvolvido pelo professor e o próprio processo de avaliação do desempenho e rendimento escolar do aluno;
- Constituir-se em referencial de análise do rendimento do aluno, do desempenho da disciplina e do curso, possibilitando intervenção pedagógico-administrativa em diferentes níveis, do professor, do próprio aluno, da Coordenação de Curso, a Coordenação Acadêmica e a Direção Geral da Faculdade, com vistas a assegurar a qualidade da formação do profissional e do cidadão.

REFLEXÕES E DIAGNÓSTICO DA IES FRENTE AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DISCENTE

A IES parte do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios preestabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acredita-se que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem selecionar e excluir, mas apresentar resultados que possam ser analisados, a fim de que sejam propostos caminhos, metas e estratégias que venham ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

As orientações sobre a realização das avaliações presenciais e as formas de recuperação da aprendizagem e desempenho devem estar explicitadas nos planos de ensino dos componentes curriculares. Para além da avaliação discente, a autoavaliação dos componentes curriculares no que tange aos aspectos previstos nos planos de ensino e da estrutura do curso/componente devem ser permanentemente avaliados com a finalidade de provimento de melhorias.

Da mesma forma, deve dar-se a avaliação do docente pelo discente. As fragilidades identificadas devem balizar as ações dos cursos e acenar para as demandas formativas.

AUTOAVALIAÇÃO DO PROCESSO

A partir dos resultados obtidos pelo processo de avaliação discente, os Núcleos Docentes Estruturantes tomam posse dos relatórios através do sistema SOLIS, e realizam uma autoavaliação pautada nos seguintes princípios:

- **Globalidade** – a avaliação deve ser sistemática, global, envolvendo antecedentes, processo, contexto e produto. Deve abranger todas as formas de trabalho da Faculdade, respeitadas as suas diversidades e complexidades, todas as dimensões e aspectos da vida acadêmica.

- **Respeito à Identidade** -, à Missão e à História da IES – o processo avaliativo deve respeitar os valores e a cultura da IES. Esse princípio sugere olhar a história da construção da Faculdade, sua efetividade e relevância.

- **Legitimidade** – se expressa através de metodologias capazes de garantir o estabelecimento de instrumentos adequados para a formulação de critérios de avaliação que tenham caráter educativo, formativo e favoreçam a construção da cidadania.

- **Continuidade** – a avaliação deve ser um processo contínuo e permanente, para ser possível criar uma cultura de avaliação educativa internalizada no cotidiano da IES. Processos avaliativos pontuais e fragmentados produzem uma falsa ideia da avaliação, que deve ser um processo muito mais amplo, requerendo juízos sobre o valor e o mérito da IES.

O comprometimento de todos os envolvidos em todos os níveis da administração na IES é fundamental nas diversas instâncias do processo avaliativo, para que se estabeleçam as formas de efetiva participação da comunidade acadêmica. As práticas avaliativas devem ser construídas coletivamente para que ocorra o envolvimento de todos.

2.20. Número de Vagas

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP oferta 100 (cem) vagas anuais a serem disponibilizadas no período noturno, divididas em duas entradas semestrais de 50 (cinquenta) acadêmicos.

É importante mencionar que a IES, antes de decidir pedir a autorização para o referido curso, realizou uma pesquisa de mercado, que compreendeu as escolas de ensino médio (questionário entregue para os seus alunos) e empresas da cidade (questionário entregue para empresas parceiras, amigas e via ACE – Associação Comercial e Empresarial de João Pinheiro). Este levantamento de

informações externas é realizado a cada ciclo formação do curso (de três em três anos).

Através da CPA, que utiliza análise quali quantitativa, nossos discentes, docentes e técnicos administrativos se manifestam e auxiliam as Coordenações e a própria IES a dimensionar e avaliar as necessidades do curso e instituição, tais como, aumento ou redução número de vagas, dimensão do corpo docente (presencial ou EAD), condições das estruturas físicas e tecnológicas tanto para o ensino quanto para a extensão.

2.21. Integração com as Redes Públicas de Ensino.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro tem como um de seus objetivos a integração do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e as redes públicas de ensino. Para alcançar esse objetivo, a faculdade tem diversas iniciativas desenvolvidas que visam a aproximação e a colaboração com essas instituições.

Uma das principais ações da faculdade é a promoção de ganhos para os alunos de Licenciatura em Letras – Português e Inglês em escolas públicas. Esses permitirão que os estudantes coloquem em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e que desenvolvam habilidades pedagógicas para atuar como professores de Letras – Português e Inglês.

Além disso, a FCJP também promove eventos e atividades que envolvem professores e gestores das redes públicas de ensino, como palestras, cursos de formação continuada e parcerias em projetos de pesquisa e extensão. Essas atividades permitem a troca de experiências e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que criaram para a melhoria da qualidade do ensino de Letras – Português e Inglês nas escolas públicas.

Outra iniciativa importante é a participação dos professores da FCJP em fóruns, comissões e grupos de trabalho ligados à Letras – Português e Inglês nas Secretarias Estadual e Municipal de Educação. Essa participação permite que os docentes da faculdade contribuam para a elaboração de políticas e diretrizes que norteiam o ensino de Letras – Português e Inglês.

Com essas ações, a Faculdade Cidade de João Pinheiro tem estabelecido uma relação de colaboração e parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e as redes públicas de ensino. Essa integração é fundamental para a formação de profissionais competentes e comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.

2.22. Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS). *Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

2.23. Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde. *Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

2.24. Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas.

As atividades práticas que são realizadas no curso acontecem de forma dinâmica, orientada, planejada e coordenada em consonância com as

necessidades de cada conteúdo, que colaboram no processo de ensino e aprendizagem do discente.

As mesmas são organizadas por meio de monitorias, estágios, programas de iniciação científica ou de extensão, estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins, seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, jornadas, cursos de atualização e similares, fóruns, Workshops, rodas de conversa, mesa redonda.

3. Corpo Docente e Tutorial

3.1. Núcleo Docente Estruturante

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) composto por docentes de elevada formação e titulação, como órgão consultivo responsável pela concepção de seu projeto pedagógico, e que tem por finalidade promover sua atualização e revitalização. O NDE do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês foi estruturado em consonância com a Resolução número 1 de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e de acordo com o regulamento aprovado pela Direção da FCJP, seus membros possuem (como política do NDE) a garantia da manutenção da maioria de seus membros como componente deste núcleo, no mínimo, até o próximo ato regulatório do curso, tendo os mesmos como principais atribuições:

- I - atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, redefinindo suas concepções e fundamentos;
- II – realização de estudos periódicos das ferramentas de avaliação externa e autoavaliação institucional para o acompanhamento e atualização da documentação referente ao curso;

- III - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto pedagógico, garantindo seu alinhamento com os documentos institucionais, principalmente o PDI, prestando relatórios ao Colegiado de Curso;
- IV - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de cursos, sempre que necessário;
- V - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI - contribuir para a consolidação, adequação e atualização do perfil profissional do egresso do curso, considerando sempre as DCN's quando for o caso;
- VII - promover formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa (quando for o caso) e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VIII - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso - **RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002;**
- IX – conduzir pelo menos uma vez ao ano, no âmbito do Curso e de acordo com a CPA, processo de autoavaliação e de avaliação do Curso;
- X – analisar, avaliar e garantir o cumprimento e atualização dos Planos de Ensino dos componentes curriculares, bem como dos planos de trabalho das atividades de ensino, pesquisa (quando for o caso) e extensão dos professores;
- XI – acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares do Curso.
- XII - acompanhar o desenvolvimento e contribuir para o aperfeiçoamento do Programa de Nivelamento adotado pelo Curso;
- XIII – verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante.

O núcleo docente estruturante é constituído pelo coordenador do curso como presidente, além de quatro professores pertencentes ao corpo docente permanente do curso, a maioria com titulação *Stricto Sensu* e regime de trabalho em tempo parcial (RTP), além de possuir política de permanência de seus componentes, pelo menos, até o próximo ciclo avaliativo do curso. Este importante núcleo deve se preocupar, constantemente, com as adequações

curriculares e legais relacionadas ao curso buscando sempre o atendimento das demandas do mercado de trabalho local e regional.

O núcleo docente estruturante se reúne duas vezes por semestre, como regra e em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo presidente. A atuação do NDE, desde a sua implantação, vem impactando positivamente no acompanhamento dos processos acadêmicos, na consolidação das ações e na reavaliação do projeto pedagógico do curso, através de reuniões periódicas, cujas deliberações estão registradas nas atas de reunião.

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
GILMAR ANTONIASSI JUNIOR	DOUTOR	INTEGRAL
MARIA DE LOURDES DE A. FERREIRA	MESTRE	PARCIAL
SONIA HELENA DE CASTRO	MESTRE	PARCIAL
LASARO JOSÉ AMARAL	MESTRE	PARCIAL
SAULO GONÇALVES PERIERA	DOUTOR	PARCIAL

3.2. Equipe Multidisciplinar. *Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e o mesmo ser 100% presencial, o indicador não se aplica.

3.3. Atuação do Coordenador

A administração acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP é realizada por uma estrutura que engloba a coordenação de curso, na pessoa de seu coordenador, com carga horária de 40h e regime

integral (com no máximo 20 horas em sala de aula), do Núcleo Docente Estruturante – NDE e pelo colegiado do curso, os quais, através do desenvolvimento de seus respectivos papéis dentro do organograma institucional.

O coordenador, no exercício da sua função, também passa por uma avaliação de desempenho de sua coordenação. Este relatório é construído pela coordenação acadêmica (site institucional) que usa como base os resultados das avaliações externas, os resultados das avaliações internas, e análise do plano de ação da coordenação. Após estes levantamentos, a coordenação acadêmica dispõe para o coordenador e comunidade acadêmica o resultado do desempenho da coordenação através de indicadores específicos.

O indicador de desempenho do Coordenador do curso ocorre através dos resultados da CPA, e é disponibilizado para a comunidade acadêmica através do site e nos quadros de avisos das salas de suas respectivas turmas.

Anualmente o coordenador, através de análises dos resultados da CPA, dos processos de avaliação da aprendizagem e processos de avaliação do curso (através das avaliações regulatórias internas e externas), avalia e administra as potencialidades e fragilidades do seu corpo docente, direcionando-os para capacitações diversas, pós-graduações, melhoria nas publicações, ou até mesmo indicação para substituição ou demissão, dentre outras.

São competências do(a) Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês:

Articular-se adequadamente, com as Coordenadorias que oferecem disciplinas no curso;

Coordenar a organização de eventos, semanas de estudo, ciclos de debates e outros, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso;

Convocar e presidir as reuniões e coordenar as atividades do Colegiado do Curso;

- # Representar o Colegiado do Curso;
- # Fornecer à Diretoria Acadêmica subsídios para organização do calendário acadêmico e elaboração do horário de aulas do curso;
- # Executar e fazer executar as decisões do Colegiado do Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- # Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis *ad referendum* no âmbito do Colegiado do Curso;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelos órgãos superiores;
- # Atuar continuamente no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem;
- # Apresentar plano de ação anualmente;
- # Apresentar os resultados das ações do curso para a comunidade acadêmica;
- # Administrar as potencialidades de seu corpo docente.

Todas estas ações apresentadas como atribuições para o cargo de coordenador do curso, demonstram um favorecimento e a integração e melhoria contínua do desenvolvimento de seu trabalho.

3.4. Regime de Trabalho do(a) Coordenador(a) de Curso

A administração acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP é realizada por uma estrutura que engloba a coordenação de curso, na pessoa de seu coordenador, com carga horária de 40h e regime integral (com no máximo 20 horas em sala de aula), do Núcleo Docente Estruturante – NDE e pelo colegiado do curso, os quais, através do desenvolvimento de seus respectivos papéis dentro do organograma institucional.

O coordenador, no exercício da sua função, também passa por uma avaliação de desempenho de sua coordenação. Este relatório é construído pela coordenação acadêmica (site institucional) que usa como base os resultados das avaliações externas, os resultados das avaliações internas, e análise do plano

de ação da coordenação. Após estes levantamentos, a coordenação acadêmica dispõe para o coordenador e comunidade acadêmica o resultado do desempenho da coordenação através de indicadores específicos.

O indicador de desempenho do Coordenador do curso ocorre através dos resultados da CPA, e é disponibilizado para a comunidade acadêmica através do site e nos quadros de avisos das salas de suas respectivas turmas.

Anualmente o coordenador, através de análises dos resultados da CPA, dos processos de avaliação da aprendizagem e processos de avaliação do curso (através das avaliações regulatórias internas e externas), avalia e administra as potencialidades e fragilidades do seu corpo docente, direcionando-os para capacitações diversas, pós-graduações, melhoria nas publicações, ou até mesmo indicação para substituição ou demissão, dentre outras.

São competências do(a) Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês:

- # Articular-se adequadamente, com as Coordenadorias que oferecem disciplinas no curso;
- # Coordenar a organização de eventos, semanas de estudo, ciclos de debates e outros, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso;
- # Convocar e presidir as reuniões e coordenar as atividades do Colegiado do Curso;
- # Representar o Colegiado do Curso;
- # Fornecer à Diretoria Acadêmica subsídios para organização do calendário acadêmico e elaboração do horário de aulas do curso;
- # Executar e fazer executar as decisões do Colegiado do Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- # Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis ad referendum no âmbito do Colegiado do Curso;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelos órgãos superiores.

- # Atuar continuamente no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem
- # Apresentar plano de ação anualmente
- # Apresentar os resultados das ações do curso para a comunidade acadêmica
- # Administrar as potencialidades de seu corpo docente

Todas estas ações apresentadas como atribuições para o cargo de coordenador do curso, demonstram um favorecimento e a integração e melhoria contínua do desenvolvimento de seu trabalho.

3.5. Corpo Docente: Titulação

O corpo docente da referido curso, é responsável pela construção ementaria e bibliográfica da matriz curricular, de acordo com sua respectiva disciplina. Neste processo o professor é orientado pelo coordenador em diversos momentos sobre a política do curso, que também é reforçada nas capacitações. Ou seja, é direcionado para uma avaliação criteriosa, objetiva e focada na relevância para atuação profissional e acadêmica do discente. Este mesmo docente é direcionado para uma condução de ensino crítico, com utilização de bibliografia atualizada extrapolando as já deferidas pelo NDE. O corpo docente do curso apresenta um perfil de pesquisador, com publicação média de 7 por ano, e por isso trabalham frequentemente com indicações de conteúdos de pesquisa de ponta, sendo todos relacionados com o perfil do egresso.

A IES primando por um padrão de excelência em conformidade com seu projeto pedagógico institucional buscou um corpo docente com titulação obtida predominantemente em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Possuindo em seu quadro de docentes, professores doutores, mestres, especialistas sendo que os doutores correspondem à um percentual de 35,7% quando consideramos os professores para todo o curso.

Docentes	Nº	%
Total	14	100%

Doutores	5	35,7%
Mestres	7	50,0%
Especialista	2	14,3%
Graduados	0	0%
Stricto Sensu	12	85,7%

3.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

A IES busca a contratação de seus docentes em sua grande maioria em regime de tempo integral ou parcial, sendo que a intenção com estes profissionais é de desenvolvimento de projetos de extensão, projetos de nivelamentos, atividades extraclases, projetos de monitorias, projetos de iniciação científica, atendimento discente, participação de órgãos colegiados (NDE, CPA, Colegiado e outros), planejamento didático e preparação e correção das avaliações de aprendizagem. E a gestão dessa qualidade de atendimento e dedicação institucional é avaliada dentre outros mecanismos pelo questionário de avaliação/registo individual docente parcial e integral (informa quantidade de atendimentos discentes com data e horário, quantas e quais reuniões colegiadas participou com data e horário, tempo destinado para planejamento didático e outros). Este documento é entregue semestralmente para o coordenador do curso, com informações essenciais para um planejamento de gestão de melhora contínua.

Docentes	Nº	%
Total	14	100%
Horistas	0	0%
Parciais	13	92,8%
Integrais	1	7,2%
Parciais e Integrais	14	100%

3.7. Experiência Profissional do Docente

Dos 14 docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso, 10 possuem graduação em cursos de licenciatura e, dos 04 restantes (bacharéis), mais de 50% possuem experiência fora do magistério superior. Esse perfil docente com esse quantitativo supracitado, garante ao curso uma exposição frequente de situações contextualizadas com relação de problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O corpo docente do referido curso, apresenta como diferencial uma preocupação recorrente com atualizações relacionadas com a interação conteúdo e prática, além de possuírem uma sensibilidade para temas de interdisciplinaridade no contexto laboral. Tudo isso permite que o grupo de docentes que constituem o curso possa analisar as competências prevista no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão, o que nos direciona mais facilmente para um ensino de excelência.

3.8. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Mais de 50% do corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP possui experiência na Educação Básica, seja no nível estadual ou municipal, além de redes públicas e privadas de no mínimo 5 anos.

3.9. Experiência no Exercício da Docência Superior

Dos 14 docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso, mais de 80% possui experiência no magistério superior a mais de 5 anos. Esta proporção aponta para um corpo docente com capacidade e experiência para diagnosticar os principais pontos de dificuldade dos acadêmicos no que diz respeito ao conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, podendo o

mesmo, utilizar desta característica na geração de exemplos que melhor contextualizam a disciplina com o mercado de trabalho.

Um docente experiente é aquele que não apenas é detentor da capacidade de transmissão de conteúdos e orientação aos acadêmicos sobre determinado tema, mas também é aquele que se aproxima de seus alunos através de uma docência pautada nas reais necessidades destes acadêmicos e na melhor forma de comunicação com os mesmos, com a utilização de uma linguagem que esteja aderida às diferentes turmas com as quais o professor irá desenvolver seu trabalho.

Os docentes atuantes no Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP, se mantêm atentos nos critérios avaliativos que a metodologia aplicada pela IES exige, são constantemente capacitados através de eventos internos sobre o poder e a correta utilização destas avaliações (em tempo hábil), que devem ter características diagnósticas, para informar o que o aluno trás de períodos passados, formativa, que é utilizada para um processo contínuo e longo, onde o erro não é nada mais que um fator que faz parte do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, e somativas, as quais são essenciais para informar e situar os estudantes da escola como um todo. Os docentes da FCJP também são orientados a utilizarem a sua experiência em sala de aula para aproveitarem estes processos avaliativos como geradores de informações sobre o andamento do aproveitamento geral de cada turma e, com isso, reestruturar o seu formato do ensino constantemente, na busca de uma docência mais alinhada com os objetivos do curso e com o perfil profissional do egresso desejado, utilizando a interdisciplinaridade como ferramenta para este fim.

3.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância. *NSA para cursos totalmente presenciais.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e o mesmo ser 100% presencial, o indicador não se aplica.

3.11. Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância. *NSA para cursos totalmente presenciais.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e o mesmo ser 100% presencial, o indicador não se aplica.

3.12. Atuação do Colegiado de Curso ou Equivalente

O Colegiado do Curso está institucionalizado através de regulamento próprio, possuindo representatividade dos diversos segmentos e com equidade entre os pares, como demonstrado abaixo, na composição dos seus membros:

- I. Pelo Coordenador do Curso;
- II. Por dois professores de disciplinas ou unidades curriculares específicas do curso;
- III. Por dois discentes do curso;
- IV. Por dois Técnicos-Administrativos;

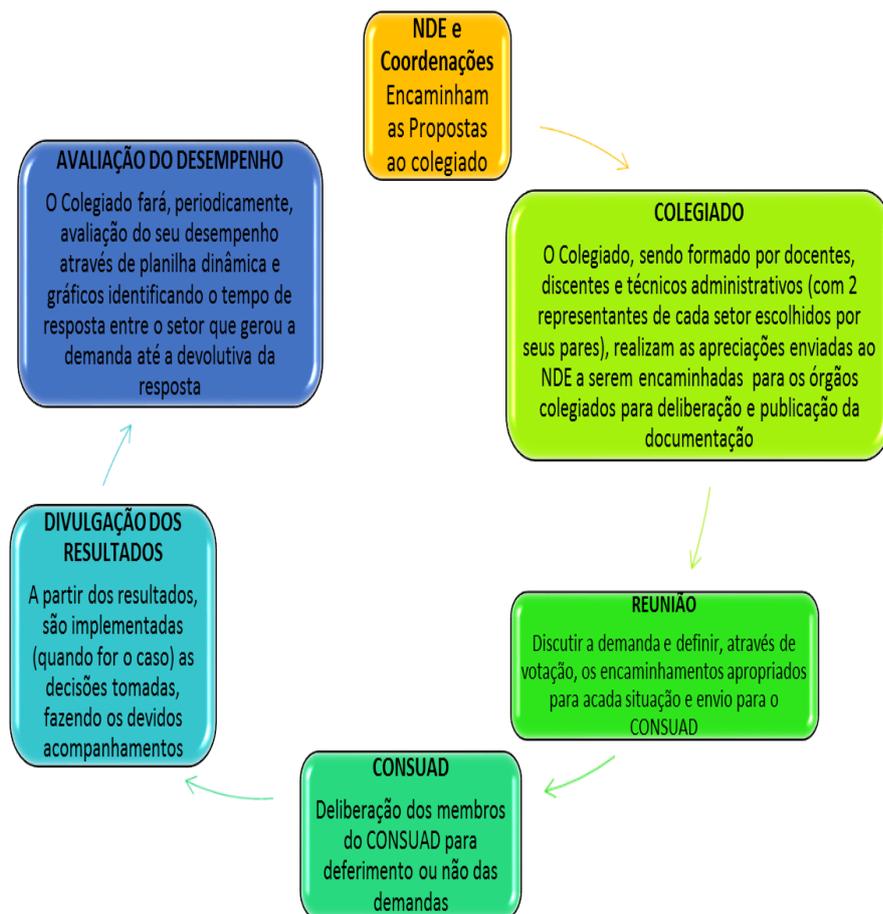
O Colegiado de Curso dentro da sua regulamentação, define que as reuniões deverão ocorrer no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, com homologação do Diretor Geral, por convocação do Coordenador do Curso ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados, sendo todas as reuniões e decisões associadas devidamente registradas em ata própria.

O Colegiado dentro de seu regulamento define suas atribuições, que corroborarão com todo o processo de formação descrito neste PPC:

Analisar o perfil do curso e das diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;

- # Acompanhar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
- # Analisar a avaliação do curso;
- # Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- # Deferir os planos de ensino referentes às unidades curriculares que constituem cada curso, em consonância com o projeto pedagógico e articulando com demais docentes;
- # Pronunciar-se sobre o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas e adaptações de acadêmicos transferidos, diplomados ou que tenham desenvolvido competências profissionais no mundo do trabalho;
- # Pronunciar-se sobre o aproveitamento discente extraordinário, no que se refere à abreviação de seu curso;
- # Appreciar o plano e o Calendário Acadêmico das atividades do Curso a serem submetidos ao CONSUAD;
- # Avaliar o material didático proposto para o corpo docente;
- # Zelar pela conservação e utilização dos equipamentos e recursos sob sua responsabilidade;
- # Aprovar as atividades extracurriculares;
- # Aprovar alterações no projeto do Curso quando necessário;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O colegiado do curso apresenta fluxo próprio e definido, sendo bastante fluido e otimizado para uma resposta rápida e coerente:



O colegiado possui um sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos de decisões, através do sistema SOLIS institucional.

O que torna o processo acessível, transparente e eficiente. E por fim, o colegiado do referido curso ainda possui um processo de autoavaliação, realizado através de questionários aplicados anualmente para seus discentes, técnicos administrativos e docentes, via sistema Moodle.

3.13. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso. NSA para cursos totalmente presenciais.

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e o mesmo ser 100% presencial, o indicador não se aplica.

3.14. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância. *Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e o mesmo ser 100% presencial, o indicador não se aplica.

3.15. Interação Entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância. *Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e o mesmo ser 100% presencial, o indicador não se aplica.

3.16. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

Quanto as produções científicas, mais de 50% dos docentes atuantes no referido curso possuem entre 7 e 9 produções nos últimos 3 anos.

4. Infraestrutura

4.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

A Faculdade disponibiliza postos de trabalho em gabinetes individualizados para a realização das atividades dos professores, que funciona com salas individualizadas equipadas com armários com chave para guarda de material pessoal e profissional, telefone, computador interligado à Internet com Webcam e headset para a utilização dos mesmos por parte dos docentes, com disponibilidade de rede Wireless para os docentes trabalharem nos seus notebooks, quadro branco, impressora, ar condicionado e demais materiais necessários, servindo de suporte para eventuais reuniões do curso, em ótimas condições de iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, privacidade, conservação e comodidade. Estas salas individuais são propícias para o atendimento às demandas individuais dos acadêmicos, além de se mostrarem como ótimos ambientes para o desenvolvimento das atividades extraclasse inerentes ao cargo de professor em tempo integral.

4.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês dispõe de uma sala ampla para os serviços acadêmicos da coordenação do curso. A sala do coordenador é ambiente propício para a realização das atividades relacionadas ao atendimento individualizado e em grupo dos membros da comunidade acadêmica. Este espaço encontra-se em condições adequadas de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e privacidade, possibilitando o desenvolvimento do trabalho, de ordem técnico-administrativa e acadêmica de forma individual ou em grupos. O espaço possui climatização por ar condicionado, possui mobiliário adequado (mesas e cadeiras em número suficiente para atender às demandas do ambiente), telefone, impressora, mesinha para o café, bebedouro, computador com acesso à internet, webcam, headset devidamente instalados e funcionando no computador de mesa e a sala ainda possui armários com chave para a guarda dos materiais de uso pessoal e/ou profissional do coordenador.

4.3. Sala Coletiva de Professores

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da Faculdade Cidade de João Pinheiro dispõe de uma sala que foi exaustivamente pensada para priorizar o conforto necessário aos docentes que dela usufruem, permitindo assim um atendimento mais amplo às necessidades docentes quando estão em seu ambiente de trabalho. Esta sala oferece facilidades que possibilitam a preparação de aulas, consultas ao portal e ao sistema acadêmico. Este espaço possibilita o desenvolvimento do trabalho, de ordem acadêmica, o espaço é climatizado por ar condicionado, possui cinco computadores de mesa com acesso à internet, impressora, webcam, headset e acesso à rede WI-FI da instituição, possui armários com chaves individualizadas para guarda de material docente, jogos de tabuleiro para o lazer dos docentes, possui mesa de reunião com doze cadeiras para eventuais reuniões presenciais em grupo, com mais três mesas redondas com quatro cadeiras em cada, telefone, mesa para café, bebedouro, sofá, tv e, além disto, a sala dispõe de apoio técnico administrativo para os docentes que a utilizam.

4.4. Salas de Aula

Pensando na acessibilidade de nossos estudantes, a IES é equipada com infraestrutura acessível para dar melhor suporte tanto às pessoas que apresentam necessidades especiais quanto à locomoção em geral, além de pisos táteis afixados no solo que levam a todos os ambientes educacionais e administrativos da instituição. O Campus possui salas de aula específicas para o Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, com 50 carteiras em cada, que comportam o número de vagas ofertadas e também apresenta ótima iluminação artificial e natural, pintura em ótimo estado de conservação e são bem arejadas e possuindo climatização por ar condicionado, estes espaços proporcionam flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

Estão mobiliadas com carteiras individuais, quadros de avisos, quadro negro, mesa e cadeira para o docente, instalações elétricas para o uso de equipamentos como: Rede de Wi-Fi, Datashow, televisão, equipamentos de som, entre outros, sempre que necessários.

As salas de aula da FCJP passam por manutenção periódica após autoavaliação institucional a qual realiza o levantamento, junto à comunidade acadêmica, sobre as condições físicas das salas de aula, gerando insumos para a percepção do setor de manutenção sobre as reais e atuais condições das mesmas.

Lembrando que além da CPA (anualmente) e do NDE (semestralmente), os nossos discentes ainda possuem a ouvidoria (diariamente) e a própria coordenação do curso, como ponto de referência para estas manutenções recorrentes.

4.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A FCJP oferece aos discentes livre acesso aos equipamentos de informática, dispondo de um número suficiente de equipamentos, que atende às necessidades dos usuários para as devidas atividades, com acesso à internet, esta, com estabilidade e velocidade de acesso que garante o seu uso contínuo, tendo os laboratórios de informática e as máquinas disponibilizadas e acessíveis presentes nas bibliotecas da instituição.

A FCJP conta com dois laboratórios de Informática, climatizados com ar condicionado, que possuem quadro branco, Datashow instalado no teto, com ótima iluminação artificial e natural, apresentam total acessibilidade para pessoas com deficiência com máquinas preparadas com DOSVOX, VLIBRAS, teclados em Braille e com letras aumentadas, espaço definido para cadeirante, todas com webcam e headset. Estes laboratórios permanecem em funcionamento prestando seus serviços à comunidade acadêmica entre os horários de 08:00 às 22:00 de segunda a sexta e de 08:00 às 12:00 aos sábados.

Os laboratórios passam semestralmente por atualização de software's, hardware's e outros, através do acompanhamento do setor de Tecnologia da Informação com emissão de relatório específico.

Os usuários contam com a ajuda de monitores nos laboratórios de informática. A IES ainda conta com uma rede de Wi-Fi que abrange toda a área educacional. Estes laboratórios também passam por avaliação periódica coordenada pelo Setor de Tecnologia da Informação através de informações colhidas na avaliação da estrutura física através da CPA (anualmente), Tecnologia de Informação (relatório próprio) e NDE's (semestralmente), ouvidoria e coordenações (diariamente).

4.6. Bibliografia Básica por Unidade Curricular

Todo o acervo bibliográfico físico da IES, disponibilizado aos professores e alunos, e demais componentes da comunidade acadêmica, está tombado e informatizado e disponível através do sistema SOLIS, já o acervo virtual, possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários, lembrando que ambos estão registrados em nome da IES. A indicação para a aquisição de acervos (bibliografia básica e complementar, periódicos e multimeios) atende a proposta pedagógica dos Cursos e é feita pela Coordenação do Curso, NDE e seu Colegiado através de Relatório de Adequação confeccionado e assinado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso, relatório este, que é utilizado para o gerenciamento da atualização da quantidade de exemplares e ou assinaturas de acesso mais demandadas.

A biblioteca da FCJP possui plano de contingência (disponibilizado pela biblioteca virtual terceirizada MINHA BIBLIOTECA) que visa orientar os usuários e a instituição sobre como proceder em casos de dificuldade de conexão ou acesso aos títulos disponibilizados eletronicamente.

Para os estudantes estão disponíveis além dos livros básicos que atendem plenamente o conteúdo programático das disciplinas, todo o acervo da Biblioteca, incluindo periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado.

As Bibliografias Básicas são compostas por três títulos por unidade curricular, sendo um, ou mais, disponibilizados na forma virtual através da biblioteca virtual MINHA BIBLIOTECA de acesso livre, irrestrito e ininterrupto (inclusive fins de semana e feriados) aos acadêmicos e professores.

Para ampliar os horizontes de acesso aos conteúdos disponibilizados eletronicamente pela biblioteca, a mesma possui computadores (com teclados em Braille e letras aumentadas, headset e webcam) conectados à internet (além do acesso à rede de Wi-Fi) que possuem dispositivos de facilitação e inclusão para pessoas com deficiência como o DOSVOX e o VLIBRAS, que permitem que seus usuários desfrutem de novas formas, mais acessíveis, de transmissão destes conteúdos. Além da Biblioteca e da utilização da rede de Wi-Fi da instituição, o acadêmico ainda tem disponível os laboratórios de informática da IES, os quais funcionam de 08:00 as 22:00 horas de segunda a sexta e de 08:00 as 12:00 horas aos sábados.

4.7. Bibliografia Complementar por Unidade Curricular

A indicação para a aquisição de acervos (bibliografia básica e complementar, periódicos e multimeios) atende a proposta pedagógica dos Cursos e é feita pela Coordenação do Curso, NDE e seu Colegiado através de Relatório de Adequação confeccionado e assinado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso.

A biblioteca da FCJP possui plano de contingência (disponibilizado pela biblioteca virtual terceirizada MINHA BIBLIOTECA) que visa orientar os usuários

e a instituição sobre como proceder em casos de dificuldade de conexão ou acesso aos títulos disponibilizados eletronicamente.

Para os estudantes estão disponíveis além dos livros básicos que atendem plenamente o conteúdo programático das disciplinas, todo o acervo da Biblioteca, incluindo periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado.

As Bibliografias Complementares são compostas por cinco títulos por unidade curricular, sendo todos ofertados na forma virtual através da biblioteca virtual MINHA BIBLIOTECA.

Para ampliar os horizontes de acesso aos conteúdos disponibilizados eletronicamente pela biblioteca, a mesma possui computadores (com teclados em braile, headset e webcam) conectados à internet (além do acesso à rede de Wi-Fi) que possuem dispositivos de facilitação e inclusão para pessoas com deficiência como o DOSVOX e o VLIBRAS, que permitem que seus usuários desfrutem de novas formas, mais acessíveis, de transmissão destes conteúdos.

4.7.1. Biblioteca FCJP

Disponibiliza aos seus usuários acesso ao acervo físico, dispõem de recepção, salas de leitura, salas de estudo em grupo, salas de vídeo, salas de pesquisa informatizada, cabines de estudo individualizado e acervo, além de possibilitar aos acadêmicos que utilizarem este espaço o acesso à biblioteca virtual dentro do ambiente da biblioteca.

4.7.2. Periódicos Especializados

A Biblioteca disponibiliza periódicos sob a forma virtual de livre acesso e assinaturas impressas com retroação de no mínimo os três últimos anos e *full text*.

São periódicos específicos do curso:

PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS	
PERIÓDICOS	ENDEREÇO DE ACESSO
LIVRE ACESSO	
Acta Literaria	https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=0717-6848&lng=en
Afluyente – Revista de Letras e Linguística	http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluyente/index
Alea: Estudos Neolatinos	https://www.scielo.br/j/alea/
Aletria – Revista de Estudos de Literatura	https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria
Alfa: Revista de Linguística	https://www.scielo.br/j/alfa/
ARS	https://www.scielo.br/j/ars/
Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso	https://www.scielo.br/j/bak/
Cadernos de Tradução	https://www.scielo.br/j/ct/
DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada	https://www.scielo.br/j/delta/
O Eixo e a Roda – Temática Livre	http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_e_a_roda/index
Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea	https://www.scielo.br/j/elbc/
Folios	http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_serial&pid=01234870&lng=pt&nrm=iso
Fragmentum	https://periodicos.ufsm.br/fragmentum
Letras	http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0459-1283&lng=pt&nrm=iso
Letras de Hoje	https://www.scielo.br/j/lh/

Lexikos	https://scielo.org.za/scielo.php?script=sci_serial&pid=2224-0039&lng=en
Linguagem em (Dis)curso	https://www.scielo.br/j/ld/
Linguagens & Cidadania	https://periodicos.ufsm.br/LeC
Linguística	http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_serial&pid=2079-312X&lng=en
Machado de Assis em Linha	https://www.scielo.br/j/mael/
Revista Brasileira de Linguística Aplicada	https://www.scielo.br/j/rbla/
Revista de Letras	https://periodicos.utfpr.edu.br/rl
Revista de Estudos da Linguagem	http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin
Texto Livre	https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/
Trabalhos em Linguística Aplicada	https://www.scielo.br/j/tla/

4.7.3. Bases de Dados Assinadas

A IES conta com a assinatura de base de dados de periódicos bem como de biblioteca virtual - MINHA BIBLIOTECA, visando suprir o acervo impresso, bem como facilitar o acesso à informação aos docentes e discentes.

4.7.4. Base de Dados de Livre Acesso

- **SCIELO:** Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.
- **BVS:** A Biblioteca Central atua como Participante da Rede BVS, que permite acesso a fontes de informação na área de Saúde Pública.
- **BDTD/IBICT:** Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- **LIVRE:** Periódicos de livre acesso na internet

4.7.5. Informatização

O acervo das Bibliotecas, composto por obras de referência, livros, folhetos, trabalhos de conclusão de cursos, periódicos e multimeios, nas várias áreas do conhecimento, é tratado tecnicamente segundo o Anglo American Cataloguing Rules - AACR2 e a Classificação Decimal de Universal - CDU e é sinalizado de modo a facilitar sua localização pelos usuários.

4.7.6. Sistema SolisGE

A informatização da Biblioteca utiliza o Sistema SolisGE, que contempla de forma integrada as principais funções de uma Biblioteca, com o objetivo de facilitar a gestão da informação, melhorando a rotina diária de seus usuários.

Principais Módulos:

- **Catálogo:** Permite catalogar de acordo com as regras do Anglo American Cataloguing Rules – AACR2 e da Classificação Decimal de Universal – CDU
- **Circulação de Materiais:** Controla o empréstimo de qualquer tipo de documento com prazos e quantidades diferenciadas por categoria de usuário.
- Emite relatórios e estatísticas referentes ao processo de empréstimo.
- Empréstimo
 - ✓ Empréstimo para consulta local;
 - ✓ Empréstimo domiciliar;
 - ✓ Reserva local;
 - ✓ Renovação online.

4.7.7. Treinamentos

A Biblioteca da FCJP oferece a seus usuários orientação quanto ao uso dos recursos informacionais disponíveis, normalização bibliográfica conforme ABNT e utilização do Sistema SolisGE para renovação de empréstimo e reserva *on line*.

4.7.8. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

De acordo com a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do Ministério de Educação, o Sistema de Bibliotecas dá acessibilidade aos seus usuários com necessidades educacionais especiais a diferentes fontes de informação, mediante utilização de recursos diferenciados.

Auditiva: O atendimento às pessoas com necessidades educacionais auditivas é realizado por um intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no período das 8h às 17h, ou sempre que necessário. A instituição disponibiliza também o VLIBRAS para a comunidade acadêmica.

Visual: Às pessoas com necessidades educacionais visuais, as Bibliotecas disponibilizam o sistema **DOSVOX**, baseado no uso intensivo de síntese de voz, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores.

Física: As Bibliotecas têm acesso adequado, com a utilização de rampas e pisos táteis e os espaços internos foram redimensionados para facilitar o deslocamento de cadeirantes.

4.7.9. Serviços

Aos usuários da Biblioteca são oferecidos os seguintes serviços:

- ✓ Elaboração de fichas catalográficas;
- ✓ Visitas guiadas à Biblioteca;
- ✓ Solicitação de artigos via COMUT ON-LINE (Programa de comutação bibliográfica on-line)/SCAD.
- ✓ Levantamento bibliográfico

4.7.10. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes

Possuímos assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, de forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos para o curso entre as principais áreas e a maioria deles assinados nos últimos três anos e, no último ano também possuímos revistas e periódicos específicos que passaram a fazer parte do acervo.

4.8. Laboratórios Didáticos de Formação Básica

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da FCJP conta com laboratórios didáticos em excelente quantidade para auxílio nos processos de ensino-aprendizagem, quando é levado em consideração o número de vagas ofertadas. Todos os laboratórios da FCJP possuem normas e regulamentos de utilização (POP - Procedimento Operacional Padrão) que ficam disponibilizados aos usuários de forma eletrônica e física (no próprio ambiente do laboratório) além de passarem constantemente por manutenção periódica advinda de informações colhidas com os próprios usuários e professores através dos questionamentos sobre a estrutura física da IES realizados durante a aplicação dos questionários da CPA, ou através de solicitações do Núcleo Docente Estruturante do curso, devidamente aprovadas pelo seu colegiado.

O curso conta com os seguintes laboratórios de formação básica em quantidade:

1 - Laboratórios de Informática

1 – Biblioteca

Os laboratórios didáticos de formação básica implantados com suas respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira excelente, aos aspectos: adequação ao currículo, acessibilidade plena, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos (o laboratório apresentado foi construído dentro dos parâmetros curriculares do respectivo curso, com acessibilidade plena tais como, espaço para cadeirante, softwares para deficientes visuais, pisos táteis para acesso aos laboratórios, dentre outros,

além de atualização dos softwares e fornecimento de insumos pelos setores específicos de maneira eficiente).

Laboratório de Informática:

A Instituição dispõe de dois laboratórios de informática com máquinas novas para atender às necessidades de pesquisa e consulta dos discentes, docentes e técnicos administrativos. Estes laboratórios ficam disponíveis para os alunos tanto no horário de aula quanto fora deste horário, sempre acompanhado pelos monitores. Os laboratórios de informática da FCJP possuem climatização por ar condicionado, quadro branco, quadro de avisos e Datashow fixo no teto, proporcionando maior conforto e possibilidades para seus usuários.

Normas de Utilização dos Laboratórios de Informática da FCJP

A manutenção dos equipamentos é de responsabilidade direta do setor de Tecnologia da Informação que faz a manutenção dos laboratórios de informática quinzenalmente. A necessidade de reparos ou aquisição é informada pelos monitores do laboratório, podendo ser também informada pelos professores que utilizam o mesmo. O setor de Tecnologia da Informação tem um prazo de quinze dias úteis para realizar as operações necessárias e atender demais solicitações.

REGIMENTO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

CAPITULO I

Da Finalidade

Art. 1º - O Laboratório de Informática da Faculdade Cidade de João Pinheiro é constituído a serviço dos alunos, professores, funcionários e comunidade local.

CAPÍTULO II

Do Pessoal

Art. 2º - A administração dos Laboratórios se dá através do setor de Tecnologia da Informação, auxiliado por assistentes contratados ou Estagiários;

Art. 3º - O Assistente de Laboratório deverá garantir, em conjunto com o setor de Tecnologia da Informação, o funcionamento e execução dos serviços técnicos e operacionais da estrutura, e o funcionamento contínuo da sala para usos relacionados com educação e experiências práticas em geral;

Art. 4º - O Estagiário deverá auxiliar o setor de Tecnologia da Informação e o assistente na manutenção e funcionamento do Laboratório.

CAPITULO III

Do Horário de Funcionamento

Art. 5º - O Laboratório deverá funcionar da seguinte forma:

I- segunda à sexta-feira das 08h00 às 22h30;

II- sábados das 08h00 às 12h00.

CAPÍTULO IV

Estrutura Operacional – Equipamentos e Reservas

Art. 6º - São oferecidos computadores contendo a infraestrutura necessária para utilização durante aulas práticas conforme cursos na FCJP e também para uso em cursos de extensão e pós-graduação.

Art. 7º - A reserva dos Laboratórios, por parte dos professores, deverá ser realizada com no mínimo três dias de antecedência à realização da aula. No caso de instalação de novos softwares, esta antecedência deverá ser de sete dias.

Art. 8º - Cada disciplina terá um período máximo de antecedência para marcação de aulas. Esta antecedência variável visa estabelecer um critério de prioridade ao acesso ao laboratório, devendo, portanto, os professores das disciplinas priorizadas utilizarem tal recurso para garantir o uso do laboratório.

Art. 9º - Só será permitida nova reserva após 8 (oito) dias corridos contados a partir da última reserva feita pelo professor. Tal medida visa estabelecer um rodízio entre os professores que utilizam os laboratórios. A reserva é realizada através de agendamento no setor de Tecnologia da Informação caso haja disponibilidade dos mesmos.

Art. 10º - Será garantida aos professores uma tolerância máxima de 15 (quinze) minutos de atraso para início das aulas práticas previamente agendadas. Depois de decorrido essa tolerância, o laboratório será considerado disponível para o uso e o agendamento será considerado como não utilizado.

CAPÍTULO V

Usos - Finalidades e Público Alvo

Art. 11º - A utilização dos laboratórios por alunos dos cursos da Faculdade Cidade de João Pinheiro fora dos horários de aula limita-se às atividades relacionadas a práticas e exercícios dos cursos aqui oferecidos, não sendo permitida então a utilização para interesses particulares. Não será cobrada nenhuma taxa pelo uso dos computadores a nenhum aluno de qualquer curso. O acesso só será permitido para alunos previamente cadastrados em nossos sistemas e matriculados na instituição.

Art. 12º - O uso por alunos em atividades não vinculadas às aulas regulares (usos ocasionais) deve observar os horários de funcionamento bem como no início das aulas. Os laboratórios deverão ser desocupados com 20 (vinte) minutos de antecedência do início das aulas para organização e preparação das atividades para os professores.

Art. 13º - O uso dos laboratórios por professores e pesquisadores fora dos horários de aula estará autorizado mediante comunicação ao setor de Tecnologia da Informação contendo o programa efetivo de uso por intermédio de formulário padrão ou e-mail.

Art. 14º - A utilização dos laboratórios, por funcionários da FCJP, para fins estritamente administrativos, estará autorizada mediante disponibilidade de equipamentos e comunicação formal, por memorando impresso, ao setor de Tecnologia da Informação.

Art. 15º - O serviço de acesso à Internet ficará autorizado e disponibilizado, quando relacionado a atividades de caráter eminentemente educativas e que tenham relação com os conteúdos programáticos dos cursos oferecidos na instituição. Acessos a sites pornográficos e o uso de mecanismos fraudulentos contra a estrutura (vírus, sniffers, entre outros) serão criteriosamente banidos e podem desencadear processos punitivos e/ou suspensivos junto às Coordenações de Cursos, Coordenação Acadêmica e Direção Geral da Instituição.

Art. 16º - A utilização dos laboratórios de forma indevida e, aqui não destacada, será tratada pela Coordenação Acadêmica.

Art. 17º - Os acessos a internet são auditados ficando a critério da instituição verificar quais sites o aluno acessou, caso os links acessados caracterize “utilização indevida”, o aluno poderá ser punido conforme Regimento da IES.

Art. 18º - Todo usuário é responsável pelo seu *login* e senha, bem como por qualquer acesso, adulteração ou utilização de sua senha, portanto, *login* e senha são de uso individual e intransferível. Sob suspeita de sua senha ter sido descoberta por terceiros, providenciar comunicação imediata para substituição. Nenhuma senha é trocada ou alterada por telefone, não existe suporte telefônico externo.

Art. 19º - Cada usuário, ao término de suas atividades, deverá efetuar o log-off (finalizar o sistema), no intuito de evitar que seu *login* e senha sejam utilizados por pessoas não autorizadas.

CAPÍTULO VI

Das Proibições

Art. 20º - É proibido a entrada nas salas laboratoriais portando qualquer tipo de líquidos, alimentos, cigarros, balinhas e chicletes.

Art. 21º - É proibida a instalação de programas que objetivem o mau funcionamento dos equipamentos e o mau uso dos equipamentos implicarão em punições ou suspensões conforme determinação do Regimento Interno da IES.

Art. 22º - É proibido ligar ou desligar os seguintes dispositivos: estabilizador de tensão, nobreak, servidores, impressoras e os aparelhos de ar condicionado, senão por pessoas autorizadas.

Art. 23º - É proibido a todos os usuários copiar os softwares existentes nos laboratórios, bem como seus discos de instalação, exceto aqueles que são de Domínio Público, Shareware ou Demonstrativos.

Art. 24º - Qualquer utilização que não conste nos itens enumerados deste documento será desautorizada.

Art. 25º - Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Regimento Interno da FCJP.

Art. 26º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 27º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

4.9. Laboratórios Didáticos de Formação Específica

Laboratório Multidisciplinar – Letras

Um laboratório de ensino de línguas é um espaço projetado para facilitar a aprendizagem de línguas estrangeiras. Neste laboratório podemos encontrar:

1. Computadores ou dispositivos móveis: Essenciais para acessar programas de aprendizagem de idiomas, recursos online, aplicativos e software específicos para o ensino de línguas.
2. Softwares de aprendizagem de idiomas: Como Rosetta Stone, Duolingo, Babbel, entre outros, que oferecem lições interativas, exercícios de vocabulário, prática de gramática e atividades de compreensão auditiva.
3. Fones de ouvido: Para permitir que os alunos ouçam e pratiquem a pronúncia correta, além de participar de atividades de compreensão auditiva.
4. Livros didáticos e materiais impressos: Possui materiais didáticos tradicionais para referência e prática offline.
5. DVDs e CDs de áudio: Para praticar habilidades de compreensão auditiva, assistir a filmes ou ouvir diálogos autênticos.
6. Quadro branco: Para apresentar conteúdo, explicar conceitos gramaticais e interagir com os alunos de forma visual.
7. Acesso à internet: Fundamental para pesquisas, acesso a recursos online, comunicação com falantes nativos e participação em atividades de aprendizagem colaborativa.
8. Material autêntico: Textos, vídeos, músicas e outros materiais autênticos na língua-alvo, que refletem o uso real da língua e proporcionam contexto cultural aos alunos.
9. Ferramentas de videoconferência: Para conectar os alunos a falantes nativos, tutores ou outros estudantes de línguas estrangeiras em todo o mundo, promovendo a prática da fala e da audição em situações reais de comunicação.
10. Softwares de gravação e edição de áudio e vídeo: Para que os alunos gravem suas próprias produções orais e visuais, recebam feedback e pratiquem a autocrítica.

Laboratório de Informática:

A Instituição dispõe de dois laboratórios de informática com máquinas novas para atender às necessidades de pesquisa e consulta dos discentes, docentes e técnicos administrativos. Estes laboratórios ficam disponíveis para os alunos tanto no horário de aula quanto fora deste horário, sempre acompanhado pelos monitores. Os laboratórios de informática da FCJP possuem climatização por ar condicionado, quadro branco, quadro de avisos e Datashow fixo no teto, proporcionando maior conforto e possibilidades para seus usuários.

4.10. Laboratórios de Ensino para a Área da Saúde.

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCN. NSA para os demais cursos.

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.11. Laboratórios de Habilidades. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.12. Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial

Conveniados. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.13. Biotérios. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.14. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático. *NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. *Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, este indicador não se aplica.

4.18. Ambientes profissionais vinculados ao curso.

Exclusivo para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.

Por se tratar de Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês, este indicador não se aplica.

ANEXO I

DOCENTES: CARACTERÍSTICAS

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
CECÍLIA EUGENIA ROCHA RODRIGUES	ESPECIALISTA	PARCIAL
FRANCIELY F. ABADIA DE CASTRO	ESPECIALISTA	PARCIAL
GILMAR ANTONIASSI JUNIOR	DOUTOR	INTEGRAL
GISELDA SHIRLEY DA SILVA	MESTRE	PARCIAL
LARISSA ISAURA GOMES	MESTRE	PARCIAL
LASARO JOSÉ AMARAL	MESTRE	PARCIAL
LUCIANA DE ARAUJO MENDES SILVA	DOUTORA	PARCIAL
MARIA CÉLIA DA SILVA GONÇALVES	DOUTORA	PARCIAL
MARIA DE LOURDES DE A. FERREIRA	MESTRE	PARCIAL
MARIA JULIANA DIAS	MESTRE	PARCIAL
MICHELLE LUCAS CARDOSO BALBINO	DOUTORA	PARCIAL
SAULO GONÇALVES PERIERA	DOUTOR	PARCIAL
SONIA HELENA DE CASTRO	MESTRE	PARCIAL
VANDEIR JOSÉ SILVA	MESTRE	PARCIAL

ANEXO II

Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês

FCJP

1º Período

Disciplinas	C/H
Práticas Docentes Integrativas de Competências e Habilidades BNCC I	120
História da Educação no Brasil	40
Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação	120
LIBRAS	40
Língua, Comunicação e Investigação	40
Projeto de Integração e Extensão I	40
Total	400

2º Período

Disciplinas	C/H
Teoria de Gêneros Literários	40
Práticas Docentes Integrativas de Competências e Habilidade BNCC II	120
Optativa I	40
Língua Inglesa e Gêneros do Cotidiano	40
Fundamentos da Linguística	40
Direitos Humanos	40
Projeto de Integração e Extensão II	40
Total	360

3º Período

Disciplinas	C/H
-------------	-----

Práticas Docentes Integrativas de Competências a Habilidade BNCC III	80
Língua Inglesa em Gêneros da Esfera Intimista	40
Psicologia do Desenvolvimento Humano	80
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	40
Fonética e Fonologia	40
Optativa II	40
Projeto de Integração e Extensão III	40
Total	360

4º Período

Disciplinas	C/H
Psicologia da Educação e Educação Inclusiva	80
Sociolinguística e Linguística Textual de Ensino	60
Educação Ambiental	40
Alfabetização, Letramento e Literatura na Educação Básica	60
Práticas Docentes Integrativas de Competências a Habilidade BNCC IV	80
Optativa III	40
Projeto de Integração e Extensão IV	40
Total	400

5º Período

Disciplinas	C/H
Língua Inglesa nas Práticas Multimodais	60
Teoria e Prática do Currículo	60
Estágio Supervisionado I	100
Legislação da Educação Básica e Políticas Educacionais	80

Planejamento e Mediação Didática em Educação	80
Projeto de Integração e Extensão V	40
Total	420

6º Período

Disciplinas	C/H
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	60
Linguística Textual de Ensino e Estudos Morfológicos e Lexicais	80
Metodologia do Ensino da Língua Inglesa	60
Textos Fundadores da Literatura Brasileira e Portuguesa	80
Estágio Supervisionado II	100
Projeto de Integração e Extensão VI	40
Total	420

7º Período

Disciplinas	C/H
Língua Inglesa e Letramento nos Gêneros Acadêmicos	60
Língua Inglesa como Prática de Oralidade Internacional da Docência	60
Avaliação de Aprendizagem	60
Temas de Literatura Brasileira Contemporânea	60
Estágio Supervisionado III	100
Trabalho de Curso	40
Projeto de Integração e Extensão VII	40
Total	420

8º Período

Disciplinas	C/H
-------------	-----

Revisão de Textos Processuais Português e Inglês	80
Análise do Discurso	80
Estágio Supervisionado IV	100
Seminário de Trabalho de Curso	40
Projeto de Integração e Extensão VIII	40
Total	340

Disciplinas Optativas	Carga Horária
Optativa I	
Inovação e Criatividade	40
Diversidade Cultural e Social	40
Oficina da Oralidade em Língua Inglesa	40
Optativa II	
Ética e Formação Humanística	40
Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	40
Literatura e Cinema	40
Optativa III	
Empreendedorismo e Sustentabilidade	40
Ensino de Línguas para Crianças	40
Aplicativos para Uso em Sala de Aula	40

Total	3.120 horas
Atividades Complementares	80 horas
Total Geral em Hora Relógio	3.200 horas

ANEXO III

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

LETRAS (PORTUGUÊS / INGLÊS) – FCJP

2024

1º PERÍODO

PRÁTICAS DOCENTES INTEGRATIVAS DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES BNCC I

Ementa: Fundamentos da organização curricular para a Educação Básica com referência a BNCC e propostas curriculares estaduais e municipais: fundamentos e organização, na promoção do debates contemporâneos no campo do currículo para a inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Bibliografia Básica:

Bes, P.; Silva, M.C. **Organização e legislação da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. [MB]

Cunha, M. I. **O bom professor e sua prática**. 24.ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

Perrenoud, P. **A Prática Reflexiva no ofício do professor: profissional e Razão Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar: [MB]

Alias, G. **Diversidade, currículo escolar e projetos pedagógicos: a nova dinâmica na escola atual**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Buchwitz, T. M. A. **Pedagogia da infância: cotidiano e práticas educativas**. São Paulo: Cengage, 2016.

Castellar, S.M.V.; Semeghini-Siqueira, I. **Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Barreto, F.C.; Almeida, N.J.R. **Educação escolar**: evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. São Paulo: Érica, 2014.

Tardeli, D.D'A.; Paula, F.V.(orgs). **O cotidiano da escola**: as novas demandas educacionais. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ementa: A constituição da História da Educação como campo epistemológico: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do profissional da educação. Os conhecimentos científico e tecnológico e a educação ao longo dos tempos históricos. A relação histórico-social entre a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. Os diversos contextos históricos da cultura escolar, as práticas educativas e o sistema escolar brasileiro. O profissional da educação e os valores democráticos na História do Brasil. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Bibliografia Básica:

Manacorda, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2022. [MB]

Ghiraldelli Júnior, P. **História da educação brasileira**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Gadotti, M. **História das ideias pedagógicas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Bibliografia Complementar: [MB]

Ribeiro, M.E.S. et al. **História da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Shigunov Neto, A. **História da educação brasileira**: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais. São Paulo: Salta, 2015.

Castro, C. M. **Os Tortuosos Caminhos da Educação Brasileira**: Pontos de Vista Impopulares. Porto Alegre: Grupo A, 2014.

Barreto, F. C.; Rockenback, N. **Educação Escolar**: Evolução Histórica, Teorias, Práticas Docentes e Reflexões. São Paulo: Saraiva, 2014.

Ghiraldelli Júnior, P. **Filosofia e história da educação brasileira**: da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Ementa: Compreensões históricas, filosóficas e sociológicas de educação ao longo da história e suas influências na atualidade. Dimensões ontológicas, éticas, sociais e culturais da educação. Epistemologias e educação, conhecimento e aprendizagem. Educação e Escola entrelaçadas no mundo contemporâneo. Epistemologia da educação dialógica, problematizadora, crítica e emancipadora. A realidade e o saber dos estudantes como base epistemológica da aprendizagem.

Bibliografia Básica:

Camozzato, B.K. et al. **Filosofia da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (MB)

Luckesi, C.C. **Filosofia da educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Ghiraldelli Júnior, P. **História da educação brasileira**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar: [MB]

Augustinho, A.M.N. et al. **Sociologia da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Brito, G.N. **Fundamentos da educação**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Ghiraldelli Jr, P.; Castro, S. **A Nova Filosofia da Educação**. São Paulo: Manole, 2014.

Lopes, E.M.T.; Faria Filho, L.M. (orgs). **Pensadores sociais e a história da educação II**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Ghiraldelli Jr., P. **Filosofia e História da Educação Brasileira: da Colônia ao Governo Lula**. Barueri: Manole, 2009.

LIBRAS

Ementa: Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. História da educação de surdos. Introdução aos aspectos linguísticos e

estruturais da Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Bibliografia Básica:

Corrêa, Y.; Cruz, C.R. (orgs). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. (MB)

Fernandes, E. (org). **Surdez e bilinguismo**. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Capovilla F.C. et al. **Novo Deit-libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue. São Paulo: USP/INEP, 2009 2v.

Bibliografia Complementar: (MB)

Estelita, M. **ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais**. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

Quadros, R. M. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

Quadros, R. M.; Cruz, C. R. **Língua de Sinais: Instrumento de Avaliação**. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

Quadros, R. M. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

Botelho, P. **Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LÍNGUA, COMUNICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

Ementa: Noções de Metodologia Científica e os princípios teóricos e metodológicos no contexto da Língua, Comunicação e Interpretação, além das normas gramaticais, inclui a interpretação, compreensão e composição textuais.

Bibliografia Básica

Cano, M.R.O. (org) **Língua portuguesa: sujeito, leitura e produção**. São Paulo: Blucher, 2018. (MB)

Severino, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bechara, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. São Paulo: Lucerna, 2002.

Bibliografia Complementar [MB]

Azevedo, C.B. **Metodologia Científica ao Alcance de Todos**. 4.ed. São Paulo: Manole, 2018.

Cortina, a. et al. **Fundamentos Da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Brasileiro, A. M. M. **Leitura e produção textual**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Aiub, T. (Org.). **Português: práticas de leitura e escrita**. Porto Alegre: Penso, 2015.

Andrade, M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO I

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para compreensão criticamente a problemática educacional brasileira a partir da formação docente no Brasil.

Bibliografia Básica:

Brzezinski, I. (org). **LDB 1996 vinte anos: projetos educacionais em disputa**. São Paulo: Cortez, 2022. [MB]

Cunha, M. I. **O bom professor e sua prática**. 24. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

Perrenoud, P. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. São Paulo: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar: (MB)

Silva, G. B.; Felicetti, V.L. **Formação docente e teoria dos campos conceituais: impacto na aprendizagem discente**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2021.

Philippi Jr., A.; Fernandes, V.; Pacheco, R.C.S. (edits). **Ensino, pesquisa e inovação**: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017.

Castellar, S.M.V.; Semeghini-Siqueira, I. **Da educação infantil ao ensino fundamental**: formação docente, inovação e aprendizagem significativa. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Nogueira, N. R. **Pedagogia dos Projetos**: Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. São Paulo: Érica, 2009.

Barbosa, M. C. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

2º PERÍODO

TEORIA DE GÊNEROS LITERÁRIOS

Ementa: Noções teóricas sobre o conto. Estudo da constituição do conto como gênero literário no Brasil. Leitura e análise de obras e autores representativos do gênero, do século XIX até a contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

Portolomeos, A.; Cano, M.R.O. (orgs). **Literatura e subjetividade**: aspectos da formação do sujeito nas práticas do Ensino Médio. São Paulo: Blucher, 2018 [MB]

Dionísio, A.P.; Machado, A.R.; Bezerra, M.A. (orgs). **Gêneros textuais e ensino**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Eagleton, T. **Teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Bibliografia Complementar:

Paiva, A. et al. (orgs). **Literatura**: saberes em movimento. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. [MB]

Coelho, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2010. [MB]

Chiapini, L. M. **L.O foco narrativo**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2002.

Souza, R. A. de. **Teoria da Literatura**. São Paulo: Ática, 2002.

Eco, U. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PRÁTICAS DOCENTES INTEGRATIVAS DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADE BNCC II

Ementa: Fundamentos da organização curricular para do novo Ensino Médio com base na BNCC na promoção do debates contemporâneos no campo do currículo para a inserção no cotidiano escolar da prática do novo Ensino Médio.

Bibliografia Básica: [MB]

Bes, P.; Silva, M.C. **Organização e legislação da educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Portolomeos, A. et al. **Literatura e subjetividade:** aspectos da formação do sujeito nas práticas do Ensino Médio. São Paulo: Blucher, 2018.

Barreto, F.C.; Almeida, N.J.R. **Educação escolar:** evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. São Paulo: Érica, 2014.

Bibliografia Complementar: [MB]

Siqueira, A.R.; Guidotti, V. **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Alias, G. **Diversidade, currículo escolar e projetos pedagógicos:** a nova dinâmica na escola atual. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Parra, N. **Caminhos do ensino**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Tardeli, D.D'A.; Paula, F.V.(orgs). **O cotidiano da escola:** as novas demandas educacionais. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Leal, T. F.; Albuquerque, E.B.C. **Desafios da educação de jovens e adultos:** construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LÍNGUA INGLESA E GÊNEROS DO COTIDIANO

Ementa: Articulação com o ensino da língua inglesa e o desenvolvimento da língua inglesa por meio de gêneros orais e escritos que circulam na escola e seu entorno, na família e na comunidade local. Abordagem de conteúdos linguísticos,

culturais e temas transversais (meio ambiente, diversidade cultural, uso de tecnologias).

Bibliografia Básica: [MB]

Lara, F. **Aprenda inglês num piscar de olhos:** estratégias, dicas e truques para acelerar seu inglês. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Daijo, J. **Morfologia da lingua inglesa.** Porto Alegre: Sagah, 2017.

Thompson, M. A. **Inglês instrumental:** estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica, 2016.

Bibliografia Complementar: [MB]

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês:** práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.

FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA

Ementa: Histórico dos estudos pré-saussureanos; a Linguística saussureana e suas implicações teóricas e metodológicas.

Bibliografia Básica:

Mendes, A.A. et al. **Linguística textual e ensino.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.
[MB]

Lopes, E. **Fundamentos de linguística contemporânea.** São Paulo: Cultrix, 1987.

Saussurre, F. de. **Curso de linguística geral.** 30.ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

Bibliografia Complementar: [MB]

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Masip, V. **Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Cardoso, D. P. **Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros**. São Paulo: Blucher, 2015.

Nascimento, J. V.; Tomazi, M.M.; Sodré, P.R. **Língua, literatura e ensino**. São Paulo: Blucher, 2015.

Lyons, J. **Linguagem e linguística: uma introdu o**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

DIREITOS HUMANOS

Ementa: O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal; Direitos humanos e direitos fundamentais: os graus de positividade; Os direitos humanos como princípios e como norma; no plano nacional e internacional; hierarquia e força vinculante; Os direitos humanos nas rela es jurídicas subjetivas; A titularidade dos direitos humanos: limites e crítica ao direito processual;6. Os fundamentos dos direitos da personalidade; O fundamento do direito de liberdade nas várias manifesta es; O fundamento da igualdade nas várias manifesta es; O fundamento dos direitos sociais e econ micos; O fundamento dos direitos coletivos dos povos; A forma o da consciência  tica: educa o sentimental e educa o técnica.

Bibliografia Básica: [MB]

Comparato. F. K. **A afirma o histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Feferbaum, M. **Prote o internacional dos direitos humanos: análise do sistema africano**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Mazzuoli, V. de O. **Curso de direitos humanos**. 2.ed. São Paulo: Método, 2015.

Bibliografia Complementar: [MB]

Ramos, A. de C. **Processo internacional de direito humanos**: análise dos mecanismos de apuração de violações de direitos humanos e implementação das decisões no Brasil. 7.ed.. São Paulo: Saraiva, 2022.

Castilho, R. **A Liberdade como fundamento dos Direitos Humanos**. São Paulo: Expressa, 2021.

Marmelstein, G. **Curso de Direitos Fundamentais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

Piovesan, F. **Temas de direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

Leite, C. H. B. **Manual de direitos humanos**. São Paulo: Atlas, 2015.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO II

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o autoconhecimento.

Bibliografia Básica:

Cavalcanti, C. C. **Aprendizagem socioemocional com metodologias ativas**: um guia para educadores. São Paulo: SaraivaUni, 2023. (MB)

Fazenda, I. (org). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Saviani, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

Bibliografia Complementar: (MB)

Rios, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2021.

Ritter, J.; Maldaner, O.A. (orgs). **Situações de estudo em práticas pedagógicas diversificadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020.

Fazenda, I. (org). **Interdisciplinaridade**: pensar, pesquisar, intervir. São Paulo: Cortez, 2014.

Nogueira, N. R. **Pedagogia dos Projetos**: Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. São Paulo: Érica, 2009.

Barbosa, M. C. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

3º PERÍODO

PRÁTICAS DOCENTES INTEGRATIVAS DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADE BNCC III

Ementa: Articulação didática pedagógica na articulação do ensino da língua portuguesa com base na BNCC no ensino fundamental e médio.

Bibliografia Básica: [MB]

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Moysés, C. A. **Língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Ferreira, H.M. et al. **Língua portuguesa**: sujeito, leitura e produção. São Paulo: Blucher, 2018.

Bibliografia Complementar: [MB]

Leal, T.F.; Suassuna, L. (orgs). **Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica**: reflexões sobre o currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Silva, A.; Pessoa, A.C.; Lima, A. (orgs). **Ensino de gramática**: reflexões sobre a língua portuguesa na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Ferreira, A.T.B.; Rosa, E.C.S. (orgs). **O fazer cotidiano na sala de aula**: a organização do trabalho pedagógico no ensino da língua materna. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Costa Val, M.G. (org). **Alfabetização e língua portuguesa**: livros didáticos e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Ceale/FaE/UFMG, 2009.

Riolfi, C. et al. **Ensino de Língua portuguesa**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LÍNGUA INGLESA EM GÊNEROS DA ESFERA INTIMISTA

Ementa: Articulação com o ensino da língua inglesa e o desenvolvimento da língua inglesa que a prosa intimista (ou prosa de sondagem psicológica) é um estilo literário em que as emoções e sentimentos do escritor e dos personagens da obra são refletidos na escrita.

Bibliografia Básica:

Villas Boas, I. F. **Teaching EFL writing: a practical approach for stills: integrated contexts.** São Paulo: Cengage Learning, 2017. [MB]

Moraes, R.; Galiuzzi, M.C. **Análise textual discursiva.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016. [MB]

Dionísio, A.P.; Machado, A.R.; Bezerra, M.A. (orgs). **Gêneros textuais e ensino.** 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Bibliografia Complementar: [MB]

Marques, A.F. et al (orgs) **Linguagens e seus códigos: língua portuguesa e língua inglesa.** 2. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ementa: Psicologia do desenvolvimento: definição, história, objeto e métodos. Dimensões biológicas, históricos, sociais e culturais do desenvolvimento psicológico. Principais abordagens do desenvolvimento humano e suas

contribuições principais. Periodização do desenvolvimento. A relação desenvolvimento e aprendizagem. Desenvolvimento psicológico e contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

Folquitto, C.T.F.; Garbarino, M.I.; Souza, M.T.C.C. **Psicologia do desenvolvimento**: teorias e práticas contemporâneas. Rio de Janeiro: LTC, 2023. [MB]

Biaggio, A.M.B. **Psicologia do desenvolvimento**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Coll, C. et al (coord). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar: [MB]

Papalia, D. E.; Martorell, G. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2022.

Nutti, J.Z. **Neuropsicologia da infância e adolescência**. São Paulo: Saraiva, 2021.

Silva, J.V. et al. **Crescimento e desenvolvimento humano e aprendizagem motora**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Salles, J. F.; Haase, V. G.; Malloy-Diniz, L. F. **Neuropsicologia do Desenvolvimento**: Infância e Adolescência. Porto Alegre: Grupo A, 2016.

Corrêa, M.S. **Criança, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning do Brasil, 2015.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Ementa: O conceito de cultura e suas aplicações à educação e aos estudos étnicos no Brasil; Cultura Negra e Identidade; Etnias e culturas indígenas no Brasil; Identidade Nacional e Identidades Culturais; Família, Religião e Moralidades Indígenas e Negras; Movimentos Sociais, Estado e Políticas de Identidade.

Bibliografia Básica: (MB)

Barbieri, S. R. J. **Os direitos dos povos indígenas**. São Paulo: Almedina, 2021.
Scopel, V.G.; Carvalho, A.M.; Olivo, P.B. **Artesanato e cultura brasileira**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Barroso, P. F.; Bonete, W.J. **Estudos culturais e antropológicos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar: (MB)

Thiél, J. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Barroso, P.F.; Bonete, W.J.; Queiroz, R.Q.M. **Antropologia e cultura**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Silva, G.J. **Histórias e culturas indígenas na educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Gomes, N. L.; Abramowicz, A. **Educação e raça: Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. São Paulo: Autêntica, 2010.

Gomes, N.L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FONÉTICA E FONOLOGIA

Ementa: Conceitos básicos de fonética/fonologia (fone, fonema e alofone); fonética articulatória (ponto e modo de articulação, sonoridade e nasalidade, consoante e vogal, alfabeto fonético internacional). Introdução à transcrição fonética. Elementos de fonologia: fonemas e alofones, traços distintivos, sílaba e acento.

Bibliografia Básica: [MB]

Morais, A.G. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. [MB]

Silva, T. C. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 1999.

Callou, D.; Leite, Y. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Bibliografia Complementar: [MB]

Torres, F. M. **Fonemas, sons e brincadeiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2017.

Alves, U. K.; Brawerman-Albini, A.; Lacerda, M. **Fonética e fonologia do inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Savage, J. F. **Aprender a ler e a escrever a partir da fônica**: um programa abrangente de ensino. Porto Alegre: AMGH, 2015.

Adams, M.J. **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Almeida, N.T. **Fonologia, acentuação e crase**: teoria e prática. São Paulo: Atual, 1989.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO III

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para a pesquisa e perspectiva docente.

Bibliografia Básica:

Mattar, J.; Ramos, D.K. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Edições 70, 2021. (MB)

Zóboli, G. **Práticas de ensino**: subsídios para a atividade docente. 11.ed. São Paulo: Ática, 2004.

Fazenda, I. **Metodologia de pesquisa educacional**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar: (MB)

Vickery, A. et al. **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Barreto, F.C.; Almeida, N.J.R. **Educação escolar**: evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões. São Paulo: Érica, 2014.

Tardeli, D.D'A.; Paula, F.V.(orgs). **O cotidiano da escola**: as novas demandas educacionais. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Barbosa, M. C. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Perrenoud, P.; Thurler, M.G. **As Competências para Ensinar no Século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto alegre: Artmed, 2007.

4º PERÍODO

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ementa: Especificidades do trabalho da psicologia na educação inclusiva. Compreensão e discussão das diversas patologias e deficiências na articulação das práticas de uma educação inclusiva.

Bibliografia Básica:

Freitas, M. C. **Deficiências e diversidades**: educação inclusiva e o chão da escola. São Paulo: Cortez, 2022. [MB]

Bianchetti, L. **Um Olhar Sobre a Diferença**. 12.ed. São Paulo: Papyrus, 2013.

Carrara, K. (Org). **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

Bibliografia Complementar: [MB]

LOPES, J.B.C. et al. **Educação inclusiva**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ALIAS, G. **Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial**: Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva. São Paulo: Cengage, 2016.

BARRETO, M.A. O. C.; BARRETO, F. O.C. **Educação Inclusiva**: Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem. São Paulo: Érica, 2014.

PERRENOUD, P. **Desenvolver Competências ou Ensinar Saberes?** A Escola que Prepara para a Vida. Porto Alegre: Grupo A, 2013.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z.** Porto Alegre; Grupo A, 2012.

SOCIOLINGUÍSTICA E LINGUÍSTICA TEXTUAL DE ENSINO

Ementa: Os pressupostos teóricos de duas correntes modernas da linguística: sociolinguística (definição, a relação língua/sociedade, variável, variante e variação, mudança linguística) e psicolinguística (definição, relação mente/linguagem, introdução às teorias de aquisição).

Bibliografia Básica:

Mendes, A.A. et al. **Linguística textual e ensino.** Porto Alegre: SAGAH, 2019. [MB]

Freitag, R. M. K.; Severo, C.G.; Görski, E.M. (orgs). **Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos.** São Paulo: Blucher, 2016. [MB]

Preti, D. **Sociolinguística os Níveis de Fala.** 9. ed. São Paulo: Usp, 2003.

Bortoni-Ricardo, S. M. **Manual de sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

Ataíde, C. et al. (org) **Gelne 40 anos: experiências teóricas e práticas nas pesquisas em linguística e literatura.** São Paulo: Blucher, 2017.

Cardoso, D. P. **Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros.** São Paulo: Blucher, 2015.

Lyons, J. **Linguagem e linguística: uma introdução.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Paula, M.H.; Santos, M.P.; Peres, S.M. (orgs) **Perspectivas em estudos da linguagem.** São Paulo: Blucher, 2017.

Freitag, R.M.K.(org). **Metodologia de coleta em manipulação de dados em sociolinguística.** São Paulo: Blucher, 2014.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa: Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. As relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Operacionalização das atividades em Educação Ambiental. Organização e orientação para a elaboração e apresentação de Projetos em Educação Ambiental.

Bibliografia Básica: [MB]

Mulato, I. P. **Educação Ambiental e o enfoque Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA)**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2021.

Barsano, P.R.; Barbosa, R.P. **Meio ambiente:** guia prático e didático. 3.ed. São Paulo: Érica, 2019.

Phillippi Jr., A.; Pelicioni, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2.ed. Barueri: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar: [MB]

Rosa, A.H.; Fraceto, L.F.; Moschini-Carlos, V. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Mansoldo, A. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral:** Como educar neste mundo em desequilíbrio? Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Luzzi, D. **Educação e meio ambiente:** uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012.

Ruscheinsk, A. (org). **Educação ambiental:** abordagens múltiplas. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

Sato, M.; Carvalho, I. (orgs). **Educação Ambiental:** Pesquisa e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa: Alfabetização e Letramento: relações e implicações. Processo de alfabetização: consciência fonológica e princípio alfabético. Alfabetizar letrando. Abordagens de letramento: diferentes perspectivas. Letramentos múltiplos:

implicações para o ensino-aprendizagem de oralidade/leitura/escrita na escola. Multiletramentos: multiculturalismo e multimodalidade. Concepções de Literatura e suas implicações no processo de ensino básico e a seleção do texto: entre tradicionais, contemporâneos e representativos das perspectivas multiculturais.

Bibliografia Básica:

Brandão, A.C.P. et al. **A aprendizagem inicial da língua escrita com crianças de 4 e 5 anos:** mediações pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. [MB]
Kleiman, A.B. (org). **Os significados do letramento:** Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
Braggio, S.L.B. **Leitura e alfabetização:** da concepção mecanicista à sócio psicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

Bibliografia Complementar: [MB]

Bes, P. et al. **Alfabetização e letramento.** Porto Alegre: Alegre: SAGAH, 2018.
Goulart, C.; Gontijo, C.M.M.; Ferreira, N.S.A. **A Alfabetização como processo discursivo:** 30 anos de A criança na fase inicial da escrita. São Paulo: Cortez, 2018.
Ferreiro, E. **Alfabetização em processo.** 21.ed. São Paulo: Cortez, 2017.
Lotsch, V.O. **Alfabetização e letramento I.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.
Maluf, M. R.; Cardoso-Martins, C. **Alfabetização no Século XXI:** Como se Aprende a Ler e a Escrever. Porto Alegre: Penso, 2013.

PRÁTICAS DOCENTES INTEGRATIVAS DE COMPETÊNCIA E HABILIDADES BNCC IV

Ementa: Articulação didática pedagógica na articulação do ensino da língua inglesa com base na BNCC no ensino fundamental e médio.

Bibliografia Básica: [MB]

Pretini Junior, A. et al. **Inglês:** linguagem em atividades sociais. São Paulo: Blucher, 2018. (Coleção A reflexão e a prática no ensino médio; 2)

Lara, F. **Aprenda inglês num piscar de olhos**: estratégias, dicas e truques para acelerar seu inglês. Rio de Janeiro : Alta Books, 2018.

Nascimento, J. V.; Tomazi, M.M.; Sodré, P.R. **Língua, literatura e ensino**. São Paulo: Blucher, 2015.

Bibliografia Complementar: [MB]

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradu o, versão e interpreta o em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês**: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.

PROJETO DE INTEGRA O E EXTENSÃO IV

Ementa: Aplica o de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para liderança e gestão de problemas sociais.

Bibliografia Básica: (MB)

Colonna, J. **Reiniciar**: a Liderança e a Arte de Crescer. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

Philippi Jr., A.; Fernandes, V.; Pacheco, R.C.S. (edits). **Ensino, pesquisa e inova o**: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017.

Mooney, L. A.; Knox, D.; Schacht, C. **Problemas sociais**: uma análise sociológica da atualidade. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

Bibliografia Complementar: (MB)

Nogueira, N. R. **Pedagogia dos Projetos**: Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. São Paulo: Érica, 2009.

Barbosa, M. C. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Rios, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2021.

Ritter, J.; Maldaner, O.A. (orgs). **Situações de estudo em práticas pedagógicas diversificadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020.

Fazenda, I. (org). **Interdisciplinaridade**: pensar, pesquisar, intervir. São Paulo: Cortez, 2014.

5º PERÍODO

LÍNGUA INGLESA NAS PRÁTICAS MULTIMODAIS

Ementa: Fundamentos teórico-práticos sobre multimodalidade e multiletramentos da língua inglesa. Panorama das pesquisas sobre gêneros multimodais. Gêneros multimodais: conceito, características e funcionalidade. Relações entre texto-imagem. Leitura multimodal e compreensão em textos impressos e ambientes online. Gêneros digitais e cinema em sala de aula.

Bibliografia Básica: [MB]

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês**: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.

Palloff, R. M.; Pratt, K. **Lições da sala de aula virtual**: as realidades do ensino on-line. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar: [MB]

Pretini Junior, A. et al. **Inglês**: linguagem em atividades sociais. São Paulo: Blucher, 2018. (Coleção A reflexão e a prática no ensino médio; 2)

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

TEORIA E PRÁTICA DO CURRÍCULO

Ementa: Promover o estudo das diferentes concepções de currículo articulando-as á aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos que contribuem para caracterização desse campo do saber.

Bibliografia Básica:

Hames, C.; Zanon, L.B.; Pansera-De-Araujo, M.C. (orgs). **Currículo integrado, educação e trabalho saberes e fazeres em interlocução**. Ijuí: Unijuí, 2021. [MB]

Fazenda, I. (org). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Zabala, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar: [MB]

Hernández, F.; Ventura, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

Sacristán, J.G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

Santomé, J.T. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

Santos, Edméa Oliveira dos (org) **Currículos - Teorias e Práticas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Sacristán, J. G.; Gómez, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Grupo A, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa: A função da docência na atualidade. Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica. Gestão da sala de aula. Orientações curriculares e diretrizes para o Ensino Fundamental II. Livro didático e desafios contemporâneos. Avaliação educacional. Produções resultantes da e para a vivência escolar. Planejamento e elaboração da regência. Orientação para desenvolvimento do estágio supervisionado obrigatório I.

Bibliografia Básica:

Paniago, R.N.; Sarmiento, T.; Nunes, P.G. (orgs). **Estágio curricular supervisionado docente baseado na pesquisa:** debates luso-brasileiros. Ijuí: Unijuí, 2021. [MB]

Bianchi, A.C.M.; Alvarenga, M.; Bianchi, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Barreiro, I.M.F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

Bibliografia Complementar: [MB]

Lopes, A. C. T. **Educação infantil e registro de práticas**. São Paulo: Cortez, 2022.

Carvalho, A. M. P. (org.) **Formação continuada de professores:** uma releitura das áreas do cotidiano. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2017.

Almeida, M.I.; Pimenta, S.G. (orgs). **Estágios supervisionados na formação docente:** educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2015.

Carvalho, A. M. P. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Antunes, C. **Novas Maneiras de Ensinar, Novas Formas de Aprender**. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ementa: Políticas públicas e políticas educacionais: conceito e contextualização. Políticas educacionais públicas e realidade educacional brasileira. Políticas públicas e ações afirmativas. A democratização do saber, autonomia da escola, qualidade do ensino. Estrutura e organização da educação no Brasil atual. As políticas educacionais no Brasil no contexto da influência dos organismos nacionais e internacionais. As funções dos órgãos públicos estaduais ligados à educação.

Bibliografia Básica:

Ball, S.J.; Mainardes, J. (orgs). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2022. [MB]

Oliveira, D.A. (org). **Política e trabalho na escola:** Administração dos sistemas públicos de educação básica. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Paulo, A. **LDB: lei de diretrizes e bases da educação.** Petrópolis: De Petrus, 2014.

Bibliografia Complementar: [MB]

Bes, P.; Silva, M.C. **Organização e legislação da educação.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Lima, C.C.N. et al **Políticas públicas e educação.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Alias, G. **Diversidade, currículo escolar e projetos pedagógicos:** a nova dinâmica na escola atual. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Sant'anna, G. J. **Planejamento, Gestão e Legislação Escolar.** São Paulo: Saraiva, 2014.

Bes, P. et al. **Gestão educacional da educação básica.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PLANEJAMENTO E MEDIAÇÃO DIDÁTICA EM EDUCAÇÃO

Ementa: Didática: conceito e pressupostos filosóficos e psicológicos. Evolução histórica da Didática. O papel da Didática na formação do educador. Formação e identidade docente. O cotidiano escolar, a ação docente e o projeto político-pedagógico. Relação professor/aluno. Currículo e conhecimento. O planejamento na ação didática: conteúdo, objetivos, metodologia e a avaliação no processo ensino-aprendizagem. Compreender e ensinar no mundo contemporâneo. O papel sociopolítico da educação, da escola e do ensino. O processo de ensino e suas múltiplas determinações. Resolução de situações-problema postas pela prática pedagógica. Elaboração de propostas de ensino numa perspectiva crítica de educação.

Bibliografia Básica:

Vasconcellos, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Cortez, 2021. (MB)

Gandin, D. **Planejamento como prática educativa.** 20.ed. São Paulo: Loyola, 2010.

Hengemuhle, A. **Gestão do ensino e práticas pedagógicas.** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar: [MB]

Malheiros, B. T. **Didática geral.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

Santos, P. S. M. B. **As dimensões do planejamento educacional:** o que os educadores precisam saber. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Santos, A.M.R. **Planejamento, avaliação e didática.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Freire, R.A. **A didática no ensino superior:** o processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Sant'anna, G. J. **Planejamento, Gestão e Legislação Escolar.** São Paulo: Saraiva, 2014.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO V

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para a educação do campo e comunidades.

Bibliografia Básica: (MB)

Antunes-Rocha, M. I.; Justino, E.F. **Escola da terra:** Desafios e possibilidades para a formação continuada de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Antunes-Rocha, M. I.; Martins, M.F.A.; Martins, A.A. (orgs). **Territórios educativos na educação do campo:** escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Molina, M.C.; Sá, L.L.M. **Licenciaturas em Educação do Campo:** Registros e Reflexões a partir das Experiências-Piloto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Bibliografia Complementar: (MB)

Silva, G. B.; Felicetti, V.L. **Formação docente e teoria dos campos conceituais:** impacto na aprendizagem discente. Ijuí: Ed. Unijuí, 2021.

Escosteguy, C. C. **Educação popular.** Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Philippi Jr., A.; Fernandes, V.; Pacheco, R.C.S. (edits). **Ensino, pesquisa e inovação:** desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017.

Castellar, S.M.V.; Semeghini-Siqueira, I. **Da educação infantil ao ensino fundamental:** formação docente, inovação e aprendizagem significativa. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Nogueira, N. R. **Pedagogia dos Projetos:** Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. São Paulo: Érica, 2009.

6º PERÍODO

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: Retrospectiva e perspectivas do ensino de língua portuguesa. Concepções de linguagem e ensino. Concepções teórico-metodológicas sobre

leitura, escrita, oralidade, análise linguística e avaliação. Metodologias para o ensino de língua materna no ensino fundamental e médio. Produção de material didático.

Bibliografia Básica:

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]

Câmara Jr. J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 36.ed.Petrópolis: Vozes, 2004.

Bordenave, J. D. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 25. ed. Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar: [MB]

Leal, T.F.; Suassuna, L. (orgs). **Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica**: reflexões sobre o currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Solé, I. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

Silva, A.; Pessoa, A.C.; Lima, A. (orgs). **Ensino de gramática**: reflexões sobre a língua portuguesa na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Andrade, M. M.; Henriques, A. **Língua portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9.ed. São Paulo: Grupo GEN, 2009.

Riolfi, C. et al. **Ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LINGUÍSTICA TEXTUAL DE ENSINO E ESTUDOS MORFOLÓGICOS E LEXICAIS

Ementa: Trajetória, momentos e pressupostos da Linguística Textual (texto, contexto, intertextualidade, referenciação, formas de articulação textual, estratégias textual-discursivas de construção do sentido, marcas de articulação na progressão textual em textos de diferentes gêneros). Tópicos da teoria dos gêneros discursivos/textuais (conceito, constituição, funcionalidade, práticas sociais, vertentes teórico-metodológicas). Aplicação desses conceitos no ensino de recepção e produção textual. E o estudo da estilística da Língua Portuguesa: aspectos sonoros, morfológicos e lexicais. Introdução aos estudos semânticos

sob a ótica de uma abordagem referencial e pragmática. Aplicação desses conceitos no ensino de recepção e produção textual.

Bibliografia Básica:

- Mendes, A.A. et al. **Linguística textual e ensino**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.
[MB]
- Lopes, E. **Fundamentos de linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- Saussurre, F. de. **Curso de linguística geral**. 30.ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

Bibliografia Complementar: [MB]

- Terra, E. **Práticas de leitura e escrita**. São Paulo: Saraiva, 2019.
- Cortina, A. et al. **Fundamentos da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- Battisti, J.; Silva, B.C. **Linguística aplicada ao ensino do português**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.
- Nascimento, J. V.; Tomazi, M.M.; Sodr e, P.R. **Língua, literatura e ensino**. São Paulo: Blucher, 2015.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

Ementa: No es de língua, linguagem, cultura, ensino e a prática docente. Estudo das abordagens, teorias e métodos de ensino de inglês e tendências pedagógicas atuais. Discussão teórica e prática sobre planejamento e desenvolvimento de aula, considerando os diferentes contextos de ensino de inglês. Reflexão teórico-metodológica acerca do uso de livros didáticos, das Tecnologias da Informa o e Comunica o e dos processos avaliativos no ensino de inglês.

Bibliografia Básica: [MB]

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura.** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Cano, M.R.O. (coord). **Inglês: linguagem em atividades sociais.** São Paulo: Blucher, 2018.

Drey, R. F.; Selistre, I.C.T.; Aiub.T. **Inglês: práticas de leitura e escrita.** Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar: [MB]

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Lara, Fabiana **Aprenda inglês num piscar de olhos: estratégias, dicas e truques para acelerar seu inglês.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Bertaglia, B. **Métodos e técnicas de ensino.** São Paulo: Cengage, 2016.

Parra, N. **Caminhos do ensino.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Prado, F.L. **Metodologia de projetos.** São Paulo: Saraiva, 2011.

TEXTOS FUNDADORES DA LITERATURA BRASILEIRA E PORTUGUESA

Ementa: Estudo da Literatura Brasileira, compreendendo as origens, o Barroco, o Arcadismo e o Romantismo em seus aspectos históricos, formais e socioculturais. E o panorama da Literatura Portuguesa expressa em poesia e em prosa de ficção: Principais características. Principais autores. Obras representativas.

Bibliografia Básica:

Candido, A.; Castello, J. A. **Presença da literatura brasileira história e antologia.** 11. ed. Bertrand Brasil, 2003.

Bosi, A. **História Concisa da Literatura Brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1994.

Amora, A. S. **Presença da literatura portuguesa simbolismo.** 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

Bibliografia Complementar:

Saraiva, A. J. **Iniciação à Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cia Das Letras, 1999.

Nicola, J. **A literatura portuguesa – das origens aos nossos dias**. Edit. Scipione, São Paulo, 1994.

Abdala Júnior, B.; Paschoalin, M. A. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.

Bernardi, F. **Bases da literatura brasileira histórias, autores, textos e testes**. Porto Alegre: A3E, 1999.

Sodré, N. W. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa: Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica. Gestão da sala de aula. Orientações curriculares e diretrizes para o Ensino Médio. Livro didático e desafios contemporâneos. Avaliação educacional. Produções resultantes da e para a vivência escolar. Planejamento e elaboração da regência. Portfólio. Orientação para desenvolvimento do estágio supervisionado obrigatório II.

Bibliografia Básica: [MB]

Paniago, R.N.; Sarmiento, T.; Nunes, P.G. (orgs). **Estágio curricular supervisionado docente baseado na pesquisa:** debates luso-brasileiros. Ijuí: Unijuí, 2021.

Almeida, M.I.; Pimenta, S.G. (orgs) **Estágios supervisionados na formação docente:** educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2015.

Castellar, S. M. V.; Semeghini-Siqueira, I. **Da educação infantil ao ensino fundamental:** formação docente, inovação e aprendizagem significativa. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Bibliografia Complementar: [MB]

Lopes, A. C. T. **Educação infantil e registro de práticas**. São Paulo: Cortez, 2022.

Peres, J.S.M.; Paula, M.H.; Santos, M.P. (orgs). **Educação e formação de professores**. São Paulo: Blucher, 2017.

Vickery, A. et al. **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Carvalho, A.M. P. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Thurler, M.G.; Maulini, O. (orgs). **A organização do trabalho escolar: uma oportunidade para repensar a escola**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO VI

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o desenvolvimento da prática da escrita inglesa.

Bibliografia Básica: (MB)

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Daijo, J. **Morfologia da língua inglesa**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês: práticas de leitura e escrita**. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar: (MB)

Pretini Junior, A. et al. **Inglês: linguagem em atividades sociais**. São Paulo: Blucher, 2018. (Coleção A reflexão e a prática no ensino médio; 2)

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

7º PERÍODO

LÍNGUA INGLESA E LETRAMENTO NOS GÊNEROS ACADÊMICOS

Ementa: Estudos e reflexões sobre fundamentações teóricas e metodológicas do letramento literário. Abordagens comparativas de estratégias de leitura e produção de textos em língua estrangeira. Análise de propostas de letramento em materiais didáticos. Elaboração de projetos de trabalhos com o letramento literário e o ensino-aprendizagem de língua estrangeira.

Bibliografia Básica: [MB]

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês: práticas de leitura e escrita**. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar: [MB]

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Palloff, R. M.; Pratt, K. **Lições da sala de aula virtual: as realidades do ensino on-line**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

Leffa, V. J. **Língua estrangeira: Ensino e aprendizagem.** Pelotas: EDUCAT, 2016.

LÍNGUA INGLESA COMO PRÁTICA DE ORALIDADE INTERNACIONAL DA DOCÊNCIA

Ementa: Estudo da língua inglesa, entre os níveis A1 e A2, conforme estabelecido pelo Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas, contemplando de forma equilibrada as quatro habilidades. Desenvolvimento dos aspectos comunicativos, culturais, e metalinguísticos da língua inglesa, abordados a partir de diversos gêneros textuais e discursivos. Intersecções entre identidades étnico-raciais, direitos humanos, questões ambientais e análise de discursos em língua inglesa. Estudo das variantes da língua inglesa e da relação entre os conteúdos abordados e a prática docente.

Bibliografia Básica:

Hainzenreder, L.S. et al. **Semântica do inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

[MB]

Miranda, G.J.; Casa Nova, S.P.C.; Leal, E.A. (orgs) **Revolucionando a docência universitária: orientações, experiências e teorias para a prática docente em negócios.** São Paulo: Atlas, 2018. [MB]

Marcuschi, L. A. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: Dionísio, A. P.; Bezerra, M. A.. (Orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna. 2005.

Bibliografia Complementar: [MB]

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês.**

Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês: práticas de leitura e escrita.** Porto Alegre: Penso, 2015.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Ementa: Concepções de avaliação da aprendizagem. Avaliação e exame: caracterização e distinções. Avaliação da aprendizagem numa perspectiva construtivista. O papel do erro na avaliação. Avaliação diagnóstica, formativa, processual e somativa. Observação, inquirição e testagem. Análise de instrumentos de avaliação. Avaliação na escola e avaliação da escola. Ciclos de aprendizagens: concepção e implementação. Políticas públicas de avaliação da escola básica. Articulando com a BNCC.

Bibliografia Básica:

Luckesi, C. C. **Avaliação em educação:** questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2022. [MB]

Demo, P. **Avaliação Qualitativa.** 9. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

Perrenoud, P. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar: [MB]

Menezes, A. O. **Atenção, memória e aprendizagem:** aspectos teóricos e instrumentos de avaliação. São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.

Luckesi, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2021.

Santos, P. K.; Guimarães, J. **Avaliação da aprendizagem.** Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Souza, R. **Avaliação educacional.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Santos, A.M.R. **Planejamento, avaliação e didática.** São Paulo: Cengage Learning, 2015.

TEMAS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Ementa: Autores representativos da poesia, da prosa, do conto e do romance brasileiro contemporâneo.

Bibliografia Básica:

Abdala Júnior, B. **Poesia brasileira realismo e parnasianismo**. 4. ed. Ática, 2002.

Nicola, J. de. **Literatura Brasileira das Origens aos Nossos Dias**. 15ed. São Paulo: Ática, 1998.

Candido, A.; Castello, J. A. **Presença da literatura brasileira história e antologia**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Bibliografia Complementar:

Andrade, M. **Panorama do movimento simbolista brasileira**. São Paulo: Perspectiva. 2000.

Helena, L. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bernardi, F. **Bases da literatura brasileira histórias, autores, textos e testes**. Porto Alegre: A3E, 1999.

Tufano, D. **Prosa do romantismo textos de literatura brasileira para análise**. São Paulo: Moderna 1979.

Montello, J. **Inimigos de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Ementa: Orientação para desenvolvimento do estágio supervisionado obrigatório I. Observação e análise crítica e reflexiva de práticas pedagógicas em contextos escolares. Orientações curriculares, diretrizes e documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II. Planejamento e avaliação da regência. Língua Portuguesa em contextos escolares: desafios contemporâneos. Análise e produção de materiais de ensino

e planos de aulas. Estratégias de ensino e de aprendizagem. Competências e perspectivas de formação do professor de português.

Bibliografia Básica:

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]

Barreiro, I.M.F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

Pimenta, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade, teoria e prática**. São Paulo, Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar: [MB]

Rezende, L.M.T. et al. **Introdução aos processos educacionais e prática pedagógica**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

Toledo, M. E. R. O.; Oliveira, S.M.K. **Métodos e técnicas de ensino**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Ferreira, H.M. et al. **Língua portuguesa: sujeito, leitura e produção**. São Paulo: Blucher, 2018.

Almeida, M.I.; Pimenta, S.G. (orgs) **Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2015.

Bianchi, A.C. M.; Alvarenga, M.; Bianchi, R. **Orientação para estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

TRABALHO DE CURSO

Ementa: A disciplina aprofunda os critérios de produção de conhecimento com ênfase na etapa de elaboração da pesquisa bem como redação científica permitindo que o aluno finalize sua pesquisa e redija o trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. [MB]

Santos, I.E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 12.ed. Niterói: Impetus, 2016.

Fazenda, I. (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar: [MB]

Marconi, M. A.; Lakatos, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Medeiros, J. B.; Tomasi, C. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Matias-Pereira, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Walliman, N. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Koller, S.H.; Couto, M.C.P.P.; Von Hohendorff, J.(orgs) **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO VII

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para a estudos semânticos.

Bibliografia Básica: (MB)

Hainzenreder, L.S. et al. **Semântica do inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. [MB]

Paula, M.H.; Santos, M.P.; Peres, S.M. (orgs). **Perspectivas em estudos da linguagem**. São Paulo: Blucher, 2017.

Nogueira, N. R. **Pedagogia dos Projetos: Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências**. São Paulo: Érica, 2009. (MB)

Bibliografia Complementar: (MB)

Silva, D. C. F.; Daijo, J.; Paraguassu, L. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Silva, D.C.F. et al. **Linguística aplicada ao ensino de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al. **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês: práticas de leitura e escrita**. Porto Alegre: Penso, 2015.

8º PERÍODO

REVISÃO DE TEXTOS PROCESSUAIS PORTUGUÊS E INGLÊS

Ementa: Leitura e produção de textos técnicos e literários. Tipologia textual. Unidade, coesão e coerência textual. Argumentação. Revisão Gramatical: Ortografia, acentuação, pontuação, concordância, regência e colocação.

Bibliografia Básica:

Oliveira, J. P. M.; Motta, C.A.P. **Como escrever textos técnicos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. [MB]

Berlitz, C. **Inglês Passo a Passo**. edit. Martins Fontes São Paulo, 2000.

Cereja, R. W.; Magalhães, T. C. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 1999.

Bibliografia Complementar:

Masip, V. **Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. [MB]

Bechara, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev. e ampl. 14 reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Fávero, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2003.

Koch, I. G. V. **A coesão textual**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a Língua Portuguesa).

Koch, I. G. V.; Travaglia, L. C. **A coerência textual**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Repensando a Língua Portuguesa).

ANÁLISE DO DISCURSO

Ementa: Estudo de questões teóricas relacionadas ao discurso como prática social, focalizando noções de sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva, atos de fala e práticas discursivas. Exercícios de análise discursiva de textos.

Bibliografia Básica:

Galiazzi, M.C.; Ramos, M.G.; Moraes, R. [in memoriam] (orgs). **Aprendentes do aprender:** um exercício de análise textual discursiva. Ijuí: Unijuí, 2021. [MB]
Fiorin, J.L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 1989.
Maingueneau, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Bibliografia Complementar: [MB]

Mendes, A.A. et al. **Linguística textual e ensino**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.
Goulart, C.; Gontijo, C.M.M.; Ferreira, N.S.A. **A Alfabetização como processo discursivo:** 30 anos de A criança na fase inicial da escrita. São Paulo: Cortez, 2018.
Noble, D. M.; Simões, P.R.; Medeiros, L.V.A. **Linguística avançada**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.
Nascimento, J.V.; Ferreira, A. (orgs). **Discurso e cultura**. São Paulo: Blucher, 2018.
Moraes, R.; Galiazzi, M.C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Ementa: Orientação para desenvolvimento do estágio supervisionado obrigatório II. Observação e análise crítica e reflexiva de práticas pedagógicas

em contextos escolares. Orientações curriculares, diretrizes e documentos oficiais para o ensino de inglês no Ensino Médio. Planejamento e avaliação da regência. Língua Inglesa em contextos escolares: desafios contemporâneos. Análise e produção de materiais de ensino e planos de aulas. Estratégias de ensino e de aprendizagem. Competências e perspectivas de formação do professor de inglês.

Bibliografia Básica: [MB]

Paniago, R.N.; Sarmiento, T.; Nunes, P.G. (orgs). **Estágio curricular supervisionado docente baseado na pesquisa: debates luso-brasileiros**. Ijuí: Unijuí, 2021. [MB]

Bianchi, A.C.M.; Alvarenga, M.; Bianchi, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Barreiro, I.M.F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

Bibliografia Complementar: [MB]

Peres, J.S.M.; Paula, M.H.; Santos, M.P. (orgs). **Educação e formação de professores**. São Paulo: Blucher, 2017.

Castellar, S. M. V.; Semeghini-Siqueira, I. **Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Almeida, M.I.; Pimenta, S.G. (orgs). **Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2015.

Carvalho, A.M. P. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Thurler, M.G.; Maulini, O. (orgs). **A organização do trabalho escolar: uma oportunidade para repensar a escola**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SEMINÁRIO DE TRABALHO DE CURSO

Ementa: Finalização do trabalho de conclusão de curso e preparação dos seminários de defesa pública e organização da versão final, conforme normas institucionais.

Bibliografia Básica:

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. [MB]

Santos, I.E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 12.ed. Niterói: Impetus, 2016.

Fazenda, I. (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar: [MB]

Marconi, M. A.; Lakatos, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Medeiros, J. B.; Tomasi, C. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Matias-Pereira, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Walliman, N. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Koller, S.H.; Couto, M.C.P.P.; Von Hohendorff, J.(orgs). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO VIII

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o desenvolvimento da oratória e expressão.

Bibliografia Básica: [MB]

Sangaletti, L. et al. **Comunicação e expressão**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Ferreira, L.A. (org). **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher, 2017.

Penteado, J. R. W. **A técnica da comunicação humana**. 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia Complementar: [MB]

Silva, G. B.; Felicetti, V.L. **Formação docente e teoria dos campos conceituais**: impacto na aprendizagem discente. Ijuí: Ed. Unijuí, 2021.

Philippi Jr., A.; Fernandes, V.; Pacheco, R.C.S. (edits). **Ensino, pesquisa e inovação**: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017.

Polito, R. **Como falar corretamente e sem inibições**. 112. ed. São Paulo: Benvirá, 2016.

Brasileiro, A.M.M. **Comunicação e expressão**. Porto Alegre: Sagah, 2016.

Ferreira, E. N. **A linguagem oral na educação de adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

OPTATIVAS 1

INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

Ementa: Teorias da criatividade e inovação na dinâmica do pensamento criativo e suas características individuais e influências sociais associado ao comportamento criativo com a finalidade de estimular a criatividade como modos de pensar velhos modelos e transformando carreiras no novo modelo globalizado.

Bibliografia Básica: (MB)

Tajra, S.; Ribeiro, J. **Inovação na prática**: design thinking e ferramentas aplicadas a startups. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

Bessant, J.; Tidd, J. **Inovação e empreendedorismo**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

Abrantes, A.; Sanmartin, S.M. **Intuição e criatividade na tomada de decisões**. São Paulo: Trevisan, 2017.

Bibliografia Complementar: (MB)

Dornelas, J. **Empreendedorismo Fazendo acontecer**: Livro do Aluno - v.1. São Paulo: Empreende, 2020.

Hashimoto, M.; Borges, C. **Empreendedorismo**: Plano de negócios em 40 lições. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Teixeira, T.; Lopes, A.M. **Startups e inovação**: direito no empreendedorismo. 2.ed. São Paulo: Manole, 2020.

Nelsen, J.; Emser, D. **Empoderar pessoas no ambiente de trabalho**: 52 estratégias baseadas nos princípios da disciplina positiva. São Paulo: Manole, 2020.

ROCHA, L. C. **Criatividade e inovação**: como adaptar-se às mudanças. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL

Ementa: Diversidade cultural e suas implicações no processo de conhecimento e significação do mundo e os espaços sociocultural: clivagens de classe, inter-étnicas, sexuais e de gênero. Identidades e alteridades no Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica: (MB)

Pavinatto, T. (coord). **Tratado de proteção da diversidade**: sexualidade, gênero e direito. São Paulo: Almedina, 2023.

Bock, A. M. B.; Furtado, O.; Teixeira, M.L.T. **Relações sociais e a vida coletiva**: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. São Paulo: Expressa, 2021.

Vianna, C. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Bibliografia Complementar: (MB)

Doreto, D.T. et al. **Questão Social, direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Scarano, R.C.V. et al. **Direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Ferraz, C.V.; Leite, G.S. (coords). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

Freitas, M.E.; Dantas, M. (orgs). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Miranda, S.A. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OFICINA DE ORALIDADE EM LÍNGUA INGLESA

Ementa: Desenvolvimento da língua inglesa, com ênfase na oralidade, voltado para a utilização de gêneros de esferas da vida social e acadêmica relacionados a diversidade cultural mundo digital e direitos humanos. Conhecimentos correspondentes em fonética e fonologia. Articulação com as demais disciplinas de língua inglesa e com o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação.

Bibliografia Básica: [MB]

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Abrantes, E.L. et al. **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Lara, F. **Aprenda inglês num piscar de olhos: estratégias, dicas e truques para acelerar seu inglês**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Bibliografia Complementar: [MB]

Cerigatto, M. P.; Machado, V.G. **Tecnologias digitais na prática pedagógica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Torres, F. M. **Fonemas, sons e brincadeiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2017.

Alves, U. K.; Brawerman-Albini, A.; Lacerda, M. **Fonética e fonologia do inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Savage, J. F. **Aprender a ler e a escrever a partir da fônica**: um programa abrangente de ensino. Porto Alegre: AMGH, 2015.

Veloso, R. **Tecnologias da informação e comunicação**: desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2011.

OPTATIVAS 2

ÉTICA E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Ementa: Conceitos básicos de ética, moral e direito associado às noções de ética e filosofia na promoção da formação humanística na epistemologia contemporânea em questão do sentido da vida; voltada para as discussões das relações interpessoais do homem, a sociedade e o meio ambiente como objetos do conhecimento. Dentro deste contexto, se torna essencial a contextualização e articulação de temas, problemas e abordagens relacionados aos direitos humanos, multiculturalismo, sociedade internacional, identidade e relações étnico-raciais, proteção internacional dos direitos humanos e tribunais internacionais, que propiciarão um fortalecimento da base de conhecimento inerente ao desenvolvimento de uma formação ética e humanística sólida e permeável.

Bibliografia Básica: (MB)

Bittar, E.C.B. **Curso de Ética Geral e Profissional**. 16. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

Sá, A.L. **Ética profissional**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Hermann, N. **Ética & educação**: outra sensibilidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Bibliografia Complementar: [MB]

Santos, A.P.M. et al. **Legislação e ética profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Lopes Filho, A.R. I. et al. **Ética e cidadania**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Aristóteles. **Ética a Nicômaco**. 2.ed. Bauru: Edipro, 2017.

Ferreira Filho, M. G. **Direitos humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Rios, T. A. **Ética e competência**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA

Ementa: Desenvolvimento da língua inglesa, com ênfase em estratégias de leitura e uso de Inglês para fins específicos. Leitura e análise de gêneros escritos de diferentes esferas de atividade. Linguagem de média complexidade voltada à compreensão escrita.

Bibliografia Básica: [MB]

Thompson, M. A. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica, 2016.

Abrantes, E.L. et al **Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Drey, R.F.; Selistre, I.C.T.; Aiub, T. **Inglês**: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar: [MB]

Terra, E. **Práticas de leitura e escrita**. São Paulo: Saraiva, 2019.

Vidal, A. G.; Abrantes, E.L.; Bonamim, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Lara, F. **Aprenda inglês num piscar de olhos**: estratégias, dicas e truques para acelerar seu inglês. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Solé, I. **Estratégias de leitura**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Demai, F.M. **Português instrumental**. São Paulo: Érica, 2014.

LITERATURA E CINEMA

Ementa: Estudos das relações entre literatura e cinema. Abordagem crítica da relação entre obra literária e discursos audiovisuais. Foco nas discussões sobre aspectos de representação e de construção de narrativas, em códigos e subcódigos específicos. Estudo comparativo entre linguagens e formas de circulação e produção artística entre diversos meios. Reflexões a respeito dos processos intermediais.

Bibliografia Básica: [MB]

Silva, M. **Sessões descontínuas 2:** lições de história no cinema mundial. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

Cardoso, L. M. **Literatura e cinema:** Vergílio Ferreira e o espaço do indizível. Lisboa: Edições 70, 2016.

Fresquet, A. **Cinema e educação:** reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Bibliografia Complementar: [MB]

Kerr, M.A. et al. **Produção audiovisual.** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura.** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Jesus, A.M.V.; Cé, O.A. **Produção audiovisual.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Perissé, G. **Literatura & educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Edgar-Hunt, R.; Marland, J.; Rawle, S. **A linguagem do cinema.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

OPTATIVAS 3

EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE

Ementa: O desafio no mundo dos negócios, articulado com a formação de empreendedores agregando uma visão ampliada de negócios e oportunidades, a partir da visão e evolução do pensamento sustentável conectado com as

questões socioeconômicas e de responsabilidade social focado na promoção da educação ambiental. Dentro deste contexto, trabalhar seus conceitos, objetivos, princípios básicos, Política Nacional, legislação, órgãos ambientais, modalidades e formas (formal, não formal e informal). Para que dessa forma seja construída uma base forte de conhecimento direcionada para os estudos de impacto ambiental alinhado as questões da legislação vigente.

Bibliografia Básica: [MB]

Biagio, L.A.; Batocchio, A. **Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas**. 3. ed. Barueri: Manole, 2018.

Dornelas, J. **Introdução ao empreendedorismo: Desenvolvendo habilidades para fazer acontecer**. 2. ed. São Paulo: Empreende, 2023.

Donaire, D.; Oliveira, E. C. **Gestão Ambiental na Empresa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2018.

Bibliografia Complementar: [MB]

Teixeira, T.; Lopes, A.M. **Startups e inovação: direito no empreendedorismo**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2020.

Tachizawa, T. **Gestão Ambiental Responsabilidade Social Corporativa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2019.

Bessant, J.; Tidd, J. **Inovação e empreendedorismo**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

Philippi Junior, A. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2018.

Florit, L. F.; Sampaio, C. A. C.; Philippi Jr., A. **Ética socioambiental**. Barueri: Manole, 2019.

ENSINO DE LÍNGUAS PARA CRIANÇAS

Ementa: Estudo das características inerentes ao período da infância e sua relação com a aprendizagem de línguas para a formação inicial do professor. Metodologias e abordagens para o ensino de línguas (materna e/ou estrangeiras) nessa faixa etária.

Bibliografia Básica: [MB]

Fettermann, J.; Villas Boas, I. (orgs). **Tópicos contemporâneos para o ensino de idiomas**. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

Castro, N.S.E. et al. **Prática pedagógica e metodologia do ensino de língua e literatura**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Oliveira, Z.M. R. **Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2020.

Bibliografia Complementar: [MB]

Lara, F. **Aprenda inglês num piscar de olhos: estratégias, dicas e truques para acelerar seu inglês**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Bertaglia, B. **Métodos e técnicas de ensino**. São Paulo: Cengage, 2016.

Parra, N. **Caminhos do ensino**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Prado, F.L. **Metodologia de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Brandão, A.C.P.; Rosa, E.C.S. (orgs). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

APLICATIVOS PARA USO EM SALA DE AULA

Ementa: Conceitos e teorias sobre uso de tecnologias para fins didáticos. Conhecimento e utilização de aplicativos para uso em sala de aula. Práticas de construção de atividades nos aplicativos.

Bibliografia Básica

Oliveira, E.T. **Como escolher tecnologias para educação à distância, remota e presencial**. São Paulo: Blücher, 2022. [MB]

Ferretti, C. J. et al (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Kenski, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 6.ed. Campinas: Papyrus, 2008.

Bibliografia Complementar [MB]

Rocha, D.G.; Ota, M.A.; Hoffmann, G. (orgs). **Aprendizagem digital**: curadoria, metodologias e ferramentas para o novo contexto educacional. Porto Alegre: Penso, 2021.

Tajra, S. F. **Informática na educação**: o uso de tecnologias digitais na aplicação das metodologias ativas. 10. ed. São Paulo: Érica, 2019.

Santos, P.K.; Santos, E.R.; Oliveira, H.B. **Educação e tecnologias**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

Santos, E. **Mídias e Tecnologias na Educação Presencial e à Distância**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

Carmo, V.O. **Tecnologias educacionais**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015.

ANEXO IV

Normativa Institucional de 06 de janeiro de 2021 - Trabalho

Discente Efetivo

Dispõe sobre a Normatização do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico (TDEP) como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O Conselho Acadêmico no uso de suas atribuições tendo em vista a necessidade de definir os critérios normatização do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico (TDEP) a serem implementados para os cursos de Graduação ofertados pela IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro.

Considerando ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 575, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006.

Considerando o Art. 2º e Art. 3º da Resolução Nº. 03 de 02 de julho de 2007 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, diz que: *“Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá: I – preleções e aulas expositivas; II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas. Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo”.*

RESOLVE:

Art. 1º Utilizar o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico como estratégia para a melhoria do desempenho acadêmico e profissional dos alunos por meio da implementação de medidas educativas e estratégias didáticas que induzam aos estudantes a empreenderem um verdadeiro salto de qualidade em seu trabalho, que resulte num melhor desempenho acadêmico e profissional, a partir da sua passagem pelos cursos de graduação ofertado pela IES.

Art. 2º Fica a IES de acordo com os parâmetros legais estabelecidos pela resolução supracitada nº. 3 de 02/07/2007 estabelecer o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico como parte do componente da carga horária dos cursos por ela ofertadas. Desta forma, a carga horária das disciplinas passa a ser composta por:

- I. Atividade Acadêmicas presenciais, aqui compreendidas como preleções e aulas expositivas realizados pelo docente;
- II. TDEP, aqui compreendido como o conjunto de atividades complementares realizadas extraclasse pelos discentes desde que planejadas e supervisionada pelo docente da disciplina.

Art. 3º Entende-se por Trabalho Discente Efetivo Pedagógico o conjunto diversificado de atividades relacionadas ao ensino, que incorporam as práticas pedagógicas previstas nos mais diversos componentes curriculares, realizadas de modo extraclasse, de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos Projetos Pedagógicos De Curso – PPC, de modo a complementar as atividades acadêmicas presenciais.

- I. O TDEP deve, obrigatoriamente, estar relacionado com a ementa - conteúdo da disciplina ministrada no referido semestre de acordo com o planejamento do docente.
- II. O planejamento deverá ser aprovado pelo coordenador de curso e entregue junto com o Plano de Ensino para validação da atividade.

- III. O TDEP deve ser planejado e supervisionado pelo docente, mas a realização das atividades é de responsabilidade dos discentes, pois é componente fundamental e indispensável do processo de aprendizagem dos estudantes.
- IV. O TDEP é componente integrante da carga horária das disciplinas; e deve, portanto, ser realizado pelos discentes como requisito parcial para a obtenção da aprovação na disciplina.

Art. 4º O TDEP poderá, de acordo com o planejamento docente, ser composto de:

- I. Atividade de leitura e pesquisa na biblioteca (que deve ser mais bem explorada) ou em plataforma digital;
- II. Atividades de fixação de conteúdos e desenvolvimento de competências, tais como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, visitas técnicas, relatórios, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos;
- III. Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo às IES com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações problemas reais ou simulados, estudos de viabilidades técnicas e júris simulados.

Art. 5º São objetivos do TDEP:

- I. Promover a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos projetos pedagógicos de cada curso, contribuindo para a integralização do currículo dos cursos;
- II. Promover a melhoria do desempenho acadêmico e profissional do alunado por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas que priorizem a sua participação ativa no processo de formação, promovendo o aprendizado autônomo e sua progressiva autonomia intelectual;
- III. Possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem ampliar o envolvimento dos estudantes, favorecendo o trabalho individual e coletivo, fortalecendo a articulação da teoria com a prática e a aproximação com o campo de atuação profissional;
- IV. Diversificar e flexibilizar as atividades acadêmico-pedagógicas dos cursos de graduação.

Art. 6º Fica os Coordenadores dos Cursos, no âmbito da IES, responsáveis por orientar os docentes no planejamento, organização, avaliação e protocolo de entrega dos

trabalhos pelos alunos. Dado isso, para garantir a qualidade das atividades propostas, bem como os objetivos sejam atingidos, os docentes deverão:

- I. Planejar as atividades, em razão da carga horária, distribuindo-as preferencialmente ao longo do semestre de modo a protocolar na coordenação a Proposta de Avaliação Livre em relação ao TDEP;
- II. Organizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) através da plataforma *Google Classroom* especificamente para desenvolvimento da atividade programada do TDEP;
- III. Disponibilizar as atividades e a orientação necessária, logo no início do semestre;
- IV. Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estudantes;
- V. Avaliar os conteúdos apresentados pelos alunos;
- VI. Receber dos alunos o arquivo digital dos trabalhos por meio de formulário específico, com as alterações necessárias, e enviá-los para Secretaria Acadêmica, juntamente com a planilha de apresentação do TDEP, com todos os dados sobre os trabalhos apresentados, objetivo, habilidades e competências esperadas dos alunos.
- VII. Caberá aos docentes organizar as atividades de modo didático e objetivo, fazendo uso da escolha do tipo de atividade a ser determinada no planejamento conforme o Art. 4º; atribuir a pontuação da atividade distribuída na AVL (Avaliação Livre) no valor de 10 pontos.

Art. 7º As implicações para o alunado por ser um componente integrante da carga horária das disciplinas, deve, portanto, deve ser realizado pelos docentes como requisito parcial para obtenção da aprovação nas disciplinas; o TDEP estará previsto em cada disciplina, em vista da adequada consecução dos objetivos propostos pelas atividades compondo assim a nota da AVL (Avaliação Livre) do procedimento avaliativo da IES. Assim, o aluno deverá cumprir os prazos fixados pelo docente sendo vedada a entrega da atividade posteriormente a data da atividade.

Art. 8º Fica de responsabilidade da Coordenação Pedagógica e a Coordenação Acadêmica acompanhar os coordenadores e professores dos cursos as atividades do TDEP, de modo que as ações sejam implantadas de forma adequada, sem comprometer a qualidade desejada em relação aos cursos; cabendo a Coordenação Pedagógica o suporte técnico pedagógico no que diz:

- I. Capacitação dos docentes para a compreensão e a utilização do TDEP;
- II. Acompanhamento pedagógico dos docentes, a fim de garantir a qualidade das atividades propostas, observada a liberdade da cátedra.
- III. Avaliação contínua e sistemática da aplicação do método nos cursos envolvidos, a fim de assegurar a qualidade da atividade, em favor do crescente desenvolvimento com qualidade do ensino ofertado pela instituição.

Art. 9º Sobre as implicações da execução da carga horária correspondente a disciplina devido a adoção do TDEP, os cursos ofertados pela IES passam a planejar um conjunto de atividades discentes efetivas pedagógicas, compatíveis dentro da carga horária prevista para cada disciplina em conformidade as semanas previstas no calendário acadêmico. Dado isso, a IES passará a ter disponível no mínimo 18 semanas letivas no calendário acadêmico presenciais na IES em cada semestre; as demais semanas e horas ficam complementares conforme o planejamento do PDEP protocolado pelo docente da disciplina junto a coordenação, validado pelas Coordenações Pedagógicas e Acadêmica, a fim de totalizar a carga horária prevista para cada disciplina.

Art. 10º Quanto aos aspectos operacionais da utilização do TDEP, dar-se-á na composição da carga horária das disciplinas que deverá observar: calcular a quantidade de horas necessárias para complementar a carga horária da disciplina; onde, a carga horária do TDEP é calculada de modo a observar:

- A. Carga Horária total da disciplina conforme matriz curricular;
- B. Total de créditos de aula diário da disciplina conforme grade horária;
- C. Total de semanas em calendário acadêmico conforme dias da semana;
- D. Total da carga horária presencial da disciplina não convertida
- E. Total da carga horária executada presencial convertida;
- F. Total da carga horária em TDEP;

§ 1º Para cálculo da carga horária atribuída no TDEP aplica-se a fórmula: **[B x C = D x 50 / 60 = E - A = F]**.

§ 2º Exemplo da aplicação da fórmula na prática de cálculo:

- Disciplina: Metodologia Científica

- CH total: 80 horas

- Total de créditos conforme dias da semana em grade horária: 2 segunda-feira | 2 quinta-feira

- Total de semanas em calendário conforme dias da semana: 18 segunda-feira | 20 quinta-feira

Onde: $[2 \times 18 = 36; 2 \times 20 = 40; 36 + 40 = 76 \times 50 / 60 = 63,3 - 80 = 16,7$ em aproximação 17].

Leia-se: **2** (dois créditos da segunda-feira) **X** (multiplicado) por **18** (dezoito semanas totais em calendário conforme dias da semana referente às segundas-feiras) = (igual a) **36** e **2** (dois créditos da quinta-feira) **X** (multiplicado) por **20** (vinte semanas totais em calendário conforme dias da semana referente às quintas-feiras) = (igual a) **40**, onde **36** (trinta e seis) + (somado com) **40** (quarenta) = (é igual ao total de) **76** (horas carga horária presencial da disciplina que necessita da conversão de 50 para 60 minutos; daí então) **X** (multiplica 76 por) **50** (cinquenta minutos) / (divide por) **60** (sessenta minutos) = (é igual a) **63,3** (sessenta e três vírgula três horas; daí) **63,3** (sessenta e três vírgula três horas da carga horária cursada presencialmente convertida de 50 para 60 minutos) - (subtraído) **80** (oitenta horas correspondente a carga horária da disciplina conforme matriz curricular) = (é igual a) **16,7** – **17 horas de TDEP** (dezesseis vírgula sete aproximado para dezessete horas a serem complementada com o trabalho discente efetivo pedagógico).

Art. 11º Cabe destacar que não é permitido utilizar o TDEP para repor aulas presenciais previstas no calendário acadêmico e não ministradas pelo docente responsável pela disciplina.

Art. 12º Fluxograma do Planejamento de Organização e Sistematização da aplicação do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico consiste em:

- 1º passo: definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas por meio dos conteúdos a serem trabalhados no TDEP;

- 2º passo: seleção do tipo de atividade a ser realizada conforme Art. 4º descritas no anexo I desta normativa;
- 3º passo: Elaboração da Proposta de Avaliação Livre que contemplará ao TDEP onde constará a definição do(s) objetivo(s) da(s) atividade(s), detalhamento de todas as etapas com orientação para sua realização e elaboração do cronograma de execução;
- 4º passo: seleção do material de apoio para realização das atividades do alunado;
- 5º passo: definição dos critérios avaliativos;
- 6º passo: encaminhar a proposta conforme anexo II desta normatização para validação da coordenação; 7º passo: validação da coordenação e procedimentos internos junto a coordenação pedagógica;
- 8º passo: organização da atividade pelo docente no Google Classroom para conhecimento dos alunos;
- 9º passo: implementação da atividade;
- 10º passo: entrega da atividade final para validação do professor no AVA do Google Classroom pelo alunado;
- 11º passo: conclusão e encerramento da atividade com emissão da nota atribuída no Google Classroom.
- 12º passo: validação final e parecer do coordenador de curso junto a coordenação pedagógica e coordenação acadêmica.

Art. 13º Esta Instrução Normativa entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Junior

Departamento Pedagógico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Me. Fredston Gonçalves Coimbra

Coordenador Acadêmico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Secretária Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dr. Paulo César de Sousa

Diretor Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Anexo I

Quadro de Atividades e Carga Horária Atribuída para Validação do TDEP

Atividade	Descrição	CH do TDEP
	(análise; compreensão; interpretação; síntese)	
Leitura	<p>Leitura de artigos científicos ou capítulos de livros da bibliografia da disciplina para debate em sala.</p> <p>Atividades de estudo sobre determinado tema, realizadas antes do desenvolvimento das aulas. Tem o intuito de possibilitar a preparação dos estudantes para uma participação mais ativa nas aulas. Podem ser: <i>Estudos complementares</i>: estudo de determinados temas para complementar o desenvolvimento das</p>	1 hora
Estudos Prévios	<p>aulas; <i>Elaboração de trabalho de análise e síntese sobre temas abordados no componente curricular</i>: Inclui a produção de trabalhos de análise, e/ou síntese e elaboração, individuais ou coletivas, sobre os temas abordados num componente curricular específico. Podem ser utilizados livros texto previstos no Plano</p> <p>de Ensino da disciplina, inclusive para potencializar o uso da Biblioteca das Unidades.</p>	2 horas
Exercícios e Trabalho	<p>De acordo com um tema estudado, uma leitura pré-estabelecida ou uma atividade prática ou de observação no âmbito interno ou externo às IES, relevante para a formação dos estudantes, realizada fora do horário das aulas. Pode-se solicitar o desenvolvimento de resenhas, resumos, pareceres críticos, análises.</p>	2 horas
Fórum de Discussão	<p>De acordo com um tema estudado, promover um debate entre os estudantes, mediado pelo professor, por meio do fórum. É importante que as questões lançadas não tenham respostas prontas ou diretas, pois o objetivo é fomentar discussões, trabalho com a opinião dos estudantes. Pode haver um direcionamento anterior do trabalho, através de</p>	1 hora cada

	perguntas âncora, disponibilizadas anteriormente para os alunos. A partir daí, na discussão in loco, surgem os novos questionamentos provocados pelo professor, e os demais, promovidos pelos alunos.	
Questionário Online	Questionário referente a um tema específico estudado em sala de aula ou objeto de pesquisa, que será inserido online.	5 minutos por questão de múltipla escolha e 10 minutos questão aberta.
Objeto Virtual de Aprendizagem	Pesquisa de assuntos complexos de várias fontes virtuais, que deverá conter animações, ilustrações, áudio ou outras formas de mídias.	8 horas
Estudo de Materiais Didáticos	Sobre temas em estudo, mediante uma adequada estruturação das aulas pelo professor. O professor deve definir um roteiro de estudos incluindo introdução, tema, questões guia sobre o tema em estudo, provocações para reflexões sobre o tema. Definir algum tipo de entrega (atividades a serem realizadas a partir dos estudos realizados).	10 horas
Análise de filmes e vídeos e outras formas de Produção Intelectual Multimídia	A análise de formas diversas de produção multimídia é uma estratégia importante de complementação e ampliação dos conhecimentos, bem como de estímulo à reflexão e elaboração a respeito dos temas em estudo e/ou às competências e habilidades requeridas pelo curso. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular. Aqui, as fontes de busca para o aluno, bem como para o próprio professor fazer o planejamento da atividade podem ser variadas. Atualmente as próprias redes sociais contribuem com a identificação de conteúdo válidos que podem ser	15 horas

	utilizados em sala de aula, beneficiando a aproximação da linguagem com os estudantes.	
Levantamento e Exploração de Referências Bibliográficas	Sobre determinado tema, na biblioteca, em periódicos ou na internet. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular.	15 horas
Estudo de Casos	Casos de empresas ou atividades de experiência profissional, que deverão ser debatidos em sala de aula.	4 horas

Anexo II

Modelo da Estrutura da Proposta do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico

PLANO DE TRABALHO DISCENTE EFETIVO PEDAGÓGICO

Curso: **nome do curso**

Ano e Semestre: **2021/1**

Período do Curso: **indicar o período**

Disciplina: **nome da disciplina**

Carga Horária em matriz curricular: **indicar**

Carga Horária cursada na disciplina presencial convertida: **indicar**

Carga Horária atribuída ao TDE: **indicar**

Professor Responsável: **nome do Professor**

1. Definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas por meio dos conteúdos a serem trabalhados no TDEP.

Apresentação do professor

2. Tipo de atividade a ser desenvolvida.

Copia e cola do quadro

3. Objetivo da atividade.

Apresentação do professor

4. Desenho da atividade.

detalhamento de todas as etapas com orientação para sua realização e elaboração do cronograma de execução

5. Valor atribuído na AVL (Avaliação Livre).

detalhamento de todas as etapas com orientação para sua realização e elaboração do cronograma de execução

ANEXO V

Normativa Institucional de 11 de janeiro de 2021 - Atividades de Extensão

Dispõe sobre a Normatização para implementação do Regulamento de Atividades de Extensão Universitária no cumprimento da Resolução nº. 7 do CNE de 18/12/2018 como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O Conselho Acadêmico no uso de suas atribuições tendo em vista a necessidade de definir os critérios normatização do Atividade de Extensão Universitária a serem implementados para os cursos de Graduação ofertados pelas IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro.

Considerando ao disposto na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências.*

Considerando a Constituição Federal no Art. 207, que consagrou o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; a Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que consagra a universalização da extensão, como ação aberta à participação da população.

Considerando a Meta 12.7, *preconiza assegurar que 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação correspondam às ações de extensão, destacando os programas e projetos, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, do Plano Nacional de Educação (2014-2024).*

Considerando que para as IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro, a extensão universitária é o processo social educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a IES e a sociedade.

Considerando que a extensão se torna uma ação social útil sobre a realidade quando realizada como processo dialético entre teoria e prática, e quando a aplicabilidade do que foi produzido possibilita o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo. Assim, a extensão consolida-se como espaço do fazer acadêmico, como prática pedagógica que dialoga com a comunidade e junto a ela constrói outros saberes, auxiliando no empoderamento social.

Considerando que a extensão, os ambientes de aprendizagem passam a ser considerados como todo o espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social vivido por diferentes atores, ampliando a sala de aula para além do ambiente físico da IES.

Considerando as potencialidades didático-pedagógicas da extensão também devem ser inseridas, efetivamente, na formação de professores, harmonizando teoria e prática universitária. A formação pedagógica deve apresentar bagagem sólida na construção de currículos que apontem metodologias extensionistas e possibilitem uma relação social interativa e dialética.

Considerando as ações de extensão podem estar inseridas como ambientes de aprendizagem ou atividades formativas nas Unidades de Aprendizagem e Certificações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, e contribuem para o desenvolvimento das competências almejadas. Como resultado, a extensão é evidenciada na trajetória acadêmica do estudante, refletindo o seu histórico de experiências.

RESOLVE:

Art. 1º Adotar como princípios norteadores da Atividade de Extensão Universitária como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro:

- I. A indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, pois entende que somente um processo integrado permite uma formação completa dos sujeitos;
- II. A democratização dos saberes, por reconhecer que a educação é um direito de todos, sem distinção, e, por isso, o acesso à educação deve ser aberto;
- III. A relação de diálogo com a sociedade, já que a interação dialógica é fundamental para que todo o processo educativo possa ser irrigado pelas questões que envolvem a comunidade;

- IV. A universalização das ações de extensão, o que significa que todos os públicos podem participar do ambiente universitário e de suas ações, bem como a extensão deve ser aberta à participação de todos os estudantes e professores da universidade;
- V. A educação permanente dos sujeitos envolvidos nas ações de extensão, por se constituir como uma ação que pode acontecer em todas as etapas da vida acadêmica do indivíduo, proporcionando momentos formais e informais de formação;
- VI. O compromisso com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, por entender que as ações de extensão, para além do compartilhamento de saberes, são fontes de geração de novos conhecimentos;
- VII. A melhoria da vida em sociedade colaborativa e solidária, por entender que a extensão possui um caráter emancipatório dos sujeitos envolvidos, que se empoderam de conhecimentos e técnicas passíveis de serem utilizadas em prol do progresso social e da melhoria da vida;
- VIII. A sustentabilidade, tanto socioambiental quanto econômico-financeira, para que o cuidado com o ambiente e com as finanças seja uma premissa dos processos de extensão;
- IX. A democracia, a horizontalidade e a transparência da gestão, permitindo que todos possam ter conhecimento do gerenciamento das ações de extensão.

Art. 2º A extensão não deve ser entendida apenas como uma prestação de serviços “extramuros”, mas como práticas em que o corpo acadêmico desenvolve suas atividades de *ensino, pesquisa e assessoria com a finalidade de atingir um público mais vasto e proporcionar as comunidades locais um acesso mais fácil a conhecimentos e técnicas que permitam melhorar a qualidade de vida.*

§ 1º Entende-se por extensão acadêmica ações que criam condições à sociedade de ter o conhecimento de domínio da faculdade, seja pela sua própria produção, ou seja, pela sistematização do conhecimento universal disponível.

§ 2º Torna-se acessível à sociedade entende-se criar recursos e condições para a apresentação de informações que facilitem a apropriação pela sociedade do conhecimento disponível.

§ 3º Tornar acessível o conhecimento existente inclui a produção de conhecimento sobre o próprio processo de acesso ao saber desde a caracterização das necessidades da sociedade e a identificação de problemas relevantes para gerar a produção do conhecimento, até a realização de processos de disseminação do conhecimento disponível.

§ 4º A extensão é considerada como parte ou etapa de processos da produção de conhecimento e não como algo a parte desses processos. Cuja as atividades de extensão deverão procurar

garantir que as mesmas sejam de fato um esforço para tornar acessível o conhecimento produzido pela unidade ou do seu domínio.

§ 5º Todas as atividades de extensão deverão ser realizadas envolvendo discentes, docentes, funcionários da área técnico administrativa e sociedade civil.

Art. 3º São políticas da Extensão Universitária no âmbito da IES:

- I. Vinculação das ações de extensão ao processo de ensino e aprendizagem como componente curricular qualificador dos percursos formativos;
- II. Promoção do diálogo permanente com a comunidade na busca de soluções para os desafios sociais, articulando a produção do conhecimento e a construção de saberes com a dinâmica da sociedade;
- III. Participação de docentes, discentes e pessoas da comunidade na configuração das atividades de extensão em suas diferentes modalidades, qualificando-as por meio da formação teórica, metodológica e crítica;
- IV. Promoção da cultura, da expressão artística, do lazer e de atividades físicas e esportivas, como ferramentas pedagógicas e de promoção social, acessíveis a todos os públicos;
- V. Difusão da produção acadêmica: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural, ampliando o acesso ao conhecimento acadêmico;
- VI. Gestão participativa e descentralizada das ações de extensão, com fundamento nos princípios da democracia, da horizontalidade, da transparência e da sustentabilidade ambiental e econômico-financeira;
- VII. Avaliação das ações de extensão quanto ao mérito acadêmico e à relevância social, primando pela máxima qualidade em todos os processos;
- VIII. Articulação, promoção e desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo e inovação.

Art. 4º São considerados como modalidades de atividades de extensão, ações que atendam na íntegra o Art. 1º e Art. 2º desta normativa assim definida como possibilidade de atuação:

- I. Projetos;
- II. Cursos;
- III. Eventos de socialização cultural;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Licenciamento, cessão e fornecimento dos ativos de propriedade intelectual;
- VI. Desenvolvimento de novos empreendimentos;
- VII. Atividades formativas;
- VIII. Projetos de Pesquisa que envolvam a comunidade;

IX. Fórum, Jornadas e Semanas acadêmicas;

§ 1º As ações de extensão universitária caracterizam-se como momentos privilegiados em que é possível estabelecer a interação dialógica entre os saberes acadêmicos e populares, dos indivíduos e das organizações, tendo como consequência a elaboração de novos conhecimentos, relevantes para a academia e para a comunidade.

Art. 5º As Atividades de Extensão Universitária serão implementados por atividades ao longo do semestre letivo, definido na matriz curricular como Projeto de Integração e Extensão (PIE), podendo também ser implementada por meio de outras atividades que não compõe o PIE especificamente.

§ 1º O PIE de cada curso de graduação ofertado pela IES, será planejado pelo coordenador do curso e o docente designado pela coordenação.

§ 2º As demais atividades de extensão que não contemplada no PIE, será planejada por qualquer docente da IES que desejar implementar uma proposta.

§ 3º Caberá ao docente designado organizar, sistematizar e implementar a proposta, fornecendo os protocolos requisitados.

§ 4º Caberá a coordenação de cada curso de graduação acompanhar o planejamento, desenvolvimento e conclusão do PIE e de qualquer outra atividade de extensão fornecer Relatório Final a Coordenação de Pós-graduação e Extensão – Coordenação Pedagógica – Coordenação Acadêmica.

Art. 6º As propostas de realização de atividades vinculadas ao PIE devem prever expressamente:

- I. A relevância acadêmica e social da atividade;
- II. A composição dos custos de responsabilidade de parceiros externos (se for o caso);
- III. Cronograma de execução da atividade;
- IV. A articulação entre teoria e prática.

Parágrafo Único: As propostas deverão seguir o modelo Anexo I.

Art. 7º Outras propostas de realização de atividade de extensão universitária que não vinculadas ao PIE devem prever os itens do Art. 6º.

§ 1º Estas atividades deverão ser organizadas por um professor que terá as mesmas atribuições do professor designado para PIE, cumprindo a mesma função descrita no § 1º e § 3º do Art. 5º.

§ 2º Caberá ao coordenador a mesma função conforme descrito no § 4º do Art. 5º.

Art. 8º Para criação de **Cursos de Extensão** denominados cursos de curta duração, os cursos de natureza livre, destinados à iniciação de estudantes em conhecimentos específicos, à atualização, complementação ou ampliação de conhecimentos, experiências e vivências, e à qualificação ou aprimoramento das habilidades profissionais específicas da atuação no mercado profissional, com ou sem a exigência de escolarização ou pré-requisitos.

§ 1º A criação do curso constitui de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático planejadas e organizadas de modo sistemático a contemplar:

- I. Nome do Curso;
- II. Carga horária;
- III. Modalidade de Oferta (Presencial | Remota | Á Distância)
- IV. Docente Responsável;
- V. Ementa do Curso;
- VI. Conteúdo Programático;
- VII. Público-alvo;
- VIII. Planilha de Custos (se houver);
- IX. Sugestão de Valores por aluno;
- X. Critérios de Avaliação;
- XI. Cronograma;

§ 2º As propostas deverão seguir o modelo Anexo II.

§ 3º Iniciado o processo de criação de um curso de extensão pelo proponente encaminhará à Coordenação de Pós-graduação e Extensão com o parecer de validação da coordenação de curso de graduação quando vinculado a um dos cursos específicos ofertados pela IES, caso o curso não seja vinculado a um curso de graduação específico o proponente colocará em apreciação na Coordenação Pedagógica que procederá o parecer de validação.

- I. Quando o proponente for a Coordenação de Curso de Graduação de um dos cursos ofertados pela IES, o parecer de validação será apreciado pela Coordenação Pedagógica.
- II. O fluxograma do processo dar-se-á:
 - a. Elaboração da proposta pelo proponente;
 - b. Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica;

- c. Submissão a Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
- d. Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
- e. Apreciação da Coordenação Acadêmica;
- f. Apreciação da Direção Geral;
- g. Aprovada a proposta, o curso estará apto oferta mediante o parecer final emitido pela Coordenação de Pós-graduação e Extensão.

Art. 9º Para criação de atividades de extensão denominadas como **Eventos** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º Os Eventos caracterizam-se como ações pontuais que têm por objetivo a disseminação dos conhecimentos e produtos culturais, sociais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos, desenvolvidos, conservados ou reconhecidos pela IES, abertas ou destinadas a público específico. Que podem ser apresentados nos seguintes tipos:

- a. Congresso: evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, composto de um conjunto de atividades que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.
- b. Seminário: evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, painel, ciclo de debates, circuitos, semanas acadêmicas, etc.
- c. Palestra: conversa, apresentação de ideias ou conceitos sobre determinado assunto, sem regra fixa quanto ao tempo de duração e a participação do público. Incluem-se as conferências, oficinas, workshop, etc.
- d. Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços. Inclui feira, salão, mostra, lançamento de livros, etc.
- e. Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos e/ou musicais. Inclui recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
- f. Evento esportivo: inclui campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
- g. Festival: série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.
- h. Visitas: inclui as viagens e visitas de estudos e técnicas, tanto nos ambientes da universidade quanto externos.
- i. Outros: ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. Inclui campanhas, lançamentos, inaugurações, sessões de autógrafo.

§ 2º Os eventos podem ser oferecidos a qualquer tempo, mediante planejamento prévio, nos espaços da IES ou fora deles. Podendo estar vinculados a um ou mais cursos de graduação, de pós-graduação ou a setores institucionais.

Art. 10º Para criação de Prestação Serviço seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º A **Prestação de Serviço** é caracterizada por ser a realização de serviços para a comunidade, a partir dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos na universidade, seja por oferta própria ou por iniciativa de terceiros contratantes do serviço. Classificam-se como:

- a) Atendimento ao público em espaços permanentes, como os de cultura, ciência e tecnologia: espaços e museus culturais; espaços e museus de ciência e tecnologia, cineclubes e outros serviços;
- b) Serviço Eventual: consultoria, assessoria, curadoria, auditoria, respostas técnicas, desenvolvimento de produtos ou customizações, e outros;
- c) Atividades de Propriedade Intelectual: assessoria para depósito de patentes e modelos de utilidades, registro de marcas e softwares, contratos de transferência de tecnologia e registros de direitos autorais; pesquisa em banco de patentes e informação tecnológica; e outros;
- d) Exames e laudos técnicos: laudos, exames e perícias realizados pelas diversas áreas da universidade, que oferecem serviços credenciados na instituição;
- e) Atendimento jurídico e judicial: atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais;
- f) Atendimento em saúde humana: consultas ambulatoriais; consultas de emergência e urgência; internações; cirurgias; exames laboratoriais; exames secundários; outros atendimentos;
- g) Atendimento em saúde animal: consultas ambulatoriais; consultas de emergência e urgência; internações; cirurgias veterinárias; exames laboratoriais; exames secundários; outros atendimentos em veterinária;
- h) Atendimento ao público em modalidades esportivas: avaliação física, prescrição, orientação e acompanhamento na realização das modalidades esportivas;
- i) Atendimento ao público em modalidades artísticas: avaliação, orientação e acompanhamento na realização das modalidades artísticas;
- j) Atendimento pedagógico: atendimentos aos sistemas de ensino para formação, orientação ou encaminhamento de questões pedagógicas;
- k) Outros tipos de serviços demandados na dinâmica da comunidade.

§ 2º Os serviços estarão vinculados a um ou mais cursos de graduação, de pós-graduação ofertados pela IES, cabendo ao proponente indicar o vínculo da proposta.

§ 3º As práticas de atuação profissional e os estágios curriculares previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação poderão caracterizar a prestação de serviços à comunidade, devendo o Coordenador do Curso apresentar o *Projeto Anual de Prestação de Serviço Assistencial*.

Art. 11º Para criação de atividades voltadas para **o licenciamento, cessão e fornecimento dos ativos de propriedade intelectual (transferência de tecnologia)** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º O Licenciamento, Cessão e Fornecimento dos Ativos de Propriedade Intelectual caracterizam-se pela criação e proteção de um ativo de propriedade intelectual a partir do conhecimento produzido na universidade e, por conseguinte, a implementação de seu licenciamento, cessão e fornecimento para a comunidade por meio de um dos instrumentos formais de Transferência de Tecnologia, classificam-se em:

- a. *Direito autoral*: direitos de autor (obras literárias, artísticas e científicas; programas de computador; descobertas científicas); direitos conexos (interpretações dos artistas intérpretes e as execuções dos artistas executantes, os fonogramas e as emissões de radiodifusão);
- b. *Propriedade industrial*: patentes, marcas, desenhos e modelos industriais; indicações geográficas; segredo industrial;
- c. *Proteção sui generis*: topografias de circuitos integrados; cultivares; conhecimentos tradicionais.

§ 2º A Transferência de Tecnologia é o meio pelo qual uma patente, uma marca, um conjunto de técnicas, conhecimentos, metodologias e outros ativos de propriedade intelectual são transferidos, por meio de contrato, da universidade para a comunidade, permitindo a solução de problemas da sociedade e ampliando a capacidade de inovação do receptor e se dará por meio de contratos e classifica-se em:

- a. licença e cessão para exploração de patente e desenho industrial;
- b. licença e cessão para uso de marca;
- c. licença e cessão para uso de programa de computador;
- d. franquia;
- e. fornecimento de tecnologia (*know how*);
- f. serviços de assistência técnica e científica.

Art. 12º Para criação de atividade de extensão como **Projetos de Pesquisa** são aqueles que constituem de espaços para as ações que envolvam a comunidade para a problematização e a busca de respostas às demandas sociais e para o desenvolvimento sustentável.

§ 1º A proposta de extensão do Projeto de Pesquisa constitui de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático planejadas e organizadas de modo sistemático a contemplar:

- I. Nome do Projeto de Pesquisa;
- II. Carga horária;
- III. Docente Responsável
- IV. Participantes Membros da Pesquisa
- V. Projeto de Pesquisa (seguindo a estrutura das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da IES)
- VI. Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

§ 2º As propostas deverão seguir o modelo Anexo III.

§ 3º A proposta de atividade de extensão de Projeto de Pesquisa seguirá o fluxograma descrito no parágrafo § 3º do Art. 8º desta normativa.

Art. 13º Para criação de atividades voltadas para o **desenvolvimento de novos empreendimentos** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º O Desenvolvimento de Novos Empreendimento é caracterizado por processos de cocriação ou coprodução de novos negócios desenvolvidos em conjunto com a comunidade.

Art. 14º A gestão da Atividade de Extensão Universitária dá-se de forma participativa, ocorre de maneira descentralizada e tem seu funcionamento por meio das seguintes instâncias:

- I. Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
- II. Coordenação Pedagógica;
- III. Coordenação Acadêmica;
- IV. Direção de Projetos;
- V. Direção Geral.

Art. 15º Todas as ações de extensão deverão compor os registros acadêmicos da instituição.

Art. 16º A oferta de qualquer atividade de extensão fora do PIE dar-se-á após a aprovação da proposta pelas instâncias previstas.

Art. 17º Definida a realização da atividade de extensão, competirá aos responsáveis implementar os procedimentos necessários para a sua execução e avaliação pedagógica informado por meio do Relatório Final seguir o modelo Anexo IV.

Art. 18º O financiamento das ações de extensão observará as dotações orçamentárias definidas institucionalmente, a participação em editais de financiamento, a realização de convênios e parcerias em cooperação com as diversas organizações da sociedade, e a receita obtida na realização das ações.

Art. 19º A avaliação da extensão objetiva o acompanhamento permanente e a qualificação das ações e dos processos (de propositura, de execução e de resultados) de extensão universitária, tendo como premissas o atendimento aos princípios e às diretrizes das atividades de extensão e o alcance e melhoria dos objetivos institucionais.

§ 1º A avaliação das ações de Atividade de Extensão Universitária especificamente a do PIE incorpora-se aos processos de avaliação institucional no tocante a parte da Avaliação Livre, a observar o mérito acadêmico, à relevância social e à viabilidade institucional.

- I. São componentes da avaliação quanto ao mérito acadêmico:
 - articulação com as atividades de ensino e de pesquisa, visando à formação teórica e prática dos estudantes;
 - compatibilização com as diretrizes/normas acadêmicas;
 - vinculação das ações de extensão com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de onde procedem ou com áreas institucionais;
 - produção de conhecimentos e metodologias, promovendo o avanço da área em que está inserida a ação de extensão.
- II. São componentes da avaliação quanto à relevância social:
 - abordagem de questões relevantes para o desenvolvimento sustentável da comunidade;
 - interação com instituições ou organismos da sociedade civil, do Estado e/ou dos movimentos sociais;
 - impactos nas comunidades envolvidas.
- III. São componentes da avaliação quanto à viabilidade institucional:

→ apresentação dos resultados do produto derivado da extensão no Seminário de Integração Universitária, Social e Comunitária.

§ 2º A avaliação das ações de Atividade de Extensão Universitária especificamente a outras modalidades incorpora-se ao aproveitamento das atividades complementares prevista na carga horária total do curso.

§ 3º Na avaliação das ações de extensão são consideradas a clareza na formulação das propostas e dos seus objetivos; as metas estabelecidas e alcançadas; a metodologia e os processos; e os resultados e impactos, os quais deverão estar expressos no Relatório Final.

Art. 20º Do **Seminário de Integração Universitária, Social e Comunitária**, trata-se de um evento específico para integração das atividades do PIE aberto a comunidade como forma de socialização entre a IES e a sociedade civil.

§ 1º A organização do Seminário é de responsabilidade da Coordenação da Pós-graduação e Extensão em conjunto com a Coordenação Pedagógica, Coordenação Acadêmica, Coordenadores de Cursos e Professores Responsáveis do PIE, assim definidas as obrigações:

- I. Sistematização do evento, programação e demanda orçamentária: Coordenação da Pós-graduação e Extensão em conjunto com a Coordenação Pedagógica e Coordenação Acadêmica;
- II. Sistematização de núcleo e definições específicas: Coordenação de Curso;
- III. Comunicação, organização junto ao alunado: Professor Responsáveis do PIE.

§ 2º O Seminário ocorrerá sempre em data definida em calendário acadêmico impreterivelmente antes do fechamento das notas da Avaliação Livre semestralmente.

Art. 21º Do envio do Relatório Final das ações de Atividade de Extensão Universitária deverá serem enviados no prazo de 10 (dez) dia após o término do evento, devendo conter impreterivelmente registros fotográficos.

Art. 22º Para a avaliação das atividades de extensão no âmbito da IES também serão considerados os indicadores pertinentes, constantes nos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Art. 23º O processo de certificação dos participantes concluintes, observadas as regras contidas na proposta para aquelas atividades não vinculadas ao PIE. Os certificados serão expedidos

conforme modelo institucional e disponibilizados em formato digital, para impressão pelo interessado.

Art. 24º As disposições desta Normativa serão interpretadas, em casos de divergências, em primeira instância pelo Núcleo de Pós-graduação e Extensão, Departamento Pedagógico e Coordenação Acadêmica, em segunda instância pela Direção de Projetos e em terceira instância à Direção Geral.

Art. 25º Esta Instrução Normativa entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Junior

Departamento Pedagógico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Me. Fredston Gonçalves Coimbra

Coordenador Acadêmico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Secretária Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dr. Paulo César de Sousa

Diretor Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Anexo I

Projeto de Extensão Universitária
Atividades Diversas | PIE

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: ***Indicar***

Curso: ***Nome***

Coordenador(a) de curso: ***Nome***

E-mail:

Professor(a) responsável: ***Nome***

E-mail:

2. Caracterização

Texto

3. Objetivo da atividade

Texto

4. Relevância acadêmica e social da atividade

Texto

5. Público-Alvo

Texto

6. A articulação entre teoria e prática

Texto

7. Cronograma de execução da atividade

Atividade Proposta	Forma de execução	Data Prevista	
		Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)

8. A composição dos custos de responsabilidade de parceiros externos (se for o caso)

Identificação	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Total em R\$		
TRÂMITES DE APROVAÇÃO		

Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica:

Aprovado

Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão:

Aprovado

Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Apreciação da Coordenação Acadêmica:

Aprovado

Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Apreciação da Direção Geral:

Aprovado

Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Anexo II

Projeto de Extensão Universitária

Curso de Extensão

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: **Indicar**

Curso: **Nome**

Coordenador(a) de curso: **Nome**

E-mail:

Professor(a) responsável: **Nome**

E-mail:

Carga horária do curso: **X h/a**

Modalidade de Oferta: **Presencial** / **Remota** / **à Distância**

2. Ementa do Curso

Texto

3. Conteúdo Programático do Curso

Texto

4. Público-Alvo do Curso

Texto

5. Cronograma de execução do curso

Atividade Proposta	Forma de execução	Data Prevista	
		Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)

6. Planilha de Custos (se houver)

Identificação	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Total em R\$		

7. Sugestão de Valores por aluno

Texto

8. Critérios de Avaliação

Texto

TRÂMITES DE APROVAÇÃO

Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão:

- Aprovado

Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Apreciação da Coordenação Acadêmica:

Aprovado

Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Apreciação da Direção Geral:

Aprovado

Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Anexo III

Projeto de Extensão Universitária
Projeto de Pesquisa

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: ***Indicar***

Curso: ***Nome***

Coordenador(a) de curso: ***Nome***

E-mail:

Professor(a) responsável: ***Nome***

E-mail:

Participantes Membros da Pesquisa:

Nome

E-mail:

Carga horária do curso: **X h/a**

2. Projeto de Pesquisa (segundo a estrutura das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da IES)

Texto

3. Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

Vide e anexo.

Anexo IV

Propostas de realização de Atividades vinculadas ao PIE

Relatório Final

Projeto de Extensão Universitária

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Recorte e cola dos dados conforme o tipo de atividade proposta (Atividades Diversas | PIE – Curso de Extensão – Projeto de Pesquisa)

2. Descrição do projeto

Texto

3. Parceiros externos (se for o caso)

- Nomes

4. Atividades realizadas:

- Pesquisa exploratória de normas/julgados e dados coletados nos documentos analisados;
- Redação do resumo para apresentação no III Fórum de Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro;
- Elaboração do Parecer *Aminus Curiae* e encaminhamento à Câmara Municipal de João Pinheiro.

5. Produtos resultantes do projeto:

01 – Apresentação de Paineis

Título do trabalho: Amicus Curiae como estratégia de aplicação do ensino clínico: estudo de caso no legislativo municipal

Evento apresentado: III Fórum de Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro – 14 a 16 de outubro de 2020.

02 – Parecer *Aminus Curiae*

Encaminhado à Câmara Municipal de João Pinheiro no dia 25.11.2020 para análise. Apresentação do parecer em audiência pública realizada pela Câmara Municipal de João Pinheiro em primeiro de dezembro de 2020.

6. Acervo Fotográfico

Colocar as fotos aqui de cada etapa da atividade realizada com legenda descritiva da atividade.

ANEXO VI

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Diretoria Geral

Coordenação Acadêmica

Departamento Pedagógico de Professores, Monitores e Estágio

Normatiza o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) previsto na Reforma Didático-Pedagógica do Núcleo Científico para os Cursos de Graduação, ofertados pela Faculdade Cidade de João Pinheiro e mantidos pela Associação Educacional de João Pinheiro.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FCJP

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º. O presente regulamento tem o propósito de normatizar as Atividades de Elaboração e Apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) para os Cursos de Graduação ofertados pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).

Parágrafo Único: é uma atividade obrigatória, constituída por disciplinas e / ou unidades curriculares dos currículos dos cursos de Graduação da FCJP e possuem como objetivos:

Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um plano de atividade de pesquisa.

Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de formação.

Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.

Estimular o espírito empreendedor, por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos, os quais possam ser patenteados, bem como comercializados.

Intensificar a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade.

Estimular a construção do conhecimento coletivo, visando à interdisciplinaridade, à inovação tecnológica, ao espírito crítico e reflexivo no meio social no qual o acadêmico está inserido a fim de promover a formação continuada do futuro egresso.

Art. 2º. As atividades referentes à elaboração e apresentação do TCC são de caráter obrigatório e integram a formação nos Cursos de Graduação ofertados pela FCJP.

Parágrafo Primeiro: O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em equipe, podendo esse ser multidisciplinar, com participação de alunos de diferentes cursos, de acordo com normas complementares estabelecidas pelas normativas de cada curso.

§ 1º. O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica e /ou tecnológica aplicada.

§ 2º. É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação.

Parágrafo Segundo: Caberá aos Colegiados de Cursos estabelecer os critérios de desenvolvimento do TCC, sendo fiel cumpridor das disposições gerais, que compõem as Resoluções CNE/CES ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada Curso de Graduação ofertado na FCJP.

Art. 3º. O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em, no mínimo, duas etapas, correspondente no ano letivo dividido nos dois semestres que os compõem.

Parágrafo Primeiro: As disciplinas que contemplam o TCC estabelecer-se-ão por meio da disposição curricular para cada curso de graduação, conforme sua oferta na FCJP.

§ 1º. Serão denominadas as disciplinas que contemplam o TCC: Iniciação Científica, TCC I e TCC II e / ou Seminário de TCC.

Parágrafo Segundo: Os cursos ficam liberados para definirem a estrutura de oferta do TCC mediante a organização didático-pedagógica correspondente às particularidades de oferta, uma vez que venha a atender as Resoluções CNE/CES ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada Curso de Graduação ofertado na FCJP.

Art. 4º. O TCC deverá ser enquadrado nas seguintes modalidades previstas:

§ 1º. Quanto ao tipo de Estudo/ e Pesquisa:

Qualitativa.

Quantitativa.

§ 2º. Quanto à Natureza do Estudo/ e Pesquisa:

Básica.

Aplicada.

§ 3º. Quanto aos Objetivos do Estudo/ e Pesquisa:

Exploratória.

Descritiva.

Explicativa.

§ 4º. Quanto aos Procedimentos do Estudo e / ou Pesquisa:

Experimental.

Bibliográfica.
Documental.
Pesquisa de Campo.
Ex-Post-Facto.
Levantamento.
Com Survey.
Estudo de Caso.
Participante.
Pesquisa-Ação.
Etnográfica.
Etnometodológica.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º. A Estrutura Organizacional Administrativa do TCC para os Cursos de Graduação da FCJP é representada por:

- # Coordenador do Curso e Comissão de TCC.
- # Professor de TCC.
- # Professores Orientadores.
- # Acadêmicos Orientados.

Seção I - DO COORDENADOR DE CURSO E COMISSÃO DE TCC

Art. 6º. Compete ao Coordenador de Curso responsável pelo acompanhamento dos TCC's do Curso de Graduação ao qual é responsável, conforme:

- # Indicar o professor responsável pelo TCC, doravante denominado Professor Responsável, que se encarregará pelas ações do processo ensino-aprendizagem do Trabalho de Conclusão de Curso.

Providenciar, em consonância com o Professor Responsável, a homologação dos Professores Orientadores do TCC.

Homologar as decisões referentes ao TCC.

Estabelecer, em consonância com o Professor Responsável, normas e instruções complementares no âmbito do seu curso.

Constitui Comissão de TCC, quando necessário, para discutir particularidades.

Parágrafo Único: As Comissões de TCC serão constituídas mediante a necessidade de discutir os casos omissos, bem como demais procedências conforme particularidades de cada curso da FCJP que se julgar necessário à consulta ou decisão.

§ 1º. As Comissões de TCC serão compostas por:

Coordenador do Curso.

Professor do TCC no Curso.

Dois professores do Colegiado que não o Professor Orientador.

Um acadêmico do Curso correspondente ao período do curso.

§ 2º. A estas comissões caberá decidir e verificar os protocolos que correspondem ao desenvolvimento do TCC, decidir em relação ao motivo exposto à sua constituição.

§ 3º. A comissão deverá lavrar Ata e encaminhar decisão ao respectivo Colegiado de Curso.

§ 4º. Estará assegurado o período de 30 dias a contar a constituição da Comissão, para que se manifeste ao Colegiado, posição mediante o motivo de constituição.

Seção II - DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC

Art. 7º. Compete ao Professor Responsável pelo TCC:

Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC, bem como atender as orientações.

Garantir que os trabalhos que envolvam seres humanos cumpram os princípios éticos, segundo Resolução do CNS 196/96 para pesquisa com seres humanos, a fim de serem submetidos, através de documentação necessária, à análise ética e acompanhamento do Comitê de Ética e Pesquisa da FCJP.

Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao TCC, bem como organizar e informar a Coordenação de Curso e Secretaria Geral dos documentos finais.

Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, as atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC, bem como a sistematização do processo estabelecendo a relação direta junto aos acadêmicos na orientação dos protocolos institucionais, garantindo o fiel cumprimento deste Regulamento, bem como as normatizações particulares de cada curso da FCJP.

Promover, juntamente com a Coordenação de Curso, a integração com a Pós-Graduação, empresas e organizações, de forma a levantar possíveis temas de trabalhos e fontes de financiamento.

Organizar e gerir todas as atividades acadêmicas e administrativas necessárias ao bom andamento dos trabalhos de orientandos e orientadores de TCC.

Registrar em documentos próprios o nome dos discentes, seus orientadores e trabalhos em andamento, prestar esclarecimentos e informações junto às Coordenações de Curso.

Verificar se todos os alunos habilitados às atividades de TCC estão em dia com os documentos e registros necessários à oficialização de seu trabalho, bem como com a Secretaria Geral.

Estabelecer junto à Coordenação de Curso os prazos correspondentes, entrega de documentos, limites para definição de bancas e datas reservadas à defesa pública dos trabalhos.

Elaborar os documentos de bancas de avaliação dos TCC, conforme deferimento do Colegiado de Curso, verificando documentos de protocolos de pedido de defesa emitindo parecer.

Após defesa, encaminhar todos os protocolos correspondentes à Secretaria Geral.

Auxiliar o discente e o docente na solução de possíveis problemas relativos às atividades de desenvolvimento do trabalho correspondente ao Plano, Projeto e Organização da Escrita.

NÃO compete ao professor de TCC definir caminhos correspondentes à execução do trabalho; ao professor de TCC competem apenas as orientações metodológicas correspondentes ao Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da FCJP.

Seção III - DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TCC

Art. 8º. As orientações do TCC serão atribuições dos professores que integram o quadro funcional permanente, com atividades docentes nos Cursos de Graduação ofertados pela FCJP e designados por seus respectivos Coordenadores de Curso e Departamentos, podendo figurar como orientadores os professores tanto do ciclo básico como do profissionalizante dos Cursos e aqueles que estão ou não em atividade efetiva no Curso.

§ 1º. O(s) co-orientador(es) terá(ão) por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser qualquer profissional com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

§ 2º. Orientador e Co-orientador deverão assinar Carta de Aceite (Anexo 1).

Art. 9º. As designações dos orientadores deverão ser observadas seguindo sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual serão desenvolvidos o projeto e a área de atuação do Professor Orientador.

Parágrafo Único: Caberá ao Coordenador do Curso, juntamente com o Professor Responsável, organizar as áreas de atuação e pesquisa dos professores

correspondentes ao Curso de Graduação ofertado pela FCJP, para serem apresentadas aos alunos no início do núcleo científico de desenvolvimento do TCC.

Art. 10º. Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito, com justificativa(s), e entregue ao Professor Responsável de TCC, até 60 (sessenta) dias após as designações de indicação de orientação.

Parágrafo Único: Caberá ao Coordenador de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador, encaminhando a decisão direta ao Colegiado de Curso ou constituir Comissão de TCC para análise.

§ 2º. Será garantido ao Professor Orientador o pedido de desvínculo de orientação indicando a substituição de Professor Orientador, solicitado por escrito com justificativa(s) e entregue ao Professor Responsável de TCC, até 60 (sessenta) dias após as designações de indicação de orientação.

§ 3º. Após os 60 (sessenta) dias, e/ou decorrer do desenvolvimento do TCC é garantido a solicitação de desvinculo por ambas as partes (orientador e orientando). A solicitação deverá ser feita por escrito seguido de justificativa, entregue ao Professor Responsável de TCC, que encaminhará a solicitação à Coordenação do Curso. Neste caso, obrigatoriamente, a Coordenação de Curso deverá constituir Comissão de TCC.

Art. 11º. Os professores orientadores deverão ofertar no mínimo 2 (duas) vagas de orientação por ano / semestre por curso que reside em núcleo básico, e 3 (três) vagas de orientação por ano / semestre por curso que reside em núcleo profissionalizante e origem de formação.

§ 1º. O número máximo de orientações simultâneas será de 6 (seis) alunos, compreendidos entre o 6º (sexto) ao 10º (décimo) período por curso de graduação que reside ofertado na FCJP.

§ 2º. Em situações excepcionais e por solicitação do professor orientador, esse poderá assumir um número maior de orientandos, desde que submeta pedido à análise da Coordenação junto ao Colegiado de Curso com justificativa que esteja de acordo com os limites do seu plano individual de trabalho.

§ 3º. As orientações dos trabalhos estarão vinculadas ao número de e aula do docente no curso em que reside, daqueles Cursos de Graduação ofertados pela IES.

Art. 12º. Compete ao Professor Orientador:

Apresentar área de pesquisa junto ao Professor Responsável de TCC e Coordenação do Curso.

Decidir a estratégia do Plano de Trabalho do TCC junto ao acadêmico, uma vez que se deve prevalecer o interesse do Professor Orientador junto à iniciativa de pesquisa do Orientando.

Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do plano de trabalho, projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final.

Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos mesmo que essas ocorram por e-mail, e emitir relatório de acompanhamento e avaliações ao Professor Responsável.

Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Professor Responsável, quando necessário.

Participar da banca de avaliação final.

Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica.

Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar os alunos a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas nas empresas ou em organizações quando o estudo envolver.

- # Indicar, se necessário, ao Professor Responsável a nomeação de co-orientador.
- # Comunicar ao Professor Responsável do TCC e encaminhar à Coordenação do Curso as dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação.
- # Inibir a prática de plágio e recusar a orientação de alunos que não cumpram com os objetivos, normas e regras deste documento comunicando imediatamente e por escrito ao Professor Responsável do TCC e encaminhar à Coordenação do Curso quaisquer irregularidades.
- # Estimular os orientandos a publicar seu TCC, preferencialmente em periódicos indexados.
- # Cumprir fielmente o Cronograma de TCC divulgado pela Coordenação do Curso junto ao Professor Responsável do TCC.

Parágrafo Único: Não será aceito nenhum documento pelo Professor Responsável de TCC que não contemple a assinatura do Professor Orientador.

§ 1º. Caberá ao Professor Orientador assinar documentos com os quais estejam plenamente de acordo e, se julgar necessário, fazer anotações e observações a fim de evitar problemas futuros em decorrência de abertura de Comissão de TCC por conter a assinatura do Professor Orientador que valida a documentação.

Seção IV - DO ACADÊMICOS ORIENTANDOS

Art. 13º. Estarem devidamente matriculados na disciplina que compete à estrutura didático-pedagógica do respectivo curso de graduação ofertado pela FCJP.

Art. 14º. São direitos do(s) Aluno(s) Orientado(s):

- # Ser informado quanto às normas constantes nesta Instrução Normativa.
- # Ter um Professor Orientador e com esse discutir o tema e o desenvolvimento do trabalho.

Art. 15º São deveres do(s) Aluno(s) Orientado(s):

- # Ter cursado disciplina/unidade curricular ou comprovar a participação em oficinas sobre metodologia da pesquisa, bem como as disciplinas de metodologia científica da pesquisa.
- # Elaborar e apresentar o Plano de Trabalho, Projeto de Pesquisa e Trabalho do TCC em conformidade com este Regulamento.
- # Requerer a sua matrícula na Secretaria Geral nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico.
- # Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador.
- # Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC, seja pessoalmente seja via e-mail, Skype e / outro meio acordado entre orientador e orientando.
- # Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.
- # Participar das aulas periódicas com o Professor Responsável pelo TCC.
- # Participar de todos os seminários / e ou aulas referentes ao TCC (quando houver).
- # Entregar ao Professor Responsável pelo TCC a monografia corrigida (de acordo com as recomendações da banca examinadora) nas versões impressa e eletrônica, incluindo arquivos de resultados experimentais, tais como:
 - planilhas, gráficos, softwares e outros, atendendo as exigências específicas.
- # Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso.
- # Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico, garantindo a citação dos autores.
- # Cumprir fielmente o Cronograma de TCC divulgado pela Coordenação do Curso junto do Professor Responsável do TCC.
- # Responsabilizar-se, juntamente com o Professor Orientador, por todas as informações descritas no TCC.
- # Apresentar o TCC para a banca examinadora, na data estipulada pelo Colegiado de Curso por meio do deferimento da Coordenação de Curso divulgada pelo Professor Responsável pelo TCC.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA, PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TCC

Seção I - DA MATRÍCULA

Art. 16º. A matrícula no TCC será operacionalizada pela Secretaria Geral, conforme o disposto na instrução de matrícula, divulgada pela Lista de Alunos Oficialmente Matriculados, a cada período letivo.

§ 1º. A matrícula nas disciplinas que compõem o desenvolvimento do TCC seguirá o disposto no Regulamento Didático-Pedagógico e conforme previsto no Projeto Pedagógico de cada Curso de Graduação ofertado pela FCJP.

§ 2º. O aluno dará sequência didática nas disciplinas que compõem o desenvolvimento do TCC, estando aprovado nas disciplinas anteriores conforme a disposição curricular, especificamente de cada Curso de Graduação ofertado pela FCJP.

§ 3º. Somente apresentará seu trabalho em bancas examinadoras constituídas ou terão os mesmos avaliados, o aluno efetivamente matriculado no TCC II ou Seminário de TCC correspondente ao período letivo, ofertado no semestre do ano letivo.

Seção II – DO PLANEJAMENTO

Art. 17º. Caberão às Coordenações dos Cursos de Graduação ofertado pela FCJP, definir junto ao Professor Responsável pelo TCC os CRONOGRAMAS DE ATIVIDADE E PRODUTIVIDADE e publicá-lo por meio de EDITAL à comunidade Docente e Discente do respectivo Curso.

Parágrafo Primeiro: A organização do Cronograma ficará a critério de cada Coordenação de Curso que é ofertado pela FCJP, não havendo obrigatoriedade do mesmo ser organizado especificamente no semestre que compõe o início das disciplinas que envolve o desenvolvimento do TCC.

§ 1º. O Cronograma de Atividade e Produtividade deve contemplar no mínimo:

Organização de Inicialização (com todos os protocolos específicos).

Entrega Oficial do Plano de Trabalho (Anexo 2).

Datas de Entregas de Relatórios de Acompanhamento Mensal.

Data da Entrega de Avaliação do Professor Orientador.

Data Limite de Pedido de Defesa junto ao Colegiado de Curso.

Parágrafo Segundo: O processo de Inicialização das atividades contemplará os 30 (trinta) primeiros dias do início da disciplina de TCC, conforme organização didático-pedagógica da estrutura curricular de cada Curso de Graduação ofertado pela FCJP, que deverá contemplar:

Apresentação das áreas de pesquisas e os respectivos professores orientadores.

Entrega Prévia do Interesse de Estudo, conforme Plano de Trabalho (Anexo 2).

Organização dos Professores Orientadores e Designações das Orientações.
Assinatura de Documentos – Carta de Aceite.

Art. 18º. O trabalho escrito de TCC deverá enquadrar-se nas modalidades descritas no artigo 4º.

Seção III – DO ACOMPANHAMENTO DO TCC

Art. 19º. O acompanhamento dos trabalhos será feito por meio de reuniões com periodicidade mínima mensal, previamente agendadas entre orientador e

orientando(s). Podendo ser presencial ou e-mail, Skype e / outro meio acordado entre orientador e orientando.

Parágrafo Primeiro: Após cada reunião de orientação, deverá ser feito um relatório de acompanhamento (Anexo 3) dos assuntos tratados na reunião, o qual deverá ser assinado pelo(s) aluno(s) e orientador e entregue mensalmente ao Professor Responsável pelo TCC, somente nas aulas específicas com o professor.

Parágrafo Segundo: Ao final do semestre, o Professor Orientador deverá entregar a Ficha de Avaliação de Desenvolvimento do TCC (Anexo 4).

Parágrafo Terceiro: Na entrega de etapas do TCC, conforme organização do trabalho definido entre Professor Orientador e Orientando, o Professor Responsável somente irá pegar o trabalho mediante Ficha de Aprovação do Orientador (Anexo 5).

Seção IV – DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 20º. O TCC deverá ser elaborado e redigido na forma de artigo científico / e ou monografia segundo as instruções contidas do Anexo6 e/ou conforme:

- # Norma específica estabelecida pelo Curso de Graduação ofertado pela FCJP.
- # Normas específicas de algum periódico científico indexado em base de dados científica, selecionada pelo professor orientador.

Parágrafo Único: A utilização das normas de periódico científico para a elaboração do artigo oriundo do TCC somente será aceita nos casos em que o trabalho já tiver sido submetido à mesma e, portanto, o artigo deve ser apresentado à banca avaliadora acompanhado de cópia da carta de submissão, recibo do editor da revista e as normas do periódico. Nos casos em que o artigo foi aceito para publicação no periódico, deverá constar a carta de aceite ou a cópia do artigo publicado.

§ 1º. Para os Cursos de Engenharia prevalecerá a elaboração de Projetos de Ação.

§ 2º. Para os Cursos de Graduação Tecnológicas prevalecerá a elaboração de Projetos definidos no PPC.

Art. 21º. O projeto de TCC que envolva pesquisa com animais ou seres humanos deverá ter o parecer favorável do respectivo Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 22º. A submissão de trabalhos de TCC às revistas indexadas só poderá ser realizada com a anuência do orientador e com sua inclusão em co-autoria.

Art. 23º. A avaliação das disciplinas que correspondem ao desenvolvimento do TCC será organizada pelo Professor Responsável, de acordo com o estabelecido em normas complementares de cada curso ofertado pela FCJP.

§ 1º. O procedimento avaliativo estabelecer-se-á por meio da apresentação das informações contidas no parágrafo segundo do Art. 19, Sessão III, do Capítulo III deste Regulamento. Bem como a participação nas aulas da disciplina do Professor Responsável do TCC, conforme critérios definidos por este.

Art. 24º. Os critérios de aprovação nas disciplinas que contemplam o desenvolvimento do TCC correspondem aos critérios estabelecidos no Regimento da FCJP.

Art. 25º. O TCC deverá ser desenvolvido conforme disposição do Art. 3º, parágrafo primeiro, inciso 1º e parágrafo segundo descrito no Capítulo 1 deste Regulamento.

Parágrafo Único: Será estabelecido o tempo final de protocolo de pedido de Defesa de Pública de TCC, sendo o trabalho acompanhado pelo Professor Responsável de TCC.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS DE DEFESA E AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

Art. 26º. É de total responsabilidade do aluno solicitar, protocolar e proceder o Pedido de Defesa Pública do TCC junto ao Colegiado de Curso, bem como organizar toda a documentação em observância do cumprimento dos artigos descritos na Seção I deste capítulo.

Seção I – DOS CRITÉRIOS PEDIDO DE DEFESA

Art. 27º. A apresentação do trabalho para apreciação da banca examinadora, bem como a entrega da versão final do trabalho, deve:

§ 1º. Ater-se às Regras Gerais para Formatação de Trabalhos Acadêmicos – Word, contidas no item 8, página 27-33 do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos a FCJP.

§ 2º. Apresentar em sua composição gráfica os Elementos Pré-Textuais, modelos contidas no item 9, página 33-44 do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da FCJP, contendo:

Capa.

Folha de Rosto.

Ficha Catalográfica (verso da folha de rosto, somente na versão final, após defesa).

Folha de Aprovação.

Dedicatória.

Agradecimento.

Epígrafe.

Formato do Trabalho (conforme escolha do orientador, de acordo com o Art. 20º item I e II, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento).

Declaração de Autorização (somente na versão final, após defesa, contida na última página do trabalho; Anexo 7).

§ 3º. O trabalho, quando elaborado de acordo com o item II do Art. 20º, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento, deverá estar com formatação que corresponde ao § 1º deste artigo.

§ 4º. Ater-se aos Elementos Textuais e Pós-Textuais contidos nos itens 10 e 11 da página 44-46 do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da FCJP.

Art. 28º. O pedido de Defesa Pública e Constituição de Banca Examinadora deverá ser protocolado junto ao Professor Responsável de TCC, que procederá ao andamento do Deferimento e sistematização da apresentação e composição de banca junto com a Coordenação do Curso ofertado pela FCJP e a aprovação do Colegiado.

Parágrafo Primeiro: Para os Cursos de Engenharia e de Graduação Tecnológica será realizada Mostra Técnico Científica de Produção.

§ 1º. A Mostra Técnico Científica de Produção será realizada e organizada concomitantemente pelo Professor Responsável de TCC e a Coordenação do Curso ofertado pela FCJP.

Parágrafo Segundo: Todos os Acadêmicos da FCJP, independente do Curso de Graduação cursado ofertado pela FCJP, deverão cumprir o Art. 28º e apresentar os documentos listados (Anexo 8):

Ofício de Solicitação de Defesa de TCC.

Protocolo de Deferimento de Setores Institucionais.

Solicitação de Providencias para Defesa Pública de TCC.

Protocolo de Deferimento para Defesa de TCC, quando publicado em Periódico Científico.

Declaração de Participação Voluntária em Banca, para convidados externos a IES (quando houver).

4 (quatro) vias da versão do TCC para defesa encadernado.

Parágrafo Terceiro: O Acadêmico deverá entregar uma versão do trabalho salvo em formato Word, salvo em CD para verificação de plágio pelo Professor Responsável de TCC, que irá emitir um parecer de autenticidade.

§ 1º. Fica liberado do cumprimento do Parágrafo Terceiro deste artigo, aqueles acadêmicos que submeterem o trabalho a periódico, conforme o item II do Art. 20º, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento.

Art. 29º. O aluno que apresentar um dos documentos descritos no parágrafo único do Art. 20º estará dispensando da apresentação do TCC, sendo apenas constituída banca examinadora simples para apreciação dos documentos apresentados.

Parágrafo Único: A dispensa da apresentação do TCC não descaracteriza a composição da Banca Examinadora, devendo o aluno cumprir todas as exigências contidas no Art. 27º e Art. 28º desta sessão do Capítulo IV.

Art. 30º. Além do artigo científico o TCC deverá ser apresentado na forma de exposição oral.

Art. 31º. A exposição oral realizar-se-á em sessão pública, perante banca examinadora constituída:

Pelo professor orientador, que a presidirá.

Por mais 2 (dois) professores a serem indicados pelo orientador e homologados pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo Primeiro: São concedidos ao aluno 20 (vinte) minutos para a apresentação do trabalho e 30 (trinta) minutos para a banca examinadora proceder a sua arguição.

Parágrafo Segundo: Após a arguição e considerações da Banca Examinadora, com a divulgação prévia do resultado, o Professor Orientador e o Orientando deverão assinar o Termo de Compromisso de Ajuste de Trabalho (Anexo 9).

Seção II – DOS CRITÉRIOS AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 32º. A nota final atribuída ao aluno é resultante da média aritmética das avaliações do trabalho na exposição gráfica e metodológica da escrita e da exposição oral pelos componentes da banca examinadora do TCC.

Parágrafo Primeiro: Aos trabalhos que forem deferidos a dispensa da Exposição Oral em função do cumprimento do item II do Art. 20º, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento, o acadêmico será avaliado conforme:

A nota da Exposição Oral será substituída pelo valor integral que a compõe, ou seja, igual à 10 (dez).

Parágrafo Segundo: Fórmula para atribuição da nota na medida aritmética conforme Regimento da FCJP, que compõe a Ficha de Avaliação de Banca Examinadora (Anexo 10), respectivamente uma atribuição de nota para cada membro da banca, em concomitadamente as médias dos membros da Banca Examinadora, somada e dividido por 3 (três) resultante na Nota Final do TCC.

§ 1º. A formula para cálculo da Nota:

Do Examinador: $NT\ EGME + NT\ EO / 2 = NTE.$

Da Banca Examinadora Final: $NTE + NTE + NTE /$

$3 = NF.$

§ 2º. Onde se lê:

NT EGME = Nota da Exposição Gráfica e Metodológica da Escrita.

NT EO = Nota da Exposição Oral.

NTE = Nota do Examinador.

NF = Nota Final do TCC.

Parágrafo Terceiro: As notas da Avaliação do TCC poderão ser fracionadas sem arredondamentos, somente com uma casa decimal.

Art.33º. No processo de avaliações do trabalho na exposição gráfica e metodológica da escrita, dever-se-ão ser observados os seguintes critérios, seguidos dos valores que compõem a nota para cada item totalizando 10 pontos:

VALOR acadêmico e possível utilidade e /ou aplicação prática do trabalho, capacidade de problematização, discussão e síntese = 3,0 pontos.

QUALIDADE da redação e adequação entre título, objetivos e conclusões, originalidade e fidelidade teórica e metodológica = 3,0 pontos.

ATENDIMENTO ÀS NORMAS deste regulamento, redação do texto e correção gramatical e apresentação gráfica / e ou formatação = 2,0 pontos.

REFERÊNCIAS relevantes, justificativa científica e prospecção social = 2,0 pontos.

Art. 34º. No processo de avaliações do trabalho na exposição oral deverão ser observados os seguintes critérios, seguidos dos valores que compõem a nota para cada item totalizando 10 pontos:

CONDUTA do aluno e esclarecimento de dúvidas = 1,0 ponto.

ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO utilização do recurso visual, comunicação, clareza, e expressão = 1,5 pontos.

CAPACIDADE de síntese e clareza na exposição teórica, metodológica e organização = 4,0 pontos.

DOMÍNIO do conteúdo = 3,0 pontos.

Respeito ao tempo estipulado = 0,5 pontos.

Art. 35º. A aprovação do trabalho final do TCC compreende a avaliação com nota de 7,0 (sete) até 10,0 (dez).

Parágrafo Primeiro: O trabalho final de TCC que receber nota inferior a 7,0 (sete) no mínimo 5,0 (cinco) poderá ser reavaliado uma única vez, com o prazo máximo para correção e reavaliação de 30 (trinta) dias, protocolado junto ao Professor Responsável pelo TCC que encaminhará à Coordenação do Curso ofertado pela FCJP.

§ 1º. Caberá ao Coordenador do Curso ofertado pela FCJP proceder a Convocação da Banca Examinadora para a reavaliação composta pelo: Professor Orientador, Professor Responsável pelo TCC e Coordenador do Curso Ofertado pela FCJP.

Parágrafo Segundo: A aprovação final no TCC dar-se-á mediante encaminhamento do resultado final à Coordenação do Curso, que lavrará a Ata e demais documentos dando sequência aos protocolos junto à Secretaria Geral da FCJP.

Art. 36º. A não aceitação do TCC para apresentação respeitará as seguintes restrições:

Conter plágio comprovado pelo Professor Responsável do TCC ao examinar.

Não cumprimento de todas as etapas e datas previstas no cronograma de atividades do TCC.

Ser elaborado sem o acompanhamento de um Professor Orientador designado pela Coordenação do Curso ofertado pela FCJP, ou autorizado pela # Coordenação do Curso e Colegiado.

Aqueles que não apresentarem todos os documentos exigidos no Art. 27, Art. 28 da Seção I do Capítulo IV desse Regulamento.

Parágrafo Único: O Acadêmico que se enquadrar no item I deste artigo, será considerado falta grave sendo REPROVADO diretamente.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Art. 37º. É de total responsabilidade do aluno cumprir a fase final de encerramento do TCC após defesa e considerações dessa, junto aos departamentos institucionais, estando atendo às exigências explicitadas neste Regulamento.

Art. 38º. Após a Defesa, será estabelecido o prazo de até 30 (trinta) dias para que o Acadêmico providencie:

As correções apontadas pela Banca Examinadora.

Revisão Geral da Formatação e do Português.

Revisão do Abstract.

Uma versão encadernada em Capa 'Dura' na cor específica do Curso ofertado pela FCJP.

2 (duas) versões salvas no formato de Word e PDF em CD.

Cópia da Ata / ou a cópia original da Ata entregue ao aluno após a folha de aprovação.

Parágrafo Primeiro: A versão final deverá estar organizada conforme o Art. 27º, § 2º e os itens descritos, na Seção I do Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Segundo: O item IV e uma versão do item V deverá ser entregue na Biblioteca do Campus de funcionamento do Curso de Graduação, e a outra versão do item V para a Coordenação do Curso ofertado pela FCJP.

Parágrafo Terceiro: O não cumprimento do Art. 38 e os parágrafos primeiro e segundo desse implicará o impedimento da Colação de Grau Oficial, ficando o aluno apto a proceder a cerimônia de colação de grau somente após o deferimento do cumprimento do Art. 38, oficializado pela Biblioteca. A autorização para a Colação de Grau que será deferida pela Secretaria Geral.

Art. 39º. À FCJP reserva-se o direito de disponibilizar os trabalhos concluídos no TCC em cópia material ou por intermédio de mídias diversas, nas bibliotecas e na Internet.

Parágrafo Único: Quando da necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes não serão divulgados eletronicamente ou via impressa disponibilizada na biblioteca e na Internet.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40º. Quando o TCC for realizado em parceria com empresas ou outras organizações deverá ser formatado um termo de compromisso próprio, definindo as atribuições, direitos e deveres das partes envolvidas, inclusive a autorização da divulgação do nome da empresa na publicação do trabalho.

Art. 41º. Quando o TCC resultar em patente, a propriedade dessa será estabelecida conforme regulamentação própria, sendo a FCJP coautora da produção.

Art. 42º. As Coordenações de Cursos ofertados pela FCJP poderão estabelecer Normas Regimentais complementares para as atividades de TCC, conforme aprovação dos Colegiados de Cursos.

Art. 43º. Os casos omissos serão resolvidos primeiramente com o Professor Responsável de TCC, que encaminhará as Coordenações de Cursos, os quais convocarão o Colegiado de Curso para decisão.

§ 1º. As decisões serão encaminhadas à Secretaria Geral, para procedimentos acadêmicos institucionais.

Art. 44º. Este Regulamento será de abrangência a todos os Cursos de Graduação de formação Tecnológica, Licenciatura e Bacharelados ofertados pela FCJP, garantindo às Coordenações destes Cursos que adotem Normas Regimentais complementares que garantam o fiel cumprimento deste Regulamento.

Parágrafo Único: Nenhuma Norma Regimental complementar pelos Cursos poderá ser superior a este Regulamento.

Art. 45º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Parágrafo Único: Será garantido o período de 6 (seis) meses da publicação deste regulamento para que as turmas que estão em fase de conclusão do TCC cumpram os dispostos no Capítulo III – Seção IV, Capítulo IV e Capítulo V.

§ 1º. As turmas que estiverem iniciando o novo ciclo de desenvolvimento de TCC deverão tomar ciência imediatamente da publicação deste regulamente e garantir a sua aplicabilidade.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, 01 de agosto de 2020.